



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE  
CAMPUS VIDEIRA

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

VIDEIRA – SANTA CATARINA  
BRASIL

**SONIA REGINA FERNANDES**  
REITORA

**JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA**  
PRÓ-REITORA DE ENSINO

**ROSANGELA AGUIAR ADAM**  
DIRETORA GERAL DO IFC – CAMPUS VIDEIRA

**RAUL EDUARDO FERNANDEZ SALES**  
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

**FRANCINI CARLA GRZECA**  
COORDENADORA DO CURSO

VERSÃO  
NOVEMBRO 2017

**COMISSÃO DE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO:**

CLÁUDIA FÁTIMA KUIAWINSKI

DARC IONOCE FEIJÓ DA ROCHA

DAVI CÉSAR DA SILVA

FRANCINI CARLA GRZECA

JANE SUZETE VALTER

LUCIANE SZATKOSKI

MARCOS ROHLING

VALDINEI MARCOLLA

VERSÃO  
NOVEMBRO 2017

## LISTA DE FIGURAS

|   |    |
|---|----|
| FIGURA 1 - VIDEIRA E SUAS FRONTEIRAS..... | 23 |
|---|----|

## LISTA DE QUADROS

|  |    |
|--|----|
| QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.....                           | 11 |
| QUADRO 2 - DISTÂNCIA DAS PRINCIPAIS CIDADES .....  | 23 |
| QUADRO 3 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: PRIMEIRO SEMESTRE.....             | 38 |
| QUADRO 4 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: SEGUNDO SEMESTRE .....             | 38 |
| QUADRO 5 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: TERCEIRO SEMESTRE .....            | 38 |
| QUADRO 6 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: QUARTO SEMESTRE .....              | 39 |
| QUADRO 7 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: QUINTO SEMESTRE .....              | 39 |
| QUADRO 8 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: SEXTO SEMESTRE .....               | 40 |
| QUADRO 9 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: SÉTIMO SEMESTRE.....               | 40 |
| QUADRO 10 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: OITAVO SEMESTRE .....             | 41 |
| QUADRO 11 - COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL (NFG) .....                           | 41 |
| QUADRO 12 - COMPONENTES CURRICULARES DO NUCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS (AD)..... | 42 |
| QUADRO 13 - COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (NEI) .....                     | 42 |
| QUADRO 14 - CARGA HORÁRIA GERAL DO CURSO.....  | 43 |
| QUADRO 15 - DISCIPLINA ARTICULADORAS DO CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA .....                        | 48 |
| QUADRO 16 - COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE .....  | 71 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|           |  |
|-----------|--|
| AD        | - Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos                   |
| AE        | - Atividade de Extensão  |
| ACG       | - Avaliação dos Cursos de Graduação                                      |
| CAIC      | - Escola Criança do Futuro   |
| CEGAE     | - Coordenação Geral de Assistência ao Estudante                          |
| CECOM     | - Coordenação Geral de Comunicação                                       |
| CINGA     | - Comitê de Implantação do Núcleo de Gestão Ambiental                    |
| CONCAMPUS | - Conselho de Campus   |
| CNE       | - Conselho Nacional da Educação  |
| CNPQ      | - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico          |
| CONSUPER  | - Conselho Superior do Instituto Federal Catarinense                     |
| CP        | - Conselho Pleno   |
| CPA       | - Comissão Própria de Avaliação  |
| CRA       | - Coordenação de Registro Acadêmico                                      |
| DAP       | - Departamento de Administração e Planejamento                           |
| DDE       | - Direção de Desenvolvimento de Ensino                                   |
| ENADE     | - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes                            |
| ENEM      | - Exame Nacional do Ensino Médio   |
| FAPESC    | - Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina   |
| IBGE      | - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                        |
| IC        | - Iniciação Científica   |
| IFC       | - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense        |
| INEP      | - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira |
| LDBEN     | - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional                         |
| MEC       | - Ministério da Educação   |
| NEI       | - Núcleo de Estudos Integradores   |
| NDE       | - Núcleo Docente Estruturante  |

|        |  |
|--------|--|
| NFG    | - Núcleo de Formação Geral   |
| NGA    | - Núcleo de Gestão Ambiental   |
| NAPNE  | - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas                                  |
| NDB    | - Núcleo Docente Básico  |
| NDE    | - Núcleo Docente Estruturante  |
| NUPE   | - Núcleo Pedagógico  |
| PAE    | - Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social                               |
| PCCS   | - Projetos de Criação de Cursos Superiores   |
| PDI    | - Plano de Desenvolvimento Institucional   |
| PG     | - Pesquisa de Graduação  |
| PPC    | - Projeto Pedagógico do Curso  |
| PPCS   | - Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores  |
| PPI    | - Projeto Político Institucional   |
| PROEXT | - Programa de Extensão Universitária   |
| SETEC  | - Secretaria de Educação Tecnológica e Profissional do Ministério da Educação                    |
| SINAES | - Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior   |
| SISTEC | - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica                         |
| TC     | - Trabalho de Curso  |
| TCC    | - Trabalho de Conclusão de Curso   |
| TECNEP | - Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas |

## SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>IDENTIFICAÇÃO DO CURSO</b> .....  | <b>11</b> |
| <b>1. APRESENTAÇÃO DO INTITUTO FEDERAL CATARINENSE - IFC</b> .....                       | <b>13</b> |
| 1.1 MISSÃO INSTITUCIONAL.....  | 14        |
| 1.2 VISÃO INSTITUCIONAL.....   | 14        |
| 1.3 GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE.....                            | 14        |
| 1.4 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA..... | 11        |
| 1.5 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.....  | 12        |
| 1.6 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA .....   | 13        |
| <b>1.6.1 Órgãos Colegiados</b> .....   | <b>14</b> |
| <b>1.6.2 Estrutura Organizacional e Núcleos</b> .....                                    | <b>14</b> |
| <b>1.6.3 Organização Administrativa do <i>Campus</i></b> .....                           | <b>16</b> |
| 1.7 PROGRAMAS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS.....   | 17        |
| <b>1.7.1 Programas de apoio financeiro (bolsas)</b> .....                                | <b>17</b> |
| <b>1.7.2 Acompanhamento psicopedagógico</b> .....  | <b>18</b> |
| <b>1.7.3 Acompanhamento a Estudante com Necessidades Específicas</b> ...                 | <b>19</b> |
| <b>1.7.4 Mecanismos de Nivelamento</b> .....   | <b>19</b> |
| <b>1.7.5 Acompanhamento de Egressos</b> .....  | <b>19</b> |
| <b>2. PERFIL DO CURSO</b> .....  | <b>22</b> |
| 2.1 DADOS GERAIS DO CURSO .....  | 22        |
| 2.2 JUSTIFICATIVA .....  | 22        |
| 2.3 MISSÃO DO CURSO.....   | 25        |
| 2.4 VISÃO DO CURSO.....  | 25        |
| 2.5 DIRETRIZES CURRICULARES .....  | 25        |
| 2.6 LEGISLAÇÃO E ATOS OFICIAIS RELATIVOS AO CURSO.....                                   | 26        |
| 2.7 IMPLEMENTAÇÃO DO PPI E DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO .....                               | 28        |
| 2.8 OBJETIVOS DO CURSO .....   | 30        |
| <b>2.8.1 Geral</b> .....   | <b>30</b> |
| <b>2.8.2 Específicos</b> .....   | <b>30</b> |
| 2.9 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO.....                                   | 31        |
| 2.10 PERFIL DO EGRESSO.....  | 33        |



|           |  |           |
|-----------|--|-----------|
| 2.11      | CAMPO DE ATUAÇÃO .....   | 35        |
| <b>3.</b> | <b>MATRIZ CURRICULAR.....</b>  | <b>37</b> |
| 3.1       | ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO.....   | 37        |
| 3.1.1     | <b>Matriz Curricular das Disciplinas Obrigatórias .....</b>                        | <b>38</b> |
| 3.1.2     | <b>Resumo Geral da Matriz Curricular .....</b>                                     | <b>41</b> |
| <b>4.</b> | <b>RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA.....</b>   | <b>44</b> |
| 4.1       | INTERDISCIPLINARIDADE.....   | 46        |
| 4.1.1     | <b>Tecnologia de Informação e Comunicação no Processo Ensino-aprendizagem.....</b> | <b>51</b> |
| <b>5.</b> | <b>ADMISSÃO AO CURSO SUPERIOR.....</b>   | <b>53</b> |
| 5.1       | REQUERIMENTO DE ACESSO .....   | 53        |
| 5.2       | FORMAS DE INGRESSO.....  | 53        |
| <b>6.</b> | <b>ATIVIDADES ACADÊMICAS .....</b>   | <b>54</b> |
| 6.1       | ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES .....                                       | 54        |
| 6.2       | ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO.....  | 54        |
| 6.2.1     | <b>Operacionalização do Estágio Curricular .....</b>                               | <b>55</b> |
| 6.2.2     | <b>Orientação de Estágio Curricular .....</b>                                      | <b>56</b> |
| 6.2.3     | <b>Sistema de Avaliação do Estágio Curricular.....</b>                             | <b>57</b> |
| 6.3       | TRABALHO DE CURSO (TC).....  | 57        |
| 6.3.1     | <b>Orientações Gerais .....</b>  | <b>57</b> |
| 6.3.2     | <b>Sistema de Avaliação do Trabalho de Curso – TC .....</b>                        | <b>57</b> |
| 6.4       | ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO .....  | 58        |
| 6.5       | ATIVIDADE DE MONITORIA.....  | 58        |
| 6.6       | ATIVIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO .....   | 59        |
| 6.6.1     | <b>Linhas da Pesquisa.....</b>   | <b>59</b> |
| 6.6.2     | <b>Ações de Extensão .....</b>   | <b>60</b> |
| <b>7.</b> | <b>METODOLOGIA E AVALIAÇÃO .....</b>   | <b>61</b> |
| 7.1       | ASPECTOS METODOLÓGICOS .....   | 61        |
| 7.2       | AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO.....   | 62        |
| 7.3       | AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CAMPUS VIDEIRA .....                                     | 62        |
| 7.3.1     | <b>Avaliação Externa .....</b>   | <b>63</b> |
| 7.3.2     | <b>Avaliação Interna.....</b>  | <b>63</b> |
| 7.4       | AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....  | 64        |

|       |  |     |
|-------|--|-----|
| 7.4.1 | Dos Princípios .....   | 64  |
| 7.4.2 | Dos Objetivos .....  | 64  |
| 7.4.3 | Das Modalidades .....  | 64  |
| 7.4.4 | Do Professor .....   | 65  |
| 7.4.5 | Dos Instrumentos .....   | 65  |
| 7.4.6 | Da Sistemática .....   | 65  |
| 8.    | QUADRO DE PESSOAL .....  | 67  |
| 8.1   | DA COORDENAÇÃO DO CURSO .....  | 67  |
| 8.1.1 | Atuação do Coordenador do Curso .....  | 67  |
| 8.1.2 | Titulação do Coordenador do Curso .....  | 68  |
| 8.1.3 | Regime de Trabalho .....   | 68  |
| 8.1.4 | Tempo de Atuação Profissional e no Magistério .....  | 68  |
| 8.2   | COLEGIADO DE CURSO .....   | 68  |
| 8.2.1 | Atribuições e Composição .....   | 68  |
| 8.2.2 | Competência do Colegiado .....   | 69  |
| 8.2.3 | Dinâmica de Reuniões .....   | 69  |
| 8.3   | NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE .....  | 69  |
| 8.3.1 | Composição e Competências .....  | 69  |
| 8.3.2 | Composição Integrantes do Núcleo docente Estruturante com Titulação Acadêmica, Função e Regime de Trabalho ..... | 71  |
| 8.3.3 | Alunos por Turma em Disciplina Teórica .....   | 71  |
| 8.3.4 | Pesquisa e Produção Científica dos Docentes .....  | 71  |
| 9.    | CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA .....   | 73  |
|       | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 75  |
|       | APÊNDICE A - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA .....                                       | 81  |
|       | APÊNDICE B – EMENTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS .....                | 84  |
|       | APÊNDICE C – QUADRO DE PROFESSORES DO CURSO .....  | 127 |
|       | APÊNDICE D – REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS DO CURSO .....   | 131 |
|       | APÊNDICE E – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO .....  | 143 |
|       | APÊNDICE F – REGULAMENTO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR .....   | 151 |

|  |            |
|--|------------|
| <b>APÊNDICE G – REGULAMENTO DAS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS .....</b> | <b>153</b> |
| <b>APÊNDICE H – REGULAQUADRO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS .....</b>                       | <b>156</b> |
| <b>APÊNDICE I – INFRAESTRUTURA .....</b>   | <b>159</b> |
| <b>ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 28 – CONSUPER/2012 .....</b>                                   | <b>170</b> |
| <b>ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 054 – CONSUPER/2010 .....</b>                                  | <b>171</b> |
| <b>ANEXO C – RESOLUÇÃO Nº 043 – CONSUPER/2013 .....</b>                                  | <b>172</b> |
| <b>ANEXO D – PORTARIA NOMEAÇÃO DO NDE .....</b>  | <b>173</b> |
| <b>ANEXO E – PORTARIA NORMATIVA Nº 009 – CONSUPER/2016 .....</b>                         | <b>174</b> |
| <b>ANEXO F – RESOLUÇÃO 036/2011 .....</b>  | <b>175</b> |
| <b>ANEXO G – ATA REUNIÃO NDE E PROEN .....</b>   | <b>176</b> |
| <b>ANEXO H – ATA REUNIÃO DO COLEGIADO .....</b>  | <b>177</b> |

## IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

|  |  |
|--|--|
| <b>Denominação do Curso</b>              | CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  |
| <b>Coordenador do Curso</b>              | <b>FRANCINI CARLA GRZECA</b> , Mestre em Educação, CPF: 002.155.650-45, 40H com Dedicção Exclusiva. E-mail: <a href="mailto:francini.grzecca@ifc-videira.edu.br">francini.grzecca@ifc-videira.edu.br</a> – Telefone: (49) 3533-4900.   |
| <b>Núcleo Docente Estruturante (NDE)</b> | <p><b>CLÁUDIA FÁTIMA KUIAWINSKI</b>, Mestre em Educação, CPF: 471.698.500-87, 40H com Dedicção Exclusiva. E-mail: <a href="mailto:claudia.kuiawinski@ifc-videira.edu.br">claudia.kuiawinski@ifc-videira.edu.br</a> – Telefone: (49) 3533-4900.</p> <p><b>DARC IONICE FEIJÓ DA ROCHA</b>, Especialista em Educação Especial, CPF: 045.618.819-30, 40H com Dedicção Exclusiva. E-mail: <a href="mailto:darc.rocha@ifc-videira.edu.br">darc.rocha@ifc-videira.edu.br</a> – Telefone: (49) 3533-4900.</p> <p><b>DAVI CÉZAR DA SILVA</b>, Mestre em Educação, CPF: 045.618.819-30, 40H com Dedicção Exclusiva. E-mail: <a href="mailto:davi.silva@ifc-videira.edu.br">davi.silva@ifc-videira.edu.br</a> – Telefone: (49) 3533-4900.</p> <p><b>FRANCINI CARLA GRZECA</b>, Mestre em Educação, CPF: 002.155.650-45, 40H com Dedicção Exclusiva. E-mail: <a href="mailto:francini.grzecca@ifc-videira.edu.br">francini.grzecca@ifc-videira.edu.br</a> – Telefone: (49) 3533-4900.</p> <p><b>JANE SUZETE VALTER</b>, Mestre em Educação, CPF: 816.172.679-53, 40H com Dedicção Exclusiva. E-mail: <a href="mailto:jane.valter@ifc-videira.edu.br">jane.valter@ifc-videira.edu.br</a> – Telefone: (49) 3533-4900.</p> <p><b>MARCOS ROHLING</b>, Mestre em Educação, CPF: 047.275.649-47, 40H com Dedicção Exclusiva. E-mail: <a href="mailto:marcos.rohling@ifc-videira.edu.br">marcos.rohling@ifc-videira.edu.br</a> – Telefone: (49) 3533-4900.</p> <p><b>VALDINEI MARCOLLA</b>, Doutor em Educação, CPF: 025.104.589-73, 40H com Dedicção Exclusiva. E-mail: <a href="mailto:valdinei.marcolla@ifc-videira.edu.br">valdinei.marcolla@ifc-videira.edu.br</a> – Telefone: (49) 3533-4900.</p> |
| <b>Modalidade</b>                        | Presencial   |
| <b>Grau</b>                              | Licenciatura   |
| <b>Titulação</b>                         | Licenciado em Pedagogia ou Pedagogo  |
| <b>Legislação</b>                        | <ul style="list-style-type: none"> <li>• Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96;</li> <li>• Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e 3/2006, que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia e a correspondente Resolução;</li> <li>• Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005;</li> <li>• Parecer CNE/CP nº 4/2005;</li> <li>• Resolução nº 1 CNE/CP de 15 de maio de 2006;</li> <li>• Parecer CNE/CP nº 2 CNE/CP de 1º de julho de 2015;</li> <li>• Parecer CNE/CP nº 9/2007;</li> <li>• Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007;</li> <li>• Portaria Normativa 009/2016 – aprova as diretrizes do curso de licenciatura.</li> </ul>   |
| <b>Local de Oferta</b>                   | <p><b>CNPJ:</b> 10.635.424/0007-71</p> <p><b>Razão Social:</b> INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE - CAMPUS VIDEIRA.</p> <p><b>Esfera Administrativa:</b> Federal</p> <p><b>Endereço:</b> Rodovia SC 135, km 125, S/No, Bairro Campo Experimental,</p>   |

|                               |   |
|-------------------------------|---|
|                               | CEP: 89560-000 – Videira, SC, Brasil.<br><b>Telefone/Fax:</b> (49) 3533-4900<br><b>E-mail de contato:</b> campusvideira@ifc.edu.br<br><b>Site da Unidade:</b> <a href="http://www.videira.ifc.edu.br">http://www.videira.ifc.edu.br</a>                         |
| <b>Turno</b>                  | Noturno/Vespertino  |
| <b>Número de Vagas</b>        | 40  |
| <b>Carga Horária do Curso</b> | Núcleo de Estudos de Formação Geral: 2.085 horas;<br>Núcleo de Aprofundamento de Diversificação de Estudos: 465 horas;<br>Núcleo de Estudos Integradores: 660 horas;<br>Atividades Curriculares Complementares: 200 horas;<br>Carga horária total: 3.410 horas. |
| <b>Periodicidade</b>          | Anual   |
| <b>Períodos</b>               | No mínimo 8 semestres   |

Fonte: Os Autores (2017).

## **1. APRESENTAÇÃO DO INTITUTO FEDERAL CATARINENSE - IFC**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presentes em todas as unidades da federação, os Institutos Federais resultam da reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e oferecem formação inicial e continuada, cursos de nível médio nas modalidades integrado, subsequente e concomitante, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina.

O Instituto Federal Catarinense oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei nº 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessária a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o PPI (Projeto Político Institucional), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Pedagogia, com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, juntamente PPI, a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa de cada curso. Vale ressaltar que, devido à importância do PPC, o mesmo deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado.

## 1.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

Ofertar uma educação de excelência, pública e gratuita, com ações de ensino, pesquisa e extensão, a fim de contribuir para o desenvolvimento socioambiental, econômico e cultural do indivíduo e da sociedade que ele constitui.

## 1.2 VISÃO INSTITUCIONAL

Ser referência em educação, ciência e tecnologia na formação de profissionais-cidadãos comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada.

## 1.3 GÊNESE E IDENTIDADE DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

O Instituto Federal Catarinense, com sede em Blumenau/SC, criado pela Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), possui atualmente quinze Campus instalados no Estado de Santa Catarina, a saber: Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Camboriú, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira.

De acordo com a Lei, o Instituto Federal é uma Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação gozando das seguintes prerrogativas: autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar. Essa Instituição abrange todo o território catarinense, o que contribui para posicionar a nova estrutura do Instituto Federal Catarinense numa Instituição de desenvolvimento estadual e, seus Campi em elos de desenvolvimento regional, garantindo-lhe a manutenção da respeitabilidade, junto às comunidades onde se inserem suas antigas instituições, cuja credibilidade foi construída ao longo de sua história.

No âmbito da gestão institucional, o Instituto Federal Catarinense busca mecanismos participativos para a tomada de decisão, com representantes de todos os setores institucionais e da sociedade. Com a criação dos Institutos Federais, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica aumenta significativamente a inserção

na área de ensino, pesquisa e extensão, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e estendendo seus benefícios à comunidade.



#### 1.4 BREVE HISTÓRICO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE – CAMPUS VIDEIRA

O Instituto Federal Catarinense – *Campus* Videira está situado no município de Videira - SC, no Vale do Rio do Peixe, distante 450 km da capital Florianópolis. Tem uma área de 377,85 km<sup>2</sup> e faz limite com os municípios de Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto, ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste.

O município encontra-se na zona agroecológica do Vale do Rio do Peixe, com clima subtropical, segundo classificação de Koppen, apresentando temperatura moderada, chuva bem distribuída e verão brando. Podem ocorrer geadas, tanto no inverno como no outono. As temperaturas médias são inferiores a 20°C, exceto no verão. No inverno a média é inferior a 14°C, com mínimas inferiores a 8°C. Classificação de Koppen é sistema de classificação climática global mais utilizada em geografia, climatologia e ecologia.

O acesso terrestre pode ser feito pela SC-135 e o aéreo através do Aeroporto Municipal Ângelo Ponzoni.

Em 2010, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município de Videira apresentou população de 47.188 habitantes, sendo 42.856 residentes na área urbana e 4.332 na área rural.

No setor primário, sobressai-se a fruticultura, com ênfase na cultura do pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destacam-se a criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, as cantinas de vinho, indústrias em geral e agroindústria. Destaca-se, ainda, a empresa Brasil Foods/Perdigão S.A, um dos maiores frigoríficos da América Latina, absorvendo a maior parte da produção de aves e suínos do município e da região, e gerando milhares de empregos.

Devido à sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos atrativos naturais como rios, cascatas e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por Lei municipal, a reserva florestal Parque da Uva, em uma área de 70.000 m<sup>2</sup> com bosques e áreas de lazer, composta por rica diversidade de plantas nativas.

O IFC *Campus* Videira iniciou suas atividades em março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia e funcionou, até o início de 2010, no prédio da Escola Criança do Futuro – CAIC, espaço cedido pela Prefeitura

Municipal de Videira. Neste local foram disponibilizadas duas salas de aula, onde funcionavam a secretaria e diretoria escolar, e os laboratórios de informática e de química.

Neste mesmo período, teve início a primeira turma do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, constituída por trinta e cinco estudantes. Contava com um coordenador, uma secretária e uma equipe de cinco professores. Em 2007 iniciou-se a segunda turma e ocorreu a contratação de novos professores. Para estas duas primeiras turmas, as aulas eram ministradas nos períodos matutino e vespertino e, em junho de 2008, realizou-se a formatura da primeira turma.

Ainda em 2008, emendas parlamentares possibilitaram a aquisição de equipamentos e o início das obras do Campus, no local onde anteriormente estava instalado o Horto Municipal da Prefeitura de Videira e, mediante realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Videira, realizada em 04 de abril daquele mesmo ano, foi sugerido que o Campus ofertaria cursos nas seguintes áreas de conhecimento: agropecuária, embalagens, indústria e licenciaturas.

Todos estes esforços conjuntos, que envolveram a comunidade junto com lideranças locais, foram culminados com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, do qual o Campus de Videira faz parte (BRASIL, 2008).

Em 2009 foi realizado concurso público para a contratação de professores e técnicos administrativos. Também foi realizado o primeiro processo seletivo para a entrada de estudantes nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática para o Campus Videira, e nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho para o Campus Avançado de Luzerna.

Além da estrutura física, atualmente, o IFC Campus Videira possui uma equipe multidisciplinar e professores capacitados e com boa formação acadêmica.

## 1.5 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

CNPJ: 10.635.424/007-71

Razão Social: Instituto Federal Catarinense – IFC

Nome de Fantasia: Instituto Federal Catarinense - Campus Videira - IFC

Esfera Administrativa: Federal

Endereço: Rodovia SC 303 – Bairro Campo Experimental – s/n – Videira – SC CEP 89560-000

Telefone/Fax: (49) 35334900

E-mail de contato: gabinete@ifc-videira.edu.br

Site da unidade Área do Plano: <http://www.ifc-videira.edu.br>

Área do Plano: Ciências Humanas

## 1.6 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA

Conforme a Resolução Nº 057 do Consuper, de 26 de novembro de 2012, a Educação Superior, no âmbito do IF Catarinense, poderá abranger os seguintes cursos e programas:

I – Cursos de graduação:

a) cursos superiores de educação profissional tecnológica, que visem formar profissionais específicos para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

II – Cursos ou programas de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

III – Cursos ou programas de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica; e

IV – Cursos ou programas de extensão.

### **1.6.1 Órgãos Colegiados**

O Conselho de Campus – CONCAMPUS foi criado pela Resolução 002/2011 – Conselho Superior/02/05/2011 como uma instância Institucional que presta apoio ao processo decisório, à gestão administrativa, econômica, orçamentária e financeira, acadêmica e sobre relações sociais, de trabalho e de vivência, sendo um Colegiado Consultivo no âmbito Institucional, presente em cada campus.

É constituído, em cada campus, pelo: diretor geral, diretores de ensino e administração, dois representantes dos docentes, dois representantes dos servidores técnico-administrativos, dois representantes do corpo discente, um representante dos egressos e um representante dos pais de alunos.

No Campus Videira foram realizadas eleições nos anos de 2011 e 2013 e o órgão encontra-se instalado e em atividades.

### **1.6.2 Estrutura Organizacional e Núcleos**

A instituição conta com os seguintes núcleos: Direção de Desenvolvimento de Ensino (DDE), Núcleo Pedagógico (NUPE), Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), Coordenação Geral de Assistência ao Estudante (CEGAE) e Coordenação de Registro Acadêmico (CRA).

A Direção de Desenvolvimento de Ensino (DDE) é responsável por planejar, executar e coordenar ações ligadas às atividades de ensino. No departamento são desenvolvidas ações que afetam diretamente a vida do estudante, como, por exemplo, a elaboração do calendário acadêmico e a realização de atividades pedagógicas como os Conselhos de Classe. Cabe ao DDE, ainda, promover as atividades de supervisão e orientação do corpo docente e discente, auxiliando na resolução de problemas e possibilitando o pleno desenvolvimento das potencialidades de ambos. Ao DDE estão ligadas a Coordenação Geral de Ensino, o Núcleo Pedagógico (NUPE), o Núcleo de Atendimento aos Portadores de Necessidades Específicas (NAPNE) e a Coordenação do Projeto Segundo Tempo (concluído no ano de 2012), a biblioteca e a Coordenação de Registros Acadêmicos.

O Núcleo Pedagógico (NUPE) é composto por uma equipe multidisciplinar de profissionais que atuam em conjunto no desenvolvimento de atividades de apoio psicológico e pedagógico para os discentes e docentes do IFC - Campus Videira.

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é uma proposição da Secretaria de Educação Tecnológica e Profissional do Ministério da Educação (SETEC/MEC), através do Programa Tecnologia, Educação, Cidadania e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Específicas (Programa TECNEP). O objetivo da iniciativa é consolidar uma política de educação inclusiva nas Instituições Federais de Ensino, atendendo o propósito da inclusão escolar, atuando diretamente no contexto escolar, disseminando conceitos, divulgando experiências e sensibilizando as comunidades escolares para a questão das necessidades específicas.

Os NAPNEs têm a finalidade desenvolver ações de implantação e implementação do Programa TECNEP e de políticas de inclusão em cada instituição pertencente à rede federal de ensino, conforme as demandas existentes. Tendo como parâmetro o referencial da educação inclusiva e as orientações e suporte do Programa TECNEP, entende-se que o IFC não pode ficar à margem de tal processo, devendo promover na instituição a cultura da educação para a convivência, a aceitação da diversidade e a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

A Coordenação Geral de Assistência ao Estudante (CEGAE) é o setor responsável pelas questões disciplinares e de apoio ao estudante.

A Coordenação de Registro Acadêmico (CRA) tem como funções dar suporte à Coordenação de Ensino e Professores; salvaguardar documentos sigilosos; atender a clientela interna e externa; fazer registro no sistema acadêmico de matrículas, turmas, classes, matrizes curriculares, elementos disciplinares, calendários, registro de notas e regras acadêmicas, bem como confeccionar diplomas e históricos escolares, entre outras.

O Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) foi criado a partir da publicação da Portaria N. 0160/2013, de 21 de janeiro de 2013 após essa necessidade ter sido detectada pelo Comitê de Implantação do Núcleo de Gestão Ambiental (CINGA) no ano de 2012. Dentre as atribuições do Núcleo de Gestão Ambiental, destacam-se a discussão, formulação e implementação da Política Ambiental do IFC. Tal ação

vinculará o princípio da sustentabilidade socioambiental no Instituto Federal Catarinense, tornando-o valor fundamental para a comunidade escolar, como também, buscará o cumprimento da legislação ambiental em todos os setores e campus.

Além disso, as ações do NGA estarão voltadas para a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos aos problemas ambientais que concernem ao IFC. Estas podem ser desenvolvidas por meio de projetos de pesquisa e extensão, como por meio de processos administrativos típicos como: planejamento, controle, coordenação, motivação e outros.

A criação do Núcleo de Gestão Ambiental se torna de suma importância para a formação do acadêmico do curso de Pedagogia e, portanto, vínculos entre as atividades do curso e do núcleo têm sido estreitados.

### **1.6.3 Organização Administrativa do *Campus***

a) **Diretor Geral** - são atribuições do Diretor Geral: acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos do campus, propondo, com base na avaliação de resultados, a adoção de providências relativas à reformulação dos mesmos; apresentar à Reitoria, anualmente, proposta orçamentária com a discriminação da receita e despesa prevista; apresentar anualmente à Reitoria relatório consubstanciado das atividades do campus; controlar a expedição e o recebimento da correspondência oficial; coordenar a política de comunicação social e informação da Instituição; cumprir e fazer cumprir as disposições do Estatuto, do Regimento Geral, regulamentos internos e decisões dos colegiados superiores e dos órgãos da administração superior do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense; exercer a representação legal; fazer a gestão do Conselho Escolar, incluindo a posse dos seus membros, convocação e presidência das sessões, com direito a voto de qualidade; organizar a burocracia de legislação e normas, recursos humanos, serviços gerais, material e patrimônio e contabilidade do campus; planejar, executar, coordenar e supervisionar as políticas de ensino, pesquisa, extensão e administração, em articulação com as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas; propor ao Reitor a nomeação e exoneração dos dirigentes do campus, para o exercício de cargos de direção; designar e exonerar os dirigentes

para o exercício das funções gratificadas, no âmbito local; propor o calendário anual de referência para as atividades acadêmicas; articular a celebração de acordos, convênios, contratos e outros instrumentos jurídicos com entidades públicas e privadas; submeter ao Reitor proposta de convênios, contratos, acordos e ajustes, cuja abrangência envolva o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense; zelar pelo cumprimento das leis e normas, das decisões legais superiores, bem como pelo bom desempenho das atividades do campus; desenvolver outras atividades inerentes ao cargo ou que lhe sejam atribuídas pelo Reitor.

b) **Direção do Departamento de Desenvolvimento Educacional** - compete a esse departamento planejar, supervisionar, controlar e avaliar a execução das atividades referentes ao ensino, produção, pesquisa e de assistência ao educando; zelar pela articulação entre educação profissional e as diferentes formas e estratégias de educação e de integração Escola-Comunidade; elaborar a proposta pedagógica e a organização didática da Escola, observando-se a legislação vigente.

c) **Direção do Departamento de Administração e Planejamento** - Ao DAP compete acompanhar, supervisionar e avaliar a execução dos planos, programas e projetos da instituição, propondo, com base na avaliação de resultados, a adoção de providências relativas à reformulação dos mesmos; desenvolver outras atividades atribuídas pelo Diretor Geral; assinar, em conjunto com o coordenador de despesas, atos de execução orçamentária e financeira na forma de legislação vigente.

## 1.7 PROGRAMAS E PRÁTICAS INSTITUCIONAIS

### 1.7.1 Programas de apoio financeiro (bolsas)

O IFC – Campus Videira oferta três tipos de bolsas aos estudantes:

1. Bolsa PG (Pesquisa de Graduação);
2. Bolsa IC (Iniciação Científica);
3. Bolsa AE (Atividade de Extensão).

As atividades são, obrigatoriamente, voltadas a programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão que visem ao desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e são desenvolvidas no âmbito do IFC – Campus Videira e/ou em

cooperação com os órgãos e instituições de apoio à pesquisa, ao ensino e à extensão.

A instituição desenvolve alguns programas de apoio financeiro ao discente, a saber:

a) **Iniciação Científica:** é a bolsa destinada ao estudante de graduação que, sob orientação de um professor mestre ou doutor, desenvolve pesquisa científica ou tecnológica. O estudante deve ter concluído as disciplinas relevantes para o desenvolvimento do projeto e dedicar-se exclusivamente ao curso e à pesquisa. Deve ainda apresentar relatório científico anual. Esses programas de Iniciação Científica são oriundos de financiamento de órgãos externos como CNPQ e FAPESC.

b) **Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social (PAE)** - regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica a partir da concessão de auxílios (moradia, transporte, material didático).

### 1.7.2 Acompanhamento psicopedagógico

O acompanhamento psicopedagógico aos docentes e estudantes do Campus Videira se dá a partir das demandas existentes que são direcionadas aos profissionais do Núcleo Pedagógico (NUPE) e da Coordenação Geral de Assistência ao Educando (CGAE).

Em relação aos estudantes a demanda surge, em alguns casos, de forma espontânea (procuram a equipe e relatam suas dificuldades), em outros momentos o professor ou coordenador de curso contata a equipe que intervém de maneira necessária, orientando ou buscando mais informações. De acordo com a dificuldade, o estudante é avaliado (a partir das atividades feitas em sala ou orientadas pela equipe) em seguida é feita opção pelo encaminhamento adequado. O contato com a família, em alguns casos, é fundamental, em outros são feitos encaminhamentos a profissionais especializados. Dependendo da dificuldade o estudante continuará sendo acompanhado pelo técnico administrativo referência do curso que atua com orientações, atividades paralelas, entre outros.



O acompanhamento psicopedagógico aos docentes surge de forma espontânea, por meio de contato com a psicóloga escolar.

### **1.7.3 Acompanhamento a Estudante com Necessidades Específicas**

O atendimento é feito pelo Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), que desenvolve as seguintes atividades:

a) **Reuniões pedagógicas:** tanto nas reuniões de NDBs e/ou NDEs, bem como de estudo ordinárias e extraordinárias;

b) **Atendimento psicológico:** presença de psicóloga que intervém no dia a dia, auxiliando para que se concretize o processo de aprendizagem eficiente.

### **1.7.4 Mecanismos de Nivelamento**

Na primeira semana de aula, os professores realizam atividades básicas para o desenvolvimento das atividades letivas. Durante o ano, ao sentir necessidade de retomar algum conteúdo específico, os docentes dedicam mais um tempo à questão, no caso de ser dificuldade generalizada. Caso sejam individualizadas são ofertadas em horários alternativos para reforço na medida da disponibilidade de tempo dos docentes.

Também podem ser disponibilizados cursos que atendam às dificuldades específicas registradas em cada semestre letivo. Um exemplo são oficinas de leitura e produção de textos, visando suprir dificuldade trazidas à educação superior pelos estudantes.

### **1.7.5 Acompanhamento de Egressos**

O IFC – Campus Videira assume como política institucional o acompanhamento de seus egressos nos aspectos socioeconômicos e educacionais. A partir do ano de 2015 o “Programa de Mapeamento de Egressos”, trabalho conjunto da Secretaria Acadêmica, CECOM e Pesquisa Institucional, buscou mapear a situação atual deste segmento considerando indicadores de empregabilidade na área de formação e ascensão acadêmica.

Os resultados estão contidos no documento Institucional Programa de Mapeamento de Egressos – Relatório 2015/2016 (conforme link: <<http://videira.ifc.edu.br/wp-content/uploads/2015/11/relat%C3%B3rioegressos.pdf>>) e culminou na implementação de ações com vistas ao atendimento de necessidades deste público, que também representa responsabilidade institucional, no sentido de que o desenvolvimento do arranjo produtivo local tem como premissa o investimento no potencial humano regional. Das ações que a partir dos dados da Pesquisa já se concretizaram estão a elaboração do site dos egressos (<http://videira.ifc.edu.br/egresso/>) no qual constam informações e orientações sobre mercado de trabalho, cursos e possibilidades de formação continuada.

Também foi instituída pesquisa anual com meta amostral de 40% dos egressos, cujas informações darão base a novos Relatórios cujos dados serão importante subsídio na implementação de novas políticas e projetos para este segmento e para o campus como um todo pois permitem a percepção de indicadores de eficácia dos cursos na economia regional, ou seja, *a análise do que o arranjo produtivo espera dos serviços prestados pela instituição seja no âmbito do ensino, pesquisa ou extensão. Ainda constam em projeto para 2016, realização de encontros desportivos para integralização do segmento egressos à comunidade acadêmica.*

Nestes cinco anos de existência o campus Videira formou 1.141 estudantes distribuídos em cursos de formação inicial e continuada (54%), cursos técnicos (36,2%), especializações lato sensu (9,7%) e já colaram grau nossos dois primeiros alunos de graduação, sendo esperada para 2016 a colação de grau de cerca de trinta acadêmicas do curso de Licenciatura em Pedagogia e mais dez do curso de Bacharelado em Ciência da Computação.

Outrossim, os dados do SISTEC conduzem a reflexão sobre a problemática da evasão escolar pois para cada aluno formado há um aluno evadido, sendo imprescindível uma inferência pedagógica e de gestão no processo de otimização dessa situação.

O acompanhamento a egressos realizado pelo campus IFC – Campus Videira, consolidado pelo Programa de Mapeamento de Egressos, constatou que a presença de uma Instituição Federal de Ensino na região de Videira SC, proporcionou a inserção no mercado de trabalho de 55% de seus egressos na área de formação, sem considerar aqui aqueles que concluíram cursos FIC. Também pode-se verificar

que o IFC possibilitou formação geral consistente, permitindo a entrada de parcela considerável de egressos no ensino superior em carreiras e instituições de grande concorrência. Para que seja possível manter este resultado, é imprescindível debruçar-se periodicamente não somente à matriz curricular, mas também as necessidades do arranjo produtivo local e nesse ponto que se enfatiza a elevada importância que o IFC – Campus Videira dá ao acompanhamento de egressos.

Sendo um campus recente, o IFC - Videira ainda tem poucos egressos. Dessa forma, os mecanismos de acompanhamento após a conclusão dos cursos ainda estão em estudo. Posteriormente serão publicados e colocados em prática à medida que os cursos formem profissionais em suas áreas específicas.

## 2. PERFIL DO CURSO

### 2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

Habilitação: Pedagogia – Licenciatura

Titulação: Licenciado em Pedagogia ou Pedagogo

Carga Horária Total: 3.410 horas

Atividades Formativas:

Núcleo de Estudos de Formação Geral e Núcleo de Estudos Integradores: 2.745 horas

Estágio Supervisionado: 405 horas

Atividades curriculares complementares: 200 horas

Duração: mínimo de 08 semestres

Período de integralização: mínimo de 8 semestres e máximo 16 semestres.

Número de vagas /ano: 40 vagas

Turno de funcionamento: noturno e vespertino

Campus onde é oferecido: Videira

Funcionamento: 2ª a sábado

Regime de oferta: anual

Modalidade de oferta: regular presencial

E-mail do curso: [superior.pedagogia@ifc-videira.edu.br](mailto:superior.pedagogia@ifc-videira.edu.br)

### 2.2 JUSTIFICATIVA

Nesta regionalização na qual o IFC se encontra inserido, é oportuno destacar que Videira é um município em franca expansão econômica, fortemente alicerçada na sua consolidada identidade industrial.



retratadas no contexto escolar. Tais transformações exigem a formação de um profissional em Pedagogia possuidor de conhecimentos, habilidades e competências que lhe permitam inserção no mundo contemporâneo, como docente, pesquisador e gestor de processos pedagógicos que envolvam crianças, adolescentes, jovens e adultos. Isso implica em que a ampliação de oferta de novos cursos esteja pautada em projetos que visem à transformação social e que reflitam criticamente acerca dos espaços escolares e do fazer docente.

Segundo dados do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2009), Santa Catarina possui cerca de 65.798 professores de Educação Básica. Destes, ainda 13.733 possuem apenas formação de nível médio ou fundamental, ou seja, em torno de 20% dos professores que lecionam nas escolas de Santa Catarina não possuem curso de licenciatura.

No que tange à Educação Infantil, 34% não possui Curso Superior de Pedagogia ou qualquer outra licenciatura. Isto significa que 6.662 professores que já atuam em sala de aula não têm formação superior. Também nos anos iniciais do Ensino Fundamental percebe-se uma demanda significativa para o ingresso no curso de Pedagogia. Sendo que 19% dos professores não possuem formação em Curso Superior no Estado de Santa Catarina, totalizando 4.648 professores.

A ausência histórica da oferta de cursos superiores públicos nas licenciaturas acarretou no crescimento da procura pelo curso de Magistério em Nível Médio, oferecido por uma única escola estadual. Curiosamente, parte significativa desses alunos já concluiu o Ensino Médio e optam pelo retorno a esta etapa da educação justamente por não encontrar a oferta de cursos superiores de Pedagogia em caráter presencial gratuitos. A carência da oferta no nível superior gratuito corrobora uma vez mais essa realidade, impedindo os educandos de acessar melhores colocações no sistema educacional e qualificá-los profissionalmente. Além disso, de acordo com a secretaria da escola que oferta o curso de Magistério, a cada início de ano constitui-se uma lista de espera considerável, pois não há capacidade de atendimento de toda a demanda.

Diante dos contextos nacional e local abordados, a implantação do curso de Pedagogia deverá compor uma nova página na história da formação docente nesta região, com educação pública, presencial e de qualidade.

### 2.3 MISSÃO DO CURSO

Qualificar profissionais da educação, com sólido conhecimento científico, tecnológico, humanístico, ético e pedagógico, relacionado aos diversos sistemas teóricos da formação e atuação pedagógica, planejamento e pesquisa, organização e gestão dos sistemas de ensino relacionado às esferas administrativa e pedagógica, contribuindo para desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, sem perder a dimensão do universal.

### 2.4 VISÃO DO CURSO

Ser referência nacional na formação de licenciados em Pedagogia, sintonizado com as demandas educacionais sociais, econômicas e culturais, considerando as questões de diversidade cultural pautado na ética e visão humanística.

### 2.5 DIRETRIZES CURRICULARES

As Diretrizes Curriculares para os cursos superiores de Pedagogia são dadas pelo Parecer CNE/CP nº 2, de 9 de junho de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos profissionais do Magistério e da Educação Básica e pela Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Estas Diretrizes definem os princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados no planejamento e avaliação do Curso de Graduação em Pedagogia, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país.

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 2 de 1º de julho de 2016, o licenciado em Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de

interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

I - O conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - A pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III - A participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

## 2.6 LEGISLAÇÃO E ATOS OFICIAIS RELATIVOS AO CURSO

I – Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

II – Lei n. 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

III – Lei nº 9.795/1999, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental;

IV – Lei n. 10.861/2004, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;

V – Lei 11.892/2008, de 29 de dezembro de 2008, que institui a criação dos Institutos Federais;

VI – Lei nº 11.645/2008, de 11 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”;

VII – Lei 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

VIII – Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação;

IX – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, observados os preceitos dos artigos 61 até 67 e do artigo 87 da Lei nº 9.394, de 1996, que dispõem sobre a formação de profissionais do magistério, e considerando o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009;



X – Decreto nº 5.773/2006, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;

XI – Decreto nº 5.154/2004, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

XII – Decreto nº 5.296/2004, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;

XIII – Decreto nº 5.626/2005, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;

XIV – o Decreto nº 4.281/2002, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências; Portaria Normativa MEC 40/2007, republicada em 2010, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;

XV – Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de abril de 1999, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal;

XVI – Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia;

XVII – Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;

XVIII – Resolução CNE/CP nº 3, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;

XIV – Resolução CNE/CNE nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada;

XX – Regimento Geral do Instituto Federal Catarinense;

XXI – Organização Didática dos Cursos Superiores do IFC.

## 2.7 IMPLEMENTAÇÃO DO PPI E DO PDI NO ÂMBITO DO CURSO

Em 2009, quando da aprovação do Projeto Político Pedagógico Institucional e do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Catarinense, o campus de Videira estava ainda em fase de implantação. Entretanto, os dois documentos servem de base para a construção do presente projeto em termos de concepções, normatizações e planejamento de expansão e a própria criação do curso de Pedagogia no IFC Videira atende à política de expansão prevista no PDI. Dentre as metas da Pró-Reitoria de Ensino (2009-2011), consta a implantação de novos cursos em todos os níveis e modalidades de ensino.

Em relação à implementação do Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI do IFC (2014 - 2018) no curso de Pedagogia, ao tratar das concepções pedagógicas o documento aponta vários princípios norteadores, que direcionam o trabalho da instituição.

Assim, o primeiro princípio é a ruptura da dualidade entre teoria e prática e, segundo o documento tal princípio educativo não admite a separação entre as funções intelectuais e as técnicas e respalda uma concepção de formação profissional que unifique ciência, tecnologia e trabalho, bem como atividades intelectuais e instrumentais. Essa preocupação está presente na elaboração da matriz curricular do curso de Pedagogia - Licenciatura, construída de forma a assegurar aos egressos a capacidade de reflexão teórico-prática acerca da área de educação e de seus entornos. Por essa razão, a construção do conhecimento, mais do que a transmissão de conteúdos, está presente nos diferentes componentes curriculares, na distribuição dos estágios curriculares e do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

O PPI prevê ainda como princípio que baliza a sua concepção pedagógica a flexibilidade curricular e mobilidade, de forma a facilitar as trocas entre os campus

(mobilidade interna) e com outras instituições (externa). Nesse sentido, visando proporcionar a mobilidade entre os campus a matriz curricular do curso de Pedagogia do IFC, é a mesma implementada e em andamento no curso de Pedagogia de Camboriú. Também quanto à flexibilidade, no projeto do curso não foram estabelecidos pré-requisitos aos componentes curriculares partindo-se da concepção de que a construção do conhecimento não é linear e estática. Além disso, as atividades curriculares complementares propiciam maior flexibilidade ao currículo do curso, na medida em que são previstas atividades diversificadas.

O mesmo documento destaca a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão e nessa tríade coloca a centralidade na pesquisa acadêmica como elemento capaz de assegurar significação renovada ao ensino. Para além do envolvimento dos discentes em pesquisa (o curso tem um grupo de pesquisa cadastrado no CNPq que envolve discentes) e de perspectivas de envolvimento em atividades de extensão, conforme preconiza o PPI, a matriz curricular do curso de Pedagogia está organizada de tal forma que assegura a pesquisa como elemento constituinte da formação dos acadêmicos. Basta verificar a presença do componente curricular Pesquisa e Processos Educativos ao longo de todos os semestres do curso (Pesquisa e Processos Educativos I a VIII).

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IFC dá ênfase à necessidade do desenvolvimento de competências via formação nos cursos oferecidos pela instituição, entre os quais está a Pedagogia. A noção de competência é definida como a qualidade do trabalho, a ética no comportamento, a convivência participativa e solidária, a iniciativa e a criatividade, com vistas à formação de sujeitos capazes de atuar e conviver com responsabilidade e ética. Essa preocupação também está expressa no Perfil do Egresso de Pedagogia, e seguindo o que preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais, o perfil aponta como princípio básico a atuação do egresso com ética e compromisso na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Outro aspecto norteador da instituição, segundo o documento, é a compreensão acerca da sua responsabilidade social, que se efetivará via ações de ensino, pesquisa e extensão, programas de inclusão social, ação afirmativa e inclusão digital e do estabelecimento de relações com o setor público, o produtivo e o mundo do trabalho. O curso de Pedagogia procurará efetivar essas metas por

meio de ações de extensão que envolvam os professores e alunos das instituições educacionais localizadas nos municípios da região do meio oeste catarinense, tanto nos projetos financiados quanto via atuação dos estudantes nos componentes curriculares de Estágios Supervisionados e Pesquisa e Processos Educativos.

Alguns projetos de extensão já estão sendo desenvolvidos pelo campus de Videira, do qual participam docentes do curso de Pedagogia. Com financiamento do PROEXT ou do uso de espaços do curso – como a brinquedoteca e o laboratório de ensino, por exemplo, serão estendidos à comunidade. Cientes de sua responsabilidade social como instituição pública de ensino, os docentes do curso de Pedagogia contribuem com as redes de ensino pela participação em eventos de capacitação de professores.

## 2.8 OBJETIVOS DO CURSO

### 2.8.1 Geral

Formar professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

### 2.8.2 Específicos

- Desenvolver posturas éticas e críticas necessárias para a formação da identidade profissional, interagindo como sujeitos conscientes do seu papel na construção e transformação do meio em que vivem;
- Estimular posturas ativas na busca e construção dos espaços sociais, para a definição de seus próprios caminhos e re-significações de suas práticas educacionais;
- Propiciar ao Licenciado em Pedagogia conhecer a escola como organização complexa, tendo como função promover a educação para a cidadania;
- Articular ensino, pesquisa e extensão, voltando-os às demandas sociais;

- Propiciar uma sólida formação e domínio em conteúdos específicos na área de formação;
- Possibilitar a identificação das etapas do planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógica, com competência técnico-científica;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais, locais e regionais, e propor encaminhamentos relacionados às questões da qualidade de ensino, assim como, medidas que contribuam para superar a exclusão social;
- Possibilitar conhecimento de metodologias de ensino-aprendizagem e materiais de apoio e ensino para decidir, diante de cada conteúdo específico e cada classe particular de alunos, qual o melhor procedimento pedagógico para favorecer a aprendizagem avaliando os resultados de suas ações por diferentes caminhos.

## 2.9 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

As Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltam que a educação do licenciado em Pedagogia deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural.

O propósito dos estudos desses campos é nortear a observação, análise, execução e avaliação do ato docente e de suas repercussões ou não em aprendizagens, bem como orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além da organização, funcionamento e avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino.

Para proporcionar essa educação busca-se uma concepção teórica fundamentada na abordagem filosófica do materialismo histórico e dialético. Chauí (1995, p. 414) assim explica essa abordagem:

(...) materialismo, porque somos o que as condições materiais [...] nos determinam a ser e a pensar. Histórico porque a sociedade e a política não surgem de decretos divinos nem nasce da ordem natural, mas dependem da ação concreta dos seres humanos no tempo.

Nessa perspectiva, os seres humanos fazem sua história, ao mesmo tempo em que são determinados por ela. Coerentemente, para o processo metodológico, buscamos a opção por um enfoque histórico-cultural.

A concepção histórico-cultural considera que todos são capazes de aprender e compreende que as relações e interações sociais estabelecidas pelos sujeitos são fatores de apropriação de conhecimento. Por isso, traz consigo a consciência da responsabilidade ética da escola com a aprendizagem de todos, uma vez que ela é interlocutora privilegiada nas interações sociais de todos alunos.

Por essa concepção, papel do professor é conhecer o nível de desenvolvimento em que se encontram seus alunos a fim de estabelecer mediações pertinentes que possibilitem o desenvolvimento destes sujeitos. Rego (2002, p. 88) reforça que o fator imprescindível para as interações na sala de aula, são os diferentes ritmos, comportamentos, contextos familiares, valores e níveis de conhecimento de cada sujeito. Esses imprimem ao cotidiano escolar a possibilidade da troca de repertórios, de visão de mundo, confrontos, ajuda mútua e, conseqüentemente, a ampliação das capacidades individuais.

É importante ressaltar que a formação do graduando de Pedagogia tem peculiaridades muito especiais, ou seja, ele aprende a profissão no lugar similar a aquele em vai atuar, porém numa situação invertida. Este movimento implica que deve haver uma coerência entre o que se faz na formação e o que dele se espera como profissional.

O Parecer CNE/CP 009/2001 evidencia a necessidade que o futuro professor experiencie, como aluno, durante todo o processo de formação, as atitudes, modelos didáticos, capacidades e modos de organização que se pretende e venham a ser concretizados em suas práticas pedagógicas.

Diante dessa perspectiva de educação, o processo de ensino-aprendizagem está consubstanciado na (o):

- **Visão de sujeito (aluno e professor):** como um sujeito que está inserido em um contexto histórico, capaz de agir e refletir sobre o mundo objetivando transformá-lo;

- **Visão do papel do professor:** como mediador, aquele que orienta, instiga e faz a mediação entre o aluno e o conhecimento, aquele que ensina e ao mesmo tempo aprende;
- **Conhecimentos:** selecionados que mantêm estreita relação com as experiências vividas pelo aluno, o que permite o estabelecimento de relações entre a vida cotidiana e a apropriação do saber científico produzido socialmente;
- **Metodologia:** que está pautada na interação das relações entre os sujeitos envolvidos no processo;
- **Avaliação:** enquanto processo, considerando essencialmente a apropriação dos conceitos científicos e sistematização crítica dos conhecimentos. As Diretrizes Curriculares Nacionais ressaltam que a educação do licenciado em Pedagogia deve propiciar, por meio de investigação, reflexão crítica e experiência no planejamento, execução, avaliação de atividades educativas, a aplicação de contribuições de campos de conhecimentos, como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico e o cultural.

## 2.10 PERFIL DO EGRESSO

O Licenciado em Pedagogia deverá ser um profissional com perfil de pesquisador-crítico-reflexivo com um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos. Habilitado a atuar no ensino, na pesquisa, na organização e gestão de projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estática.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015), o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - Compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

III - Trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;

IV - Dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

V - Relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - Identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - Atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - Participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - Realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;



XII - Utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - Estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

## 2.11 CAMPO DE ATUAÇÃO

A área de atuação profissional é a docência nas instituições de ensino e pesquisa, nos órgãos governamentais e não-governamentais, na educação básica e no planejamento, organização e gestão dos sistemas de ensino, nas esferas administrativas e pedagógicas, com competência técnico-científica.

O trabalho pedagógico está presente nas várias modalidades da educação, considerando a sua importância no contexto das diversas esferas da atividade humana, constituindo assim, um leque de oportunidades de atuação para o pedagogo como o profissional da educação.

Nessa perspectiva, as atividades do profissional Licenciado em Pedagogia envolvem à docência, a gestão dos processos educativos em ambientes escolares e não-escolares, e ainda a produção e disseminação de conhecimentos da área da educação.

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (CNE/2006), o campo de atuação constitui-se das seguintes áreas:

- Docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;

- Gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação,

acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;

- Produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não escolares.

### 3. MATRIZ CURRICULAR

#### 3.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

A organização curricular do curso tem como base o artigo 12º da Resolução CNE/CP Nº 2 de 1º de julho de 2015 – que orienta a constituição da matriz a partir de três núcleos de estudos: *um núcleo de estudos de formação geral, um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e um núcleo de estudos integradores.*

O *núcleo de estudos de formação geral* articula a aplicação de princípios, concepções e critérios das diferentes áreas de conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia; a aplicação de princípios da gestão democrática, observação, análise, planejamento, implementação e avaliação dos processos educativos em espaços escolares e não-escolares; aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos dos processos de desenvolvimento de crianças, jovens e adultos, nas diferentes dimensões; utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, nas situações de aprendizagem; estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas; estudo das relações entre educação e trabalho; atenção referente à questão da ética, estética e à ludicidade, articulando o saber aluno à pesquisa, à extensão e à prática educativa; o estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional.

Este núcleo de estudos busca articular essas e outras questões por meio do estudo acurado da literatura pertinente e realidades educacionais, bem como por meio de reflexões e ações críticas, não perdendo de vista a diversidade e multiculturalidade da sociedade brasileira.

O núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos é voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, o qual propiciará, entre outras possibilidades, a investigação sobre processos educativos e gestoriais em diferentes contextos; avaliação, criação e utilização de textos e materiais didáticos, processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural e o estudo, análise e avaliação das teorias da educação, a fim de propiciar a elaboração de propostas educacionais consistentes e inovadoras.

O núcleo de estudos integradores proporcionará o enriquecimento curricular, compreendendo a participação em seminários e estudos curriculares, em projetos de

iniciação científica, monitorias e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente do curso; atividades práticas, possibilitando vivências nas diversas áreas do campo educacional e atividades de comunicação e expressão cultural.

### 3.1.1 Matriz Curricular das Disciplinas Obrigatórias

QUADRO 3 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: PRIMEIRO SEMESTRE

| PRIMEIRO SEMESTRE                      |                                   |                   |         |     |       |          |
|--|-----------------------------------|-------------------|---------|-----|-------|----------|
| Código                                 | Componente curricular             | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|  |                                   | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0701                                | Pesquisa e Processos Educativos I | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| LPB0703                                | Antropologia                      | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0704                                | Filosofia da Educação             | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0705                                | Leitura e Produção Textual        | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0706                                | Pedagogia e Profissão Docente     | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |                                   | 300               | -       | 30  | 330   | 22       |

Fonte: Os Autores (2017).

QUADRO 4 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: SEGUNDO SEMESTRE

| SEGUNDO SEMESTRE                       |                                    |                   |         |     |       |          |
|--|------------------------------------|-------------------|---------|-----|-------|----------|
| Código                                 | Componente curricular              | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|  |                                    | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0711                                | Pesquisa e Processos Educativos II | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| LPB0707                                | Educação, Sociedade e Trabalho     | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0708                                | Infância e Pedagogia               | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0709                                | História da Educação               | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0710                                | Literatura e Educação              | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0713                                | Psicologia da Educação             | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |                                    | 360               | -       | 30  | 390   | 26       |

Fonte: Os Autores (2017).

QUADRO 5 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: TERCEIRO SEMESTRE

| TERCEIRO SEMESTRE |  |  |  |  |  |  |
|-------------------|--|--|--|--|--|--|
|-------------------|--|--|--|--|--|--|

| Código                                 | Componente curricular               | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|--|-------------------------------------|-------------------|---------|-----|-------|----------|
|  |                                     | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0719                                | Pesquisa e Processos Educativos III | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| LPB0716                                | Infância e Educação Infantil        | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0717                                | Linguagem, Corpo e Movimento        | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0718                                | Linguística                         | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0721                                | Teorias Educacionais e Curriculares | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0714                                | Fundamentos e Metodologia em Artes  | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |                                     | 360               | -       | 60  | 420   | 28       |

Fonte: Os Autores (2017).

QUADRO 6 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: QUARTO SEMESTRE

| QUARTO SEMESTRE                        |  |                   |         |     |       |          |
|--|--|-------------------|---------|-----|-------|----------|
| Código                                 | Componente curricular                          | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|  |  | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0728                                | Pesquisa e Processos Educativos IV             | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| LPB0722                                | Alfabetização e Letramento I                   | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0723                                | Didática I                                     | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0727                                | Jogo, Brinquedo e Brincadeira                  | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0724                                | Fundamentos da Matemática                      | 30                | -       | -   | 30    | 2        |
| LPB0725                                | Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |  | 330               | -       | 60  | 390   | 26       |

Fonte: Os Autores (2017).

QUADRO 7 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: QUINTO SEMESTRE

| QUINTO SEMESTRE |                                   |                   |         |     |       |          |
|-----------------|-----------------------------------|-------------------|---------|-----|-------|----------|
| Código          | Componente curricular             | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|                 |                                   | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0737         | Pesquisa e Processos Educativos V | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| LPB0730         | Alfabetização e Letramento II     | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0731         | Didática II                       | 60                | -       | -   | 60    | 4        |

|  |  |            |           |           |            |           |
|--|--|------------|-----------|-----------|------------|-----------|
| <b>LPB0733</b>                         | Fundamentos e Metodologia em Matemática        | 60         | -         | 30        | 90         | 6         |
| <b>LPB0735</b>                         | Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais | 60         | -         | 30        | 90         | 6         |
| <b>LPB0732</b>                         | Estágio Supervisionado I – Educação Infantil   | 30         | 75        | -         | 105        | 7         |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |  | <b>330</b> | <b>75</b> | <b>90</b> | <b>495</b> | <b>33</b> |

Fonte: Os Autores (2017).

QUADRO 8 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: SEXTO SEMESTRE

| <b>SEXTO SEMESTRE</b>                  |  |                          |                |            |              |                 |
|--|--|--------------------------|----------------|------------|--------------|-----------------|
| <b>Código</b>                          | <b>Componente curricular</b>                 | <b>Carga horária (h)</b> |                |            |              | <b>Créditos</b> |
|  |  | <b>Teórica</b>           | <b>Prática</b> | <b>PCC</b> | <b>Total</b> |                 |
| <b>LPB0747</b>                         | Pesquisa e Processos Educativos VI           | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0741</b>                         | Libras                                       | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0746</b>                         | Políticas Públicas da Educação               | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0744</b>                         | Fundamentos e Metodologia em História        | 60                       | -              | 15         | 75           | 5               |
| <b>LPB0742</b>                         | Fundamentos e Metodologia em Geografia       | 60                       | -              | 15         | 75           | 5               |
| <b>LPB0739</b>                         | Estágio Supervisionado II: Educação Infantil | 30                       | 60             | -          | 90           | 6               |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |  | <b>330</b>               | <b>60</b>      | <b>60</b>  | <b>450</b>   | <b>30</b>       |

Fonte: Os Autores (2017).

QUADRO 9 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: SÉTIMO SEMESTRE

| <b>SÉTIMO SEMESTRE</b>                 |   |                          |                |            |              |                 |
|--|---|--------------------------|----------------|------------|--------------|-----------------|
| <b>Código</b>                          | <b>Componente curricular</b>                                    | <b>Carga horária (h)</b> |                |            |              | <b>Créditos</b> |
|  |   | <b>Teórica</b>           | <b>Prática</b> | <b>PCC</b> | <b>Total</b> |                 |
| <b>LPB0754</b>                         | Pesquisa e Processos Educativos VII                             | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0761</b>                         | Tecnologias da Informação e Comunicação em Educação             | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0753</b>                         | Modalidades da Educação Básica I                                | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0751</b>                         | Gestão Educacional  | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0750</b>                         | Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 30                       | 75             | -          | 105          | 7               |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |   | <b>270</b>               | <b>75</b>      | <b>60</b>  | <b>405</b>   | <b>27</b>       |

Fonte: Os Autores (2017).

QUADRO 10 - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PESAGOGIA: OITAVO SEMESTRE

| OITAVO SEMESTRE                        |  |                   |         |     |       |          |
|--|--|-------------------|---------|-----|-------|----------|
| Código                                 | Componente curricular  | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|  |  | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0760                                | Pesquisa e Processos Educativos VIII                           | 30                | -       | -   | 30    | 2        |
| LPB0749                                | Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos                       | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0759                                | Modalidades da Educação Básica II                              | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0757                                | Gestão Escolar   | 60                | -       | 15  | 75    | 5        |
| LPB0756                                | Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 30                | 75      | -   | 105   | 7        |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |  | 240               | 75      | 15  | 330   | 22       |

Fonte: Os Autores (2017).

### 3.1.2 Resumo Geral da Matriz Curricular

#### 3.1.2.1 Núcleo de Estudos de Formação Geral

QUADRO 11 - COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO GERAL (NFG)

| Código  | Componentes Curriculares                       | CH Semestre | Créditos | PPC |
|---------|--|-------------|----------|-----|
| LPB0704 | Filosofia da Educação                          | 60          | 04       | -   |
| LPB0703 | Antropologia                                   | 60          | 04       | -   |
| LPB0705 | Leitura e Produção Textual                     | 60          | 04       | -   |
| LPB0707 | Educação, Sociedade e Trabalho                 | 60          | 04       | -   |
| LPB0708 | Infância e Pedagogia                           | 60          | 04       | -   |
| LPB0709 | História da Educação                           | 60          | 04       | -   |
| LPB0710 | Literatura e Educação                          | 60          | 04       | -   |
| LPB0713 | Psicologia da Educação                         | 60          | 04       | -   |
| LPB0716 | Infância e Educação Infantil                   | 60          | 04       | -   |
| LPB0717 | Linguagem, Corpo e Movimento                   | 60          | 04       | -   |
| LPB0718 | Linguística                                    | 60          | 04       | -   |
| LPB0721 | Teorias Educacionais e Curriculares            | 60          | 04       | -   |
| LPB0714 | Fundamentos e Metodologia em Artes             | 90          | 06       | 30  |
| LPB0722 | Alfabetização e Letramento I                   | 60          | 04       | -   |
| LPB0723 | Didática I                                     | 60          | 04       | -   |
| LPB0727 | Jogo, Brinquedo e Brincadeira                  | 60          | 04       | -   |
| LPB0725 | Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa | 90          | 06       | 30  |
| LPB0724 | Fundamentos da Matemática                      | 30          | 02       | -   |
| LPB0730 | Alfabetização e Letramento II                  | 60          | 04       | -   |
| LPB0731 | Didática II                                    | 60          | 04       | -   |

|                  |   |              |            |            |
|------------------|---|--------------|------------|------------|
| <b>LPB0733</b>   | Fundamentos e Metodologia em Matemática             | 90           | 06         | 30         |
| <b>LPB0735</b>   | Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais      | 90           | 06         | 30         |
| <b>LPB0741</b>   | Libras  | 60           | 04         | -          |
| <b>LPB0746</b>   | Políticas Públicas da Educação                      | 60           | 04         | -          |
| <b>LPB0744</b>   | Fundamentos e Metodologia em História               | 75           | 05         | 15         |
| <b>LPB0742</b>   | Fundamentos e Metodologia em Geografia              | 75           | 05         | 15         |
| <b>LPB0749</b>   | Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos            | 60           | 04         | -          |
| <b>LPB0753</b>   | Modalidades da Educação Básica I                    | 60           | 04         | -          |
| <b>LPB0751</b>   | Gestão Educacional                                  | 90           | 06         | 30         |
| <b>LPB0757</b>   | Gestão Escolar                                      | 75           | 05         | 15         |
| <b>LPB0759</b>   | Modalidades da Educação Básica II                   | 60           | 04         | -          |
| <b>LPB0761</b>   | Tecnologias da Informação e Comunicação em Educação | 60           | 04         | -          |
| <b>SUB-TOTAL</b> |   | <b>2.085</b> | <b>139</b> | <b>195</b> |

Fonte: Os Autores (2017).

### 3.1.2.2 Núcleo de Aprofundamento e Diversificação de Estudos

QUADRO 12 - COMPONENTES CURRICULARES DO NUCLEO DE APROFUNDAMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DE ESTUDOS (AD)

| <b>Código</b>   | <b>Componentes Curriculares</b>                                 | <b>CH Semestre</b> | <b>Créditos</b> | <b>Prática como Componente Curricular</b> |
|-----------------|---|--------------------|-----------------|---|
| <b>LPB0706</b>  | Pedagogia e Profissão Docente                                   | 60                 | 04              | -   |
| <b>LPB0732</b>  | Estágio Supervisionado I: Educação Infantil                     | 105                | 07              | -   |
| <b>LPB0739</b>  | Estágio Supervisionado II: Educação Infantil                    | 90                 | 05              | -   |
| <b>LPB0750</b>  | Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 105                | 07              | -   |
| <b>LPB0756</b>  | Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental  | 105                | 07              | -   |
| <b>Total CH</b> |   | <b>465</b>         | <b>30</b>       | <b>-</b>                                  |

Fonte: Os Autores (2017).

### 3.1.2.3 Núcleo de Estudos Integradores

QUADRO 13 - COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADORES (NEI)

| <b>Código</b>  | <b>Componentes Curriculares</b>     | <b>CH Semestre</b> | <b>Créditos</b> | <b>Prática como Componente Curricular</b> |
|----------------|-------------------------------------|--------------------|-----------------|---|
| <b>LPB0701</b> | Pesquisa e Processos Educativos I   | 90                 | 06              | 30  |
| <b>LPB0711</b> | Pesquisa e Processos Educativos II  | 90                 | 06              | 30  |
| <b>LPB0719</b> | Pesquisa e Processos Educativos III | 90                 | 06              | 30  |



|                 |                                      |            |           |            |
|-----------------|--------------------------------------|------------|-----------|------------|
| <b>LPB0728</b>  | Pesquisa e Processos Educativos IV   | 90         | 0<br>6    | 30         |
| <b>LPB0737</b>  | Pesquisa e Processos Educativos V    | 90         | 0<br>6    | 30         |
| <b>LPB0747</b>  | Pesquisa e Processos Educativos VI   | 90         | 0<br>6    | 30         |
| <b>LPB0754</b>  | Pesquisa e Processos Educativos VII  | 90         | 0<br>6    | 30         |
| <b>LPB0760</b>  | Pesquisa e Processos Educativos VIII | 30         | 0<br>2    | -          |
| <b>Total CH</b> |                                      | <b>660</b> | <b>44</b> | <b>210</b> |

Fonte: Os autores (2017).

### 3.1.2.4 Carga Horária Geral

QUADRO 14 - CARGA HORÁRIA GERAL DO CURSO

| <b>SEMESTRE</b> | <b>NFG</b>   | <b>NAD</b> | <b>NEI</b> | <b>TOTAL</b> |
|-----------------|--------------|------------|------------|--------------|
| 01              | 180          | 60         | 90         | 330          |
| 02              | 300          | -          | 90         | 390          |
| 03              | 330          | -          | 90         | 420          |
| 04              | 300          | -          | 90         | 390          |
| 05              | 300          | 105        | 90         | 495          |
| 06              | 270          | 90         | 90         | 450          |
| 07              | 210          | 105        | 90         | 405          |
| 08              | 195          | 105        | 30         | 330          |
| <b>TOTAL</b>    | <b>2.085</b> | <b>465</b> | <b>660</b> | <b>3.210</b> |

Fonte: Os autores (2017).

#### 4. RELAÇÃO TEORIA E PRÁTICA

A importância da relação entre ensino, pesquisa e extensão, está colocada no PDI do Instituto Federal Catarinense, compreendida no âmbito da Instituição de Ensino como indissociável para a formação do saber.

Neste sentido, o IFC tem como base a busca de conexões entre a formação de professores para a Educação Básica e a formação para a Educação Profissional. A Instituição tem como desafio buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, promovendo o conhecimento de forma integrada e verticalizada. (IFC. PDI 2014-2018)

Apoiando-se nesta orientação busca-se que todos os componentes curriculares trabalhem a unidade teoria-prática sob diferentes configurações, para que não se perca a visão de totalidade da prática pedagógica e da formação como forma de eliminar distorções decorrentes da priorização de um dos dois polos.

Na visão de unidade, teoria e prática são dois componentes indissolúveis da “práxis” definida como atividade teórico-prática, ou seja, tem um lado ideal, teórico e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar um do outro. Essa relação não é direta nem imediata, fazendo-se através de um processo complexo, no qual algumas vezes se passa da prática à teoria e outras desta à prática (VASQUEZ, 1977, p. 241).

É importante observar que articulação não quer dizer um conhecimento produzido verticalmente, da teoria para a prática, mas que se tenha a pesquisa como material básico de análises, que se tome a realidade das práticas e suas relações com as teorias promovendo reflexões.

(...) ninguém age sem pensar, (condição diferenciadora dos animais), nem pensa sem estar ligado a alguma ação social, à práxis. Reciprocamente também na atividade da pesquisa, em que as exigências da reflexão e da teoria estão postas desde o início, e não apenas no final, e que a práxis da pesquisa contém a teoria por princípio (MARIN, 2012, p. 81)

Investir no estudo de pesquisas e na realização de pesquisa durante a graduação é promover a reflexão dos futuros docentes acerca das questões da vida

da escola desde o do “como fazer” pedagógico até a compreensão de questões relativas à própria carreira.

Assim, a intencionalidade e o sentido de toda investigação educativa é a transformação e o aperfeiçoamento da prática. A dissociação habitual entre a teoria e a prática desvirtua o caráter educativo da investigação, já que impede e dificulta o vínculo enriquecedor entre o conhecimento e a ação, para desenvolver uma ação informada e reflexiva ao mesmo tempo que um conhecimento educativo, comprometido com opções de valor e depurado nas tensões e resistências da prática. Se se utiliza o qualificativo de educativa é porque pretende ser uma investigação não apenas sobre a educação, mas também que eduque, que o próprio processo de investigação e o conhecimento que produz sirva para a transformação da prática. O próprio processo de investigação deve ser transformado em processo de aprendizagem dos modos, conteúdos, resistências e possibilidades da inovação da prática na aula conforme os valores que se consideram educativos (GIMENO SACRISTÁN E PÉREZ GÓMEZ., 1998, p.101)

Sempre com o intuito de estabelecer um compromisso que compreende a prática educativa como resultado de questões que estão postas na sociedade e, com o propósito de superar a fragmentação entre teoria e prática há a defesa de que as práticas docentes devem propiciar aos alunos uma aproximação à realidade em que atuarão. Essa experiência deve ser permeada por uma reflexão a partir da realidade vivenciada em sala de aula e da escola: “O estágio, ao contrário do que se propugnava, não é atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de transformação da realidade” (PIMENTA E LIMA, 2004, p. 45). Para uma práxis educativa as autoras apontam a pesquisa como uma estratégia e uma possibilidade de formação docente:

A pesquisa no estágio, como método de formação de futuros professores, se traduz, de um lado, na mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam; por outro, e em especial, se traduz na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações de estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam. Esse estágio supõe outra abordagem diante do conhecimento, que passe a considerá-lo não mais como verdade capaz de explicar toda e qualquer situação

observada, o que tem conduzido estagiários a dizer o que os professores devem fazer. Supõe que se busque novo conhecimento na relação entre as explicações existentes e os dados novos que a realidade impõe e que são percebidos na postura investigativa (PIMENTA E LIMA, 2004, p. 46)

Outros educadores apontam nessa mesma direção. O intuito é possibilitar uma visão mais abrangente e contextualizada da docência para além da instrumentalização técnica, formando um profissional que pensa sua prática e que se situa num determinado espaço e num tempo histórico. Nesse sentido o papel da teoria é de oferecer aos professores possibilidades de análises e compreensão do contexto histórico em que estão inseridos.

Jean Houssaye (2004) defende que a pedagogia representa um saber específico, que pressupõe a reunião mútua e dialética da teoria e da prática educativas pela mesma pessoa. A articulação teoria-prática é de tal modo determinante e constitutiva da pedagogia, que um prático por si só não é um pedagogo, mas um usuário de sistemas pedagógicos, assim como o teórico da educação também não se constitui em um pedagogo, porque pensa a ação pedagógica. Na definição de Houssaye (2004), pedagogo é um prático-teórico da ação educativa; é alguém que, ao teorizar sobre a educação, analisa o fato educativo buscando formular proposições para sua prática. Considerar a relação teoria-prática como pedra angular da construção da pedagogia, reconhecendo nela uma abordagem específica, não significa desconsiderar que a prática está, de algum modo, presente entre os teóricos, ou que o pensamento teórico baliza a prática. Significa, isto sim, reconhecer e defender que a prática, constituindo a pedagogia, não pode ser algo meramente projetado, da mesma forma que a teoria pedagógica não pode ser apenas algo tomado de outros. Tal concepção pressupõe que a pedagogia se constrói a partir de uma proposta prática e de uma teoria da situação educativa referida a essa prática.

#### 4.1 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade é um conceito tenso e polissêmico. Na proposta do curso vamos ao encontro do que Alves *et all* (2004, p. 140) apontam. Para os autores, a interdisciplinaridade não pode ser vista fora da compreensão epistemológica,

histórica e crítica. Ao questionarem a filosofia do sujeito, dizem que “(...) a ciência não pretende perder de vista a disciplinaridade, mas vislumbra a possibilidade de um diálogo interdisciplinar, que aproxime os saberes específicos, oriundos dos diversos campos do conhecimento, em uma fala compreensível, audível aos diversos interlocutores”.

Os autores remetem as reflexões para as contribuições de Demo (1998, p. 88) para quem a interdisciplinaridade aponta para “[...] horizontalizar a verticalização, para que a visão complexa seja também profunda, e verticalizar a horizontalização, para que a visão profunda seja também complexa”. Conforme Alves *et all* (2004), Demo define a interdisciplinaridade “[...] como a arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real.” (DEMO, 1989, p. 88-89).

Para Alves *et all* (2004), sugere-se, assim, a prática de pesquisa em grupo como metodologia mais indicada, pela possibilidade da cooperação qualitativa entre especialistas. Esta prática será viabilizada através das equipes de profissionais ou pesquisadores especialistas, mediados pela linguagem, pelo diálogo e pelos métodos acessíveis a todos.

Recorremos ainda às contribuições de Jantsch e Bianchetti (1997), quando afirmam que a interdisciplinaridade não pode ser concebida fora dos modos de produção históricos em vigor. Para os autores, significa que é produto de um processo que foi engendrado no meio da construção do conhecimento ao qual subjazem a filosofia e a ciência. Inclua-se, aí, a fragmentação do conhecimento.

A abordagem interdisciplinar deve ser entendida como produto histórico. Tal compreensão apontam Jantsch e Bianchetti (1997), não exclui a necessidade de avançar na direção de outro paradigma que permita uma aproximação maior da visão histórica. Não implica também que interdisciplinaridade e a especialidade não possam conviver de forma harmoniosa, dado que o “genérico e o específico não são excludentes”

É a partir dessas contribuições que se pretende materializar o exercício da interdisciplinaridade no processo de formação. Embora a estrutura curricular do curso seja disciplinar a metodologia e abordagem dos conteúdos buscará estabelecer relações e diálogos entre as disciplinas que ocorrem concomitantemente, bem como as dos semestres anteriores e posteriores.

Distribuídos nos núcleos propostos pelo artigo 6º da Resolução CNE/CP Nº 1 de 15 de maio de 2006, os componentes curriculares dialogam entre si a partir de um grupo de disciplinas denominadas *disciplinas articuladoras*. Baseadas no princípio da interdisciplinaridade, elas são responsáveis por garantir a conexão de saberes e de conhecimentos construídos ao longo do semestre. Dentre os componentes curriculares do grupo articulador estão aqueles responsáveis em realizar a integração do curso ao longo dos semestres (Pesquisa e Processos Educativos). Desse modo, a matriz curricular foi organizada de forma a garantir a integração dos componentes curriculares nos eixos horizontal (ao longo de um período) e vertical (ao longo dos quatro anos de curso). O quadro a seguir apresenta as *disciplinas articuladoras* do curso de Pedagogia:

QUADRO 15 - DISCIPLINA ARTICULADORAS DO CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

| Disciplinas Articuladoras |  |          |   |
|---------------------------|--|----------|---|
| Semestre                  | Disciplina (s)   | Semestre | Disciplina (s)  |
| 1º                        | Pesquisa e Processos Educativos I<br>Pedagogia e profissão docente | 5º       | Pesquisa e Processos Educativos V<br>Fundamentos e Metodologias<br>Estágio  |
| 2º                        | Pesquisa e Processos Educativos II                                 | 6º       | Pesquisa e Processos Educativos VI<br>Fundamentos e Metodologias<br>Estágio |
| 3º                        | Pesquisa e Processos Educativos III                                | 7º       | Pesquisa e Processos Educativos VII<br>Gestão Educacional<br>Estágio        |
| 4º                        | Pesquisa e Processos Educativos IV<br>Fundamentos e Metodologias   | 8º       | Pesquisa e Processos Educativos VIII<br>Gestão Escolar<br>Estágio           |

Fonte: Os Autores (2017).

A concretização dessa proposta interdisciplinar demanda um esforço dos docentes para realização de reuniões trimestrais para planejamento, socialização das atividades realizadas e avaliação do seu processo de implementação. Os professores responsáveis por ministrar as *disciplinas articuladoras*, em conjunto com o Colegiado de Curso, produzirão um relatório descrevendo os princípios e metodologias que orientarão o processo didático pedagógico das mesmas no semestre letivo corrente.

O corpo docente do curso de Pedagogia do IFC-campus Videira aprovou a sistematização desse trabalho nas seguintes etapas:

1. Reunião com todos os professores que atuarão no semestre letivo para socialização dos planos de ensino a fim de destacar pontos de articulação entre as diferentes disciplinas do período;
2. Apresentação de atividades ou conteúdos “interdisciplinares” entre os componentes curriculares responsáveis pelo eixo de articulação do semestre;
3. Elaboração de um relatório (parcial) para formalizar o processo de integração das disciplinas para o semestre vigente;
4. Encaminhamento do referido documento ao Colegiado do curso de Pedagogia para aprovação;
5. Reuniões regulares para acompanhamento do processo de articulação das disciplinas ao longo do semestre;
6. Avaliação, ao fim do semestre, do processo de articulação entre as disciplinas.

Tal proposta não tem por finalidade conferir uma rigidez à organização curricular do curso. Ao contrário, em função da flexibilidade do processo de construção das disciplinas ao longo do semestre, é possível que a quantidade de conteúdos e atividades articuladores aumente com o decorrer das aulas. Por essa razão, convencionou-se que o documento a que se faz menção, será construído pelos docentes ao longo do semestre, cabendo o registro de todas as etapas realizadas.

Os componentes curriculares responsáveis por realizar a integração do curso ao longo dos semestres são: Pesquisa e processos educativos I, II, III, IV, V, VI, VII e VIII. Eles também integram o Núcleo de Estudos Integradores. A proposta para essas disciplinas é a de que elas proporcionem a construção de conhecimentos acerca da realidade educacional por meio da prática da pesquisa.

Considerando-se a necessidade de aproximação entre os saberes estudados e “adquiridos” na formação acadêmica e os saberes e conhecimentos produzidos no exercício da profissão docente, espera-se que o componente curricular Pesquisa e Processos Educativos propicie a articulação entre ensino, pesquisa e, conseqüentemente, extensão. Os desafios levantados por meio da pesquisa, problematizados em sala de aula, possibilitarão ao estudante um processo reflexivo que “conduzirá” à superação da “dicotomia teoria-prática” presente nos discursos produzidos pelos estudantes. Além disso, irrompe o equívoco também perpetuado

de “aplicabilidade da teoria na prática” (MANFREDO, 2004; CHARLOT, 2010; LÜDKE, 2001).

O estabelecimento de um trabalho em conjunto entre os estudantes do curso de Pedagogia e os docentes em exercício nos diferentes espaços educativos, por meio da pesquisa, propicia a extensão por apontar caminhos para a intervenção no campo de atuação profissional.

A integração realizada pelos componentes curriculares no decorrer do curso propõe o aprofundamento e a continuidade das atividades de pesquisa ao longo dos semestres, culminando na elaboração e defesa do TCC. Faz-se um esforço em assegurar que o estudante de Pedagogia vivencie a aproximação com os diferentes campos da educação básica. Desse modo, a progressão das atividades se encontra organizada da seguinte forma:

- a) **Pesquisa e Processos Educativos I (90h)**: inserção no universo da pesquisa científica por meio de estudos sobre a constituição do campo científico e pela vivência da prática do pesquisador, por meio de memorial de vida acadêmico;
- b) **Pesquisa e Processos Educativos II (90h)**: inserção na pesquisa educacional por meio de estudos sobre a constituição do campo da pesquisa em educação e da construção de um estado da arte sobre os principais temas de pesquisa desenvolvidos na área educacional;
- c) **Pesquisa e Processos Educativos III (90h)**: inserção na pesquisa educacional por meio da observação nos espaços formais e não-formais de educação;
- d) **Pesquisa e Processos Educativos IV (90h)**: inserção na pesquisa educacional por meio de entrevista nos espaços formais e não-formais de educação;
- e) **Pesquisa e Processos Educativos V (90h)**: realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC: definição do campo de pesquisa, do tema de investigação e elaboração do projeto de pesquisa;
- f) **Pesquisa e Processos Educativos VI (90h)**: realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC: submissão do projeto de pesquisa à banca de qualificação, construção dos instrumentos de coletas de dados, submissão



ao Comitê de ética, quando necessário e desenvolvimento da etapa empírica da pesquisa;

g) **Pesquisa e Processos Educativos VII (90h)**: realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC, desenvolvimento da etapa empírica da pesquisa, organização e análise dos dados e elaboração do texto monográfico;

h) **Pesquisa e Processos Educativos VIII (30h)**: conclusão do texto monográfico e apresentação à banca examinadora.

Em função da demanda de trabalho exigida do professor responsável e da carga horária da disciplina em determinados semestres, faz-se importante assegurar que, a partir do primeiro período, o componente curricular Pesquisa e Processos Educativos seja ministrado por dois docentes. Ambos atuarão em conjunto e serão responsáveis pela condução das aulas teóricas, pelo acompanhamento e orientação das atividades de pesquisa e pela coordenação das atividades de TCC. A carga horária e os créditos do componente curricular serão integralmente registrados no plano de trabalho de cada professor.

#### **4.1.1 Tecnologia de Informação e Comunicação no Processo Ensino-aprendizagem**

O uso das tecnologias da informação e comunicação no processo ensino-aprendizagem não pode ser visto como um fim em si mesmo. As tecnologias devem servir como fontes de consulta, ferramentas metodológicas e estratégias para fortalecer o trabalho docente e a aprendizagem dos estudantes. Compreender esse processo é fundamental na formação de professores. Dessa forma, aos estudantes do curso de Pedagogia, as ferramentas são disponibilizadas ao longo do processo e devem ser fonte de reflexão à formação como professores da educação básica.

Quanto ao acesso às tecnologias, os estudantes têm, em sala de aula, projetores multimídia e televisores e acesso à internet, usados como estratégias para o desenvolvimento das aulas. Ainda, as atividades são desenvolvidas em laboratórios de informática disponibilizados pelo campus e com implementação de *softwares* específicos para a educação. As atividades nos componentes curriculares também contam com o uso de auditório, no qual é possível a projeção de filmes.

Em relação ao preparo dos graduandos para o trabalho com as tecnologias em sala de aula, é ofertado o componente Tecnologias de Informação e Comunicação em Educação, no oitavo semestre do curso para que, conforme indicado no perfil do egresso, o formado em Pedagogia seja capaz de relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas.

## 5. ADMISSÃO AO CURSO SUPERIOR

### 5.1 REQUERIMENTO DE ACESSO

São requisitos de acesso para os interessados no Curso de Licenciatura em Pedagogia:

1. Ter concluído o Ensino Médio; e participar do processo de seleção, de acordo com as normas definidas pela instituição em Edital;
2. Ter concluído o Ensino Médio e pela classificação obtida no ENEM;
3. Transferência de alunos regulares, para cursos afins, na hipótese de existência de vagas e mediante processo seletivo;
4. Transferência *ex-officio*, na forma da lei.

### 5.2 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso far-se-á por:

- a) ENEM;
- b) Processo Seletivo Especial (Conforme Edital).

## **6. ATIVIDADES ACADÊMICAS**

### **6.1 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES**

As atividades curriculares complementares visam flexibilizar o currículo do curso, aproximar o estudante da realidade social e profissional e propiciar-lhe o aprofundamento temático e interdisciplinar, promovendo a integração entre a instituição de ensino e a sociedade, por meio da participação do estudante em atividades que visem a formação profissional e para a cidadania.

Essas atividades dar-se-ão em áreas específicas de interesse dos estudantes desenvolvidas ao longo do curso, em atividades de representação estudantil, de ensino, pesquisa e extensão, que poderão ser realizadas em eventos internos ao curso ou externos. Internamente o curso, através do seu colegiado, promoverá atividades como semanas acadêmicas, simpósios cursos, minicursos, palestra etc. com temas de acordo com as necessidades dos estudantes. Estes poderão desenvolver também estágios não-obrigatórios, monitorias, participar como bolsista de atividades de pesquisa etc. Poderão ser validadas ainda atividades desenvolvidas em outras instituições, como cursos de aperfeiçoamento ministrados pelas redes de ensino, experiência profissional na área da educação, dentre outras.

Os estudantes deverão totalizar 200 horas de Atividades Curriculares Complementares, que estão regulamentadas pelas Resoluções nº 43/Conselho Superior, de 02/07/2013 e nº 053/Conselho Superior, de 14/08/2014 2014 e nº 027/Conselho Superior, de 07/07/2016, que constam no Anexo 02.

### **6.2 ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO**

O curso de Pedagogia-Licenciatura tem como um de seus objetivos a vivência do aluno na prática docente. O Estágio Curricular Obrigatório do curso constituirá, portanto, um espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da educação básica.

O estágio obedecerá ao disposto na Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de formação inicial em nível superior, na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre a

nova lei do estágio, no Regimento Geral de Estágios do Instituto Federal Catarinense e na Resolução nº 017 - Consuper/2013 – que dispõe sobre a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

O Estágio Supervisionado do Curso de Pedagogia - Licenciatura terá carga horária de 405 horas e será obrigatório como parte integrante do currículo do curso. Será realizado a partir do quinto semestre e visa assegurar a vivência do exercício profissional do aluno com situações, contextos e instituições de ensino formal, permitindo a experiência formativa em que os conhecimentos, as habilidades e as atitudes problematizadas ao longo da formação possam ganhar sentido na prática social/profissional.

O estágio supervisionado é instância privilegiada que permite a articulação entre os estudos teórico-práticos (práxis) e tem como propósito a inserção do futuro egresso do curso de Pedagogia no mundo do trabalho. Neste sentido, se apresentam como finalidades básicas, as seguintes proposições:

- I - Complementar e ampliar o processo ensino-aprendizagem a partir da inserção *na* e *com* a realidade das escolas e demais instituições campos de estágio;
- II - Inserir o futuro educador à realidade educacional brasileira;
- III - Possibilitar a compreensão da relação teoria e prática, elaborando e desenvolvendo projetos fundamentados teórica e metodologicamente, significativos para o exercício da docência.

### **6.2.1 Operacionalização do Estágio Curricular**

O estágio supervisionado da Licenciatura em Pedagogia será realizado em 04 (quatro) etapas:

- 1ª. Etapa:** Estágio Supervisionado I: Educação Infantil (5º) (105 horas) – Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, em turmas de 0 a 3 anos da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

**2ª. Etapa:** Estágio Supervisionado II: Educação Infantil (6º) (90 horas) – Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, em turmas de 4 e 5 anos da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

**3ª. Etapa:** Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (7º) (105 horas) – Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, em turmas do primeiro ciclo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

**4ª. Etapa:** Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (8º) (105 horas) – Nesta etapa o aluno solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza as habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, em turmas do segundo ciclo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

### **6.2.2 Orientação de Estágio Curricular**

O estágio, como componente curricular que articula e complementa o processo ensino-aprendizagem, compreende as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao aluno pela participação em situações reais de vida e trabalho, de seu meio, e realiza a vinculação necessária com o conjunto integrado e indissociável da base (cultural, educacional, instrucional) do curso, consubstanciada pela matriz curricular.

Todas as atividades de orientação, supervisão, acompanhamento, avaliação e coordenação atinentes ao Estágio Supervisionado estão previstas no Regulamento do Estágio que consta no Apêndice D.

### **6.2.3 Sistema de Avaliação do Estágio Curricular**

Os critérios de avaliação do componente curricular Estágio Supervisionado seguem as mesmas normas que os demais componentes, exceto quanto a não realização de exames finais, já que se trata de atividade prática desenvolvida com supervisão ao longo do curso.

Todas as etapas serão realizadas a partir da elaboração de um planejamento de intervenção referente a cada modalidade para a prática da docência. Ao final de cada estágio será elaborado um relatório, sendo o processo apresentado em Seminário de Socialização. O aluno deverá concluir o estágio no prazo máximo de conclusão do curso (integralização curricular) e as demais normas estão descritas no Regulamento do Estágio do Apêndice D.

## **6.3 TRABALHO DE CURSO (TC)**

### **6.3.1 Orientações Gerais**

O Trabalho de Curso na Pedagogia-Licenciatura será obrigatório para todos os estudantes e realizado levando em consideração os subsídios recebidos por ocasião da disciplina de Pesquisa e Processos Educativos (1º ao 8º semestre). Deve ser apresentado sob a forma de uma monografia individual que demonstre, de forma crítica, uma análise dos processos realizados ao longo do curso e do componente curricular, bem como poderá propor novas metodologias para o exercício da profissão em seus diferentes campos de atuação. Ao longo do 6º, 7º e 8º semestre a condução do trabalho será vinculada aos professores da disciplina de Pesquisa e Processos Educativos e a um orientador da área específica do Trabalho do Curso.

Tem como objetivo desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do aluno e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política. Caso seja possível, poderá ser desenvolvido como uma atividade integrada ao Estágio Supervisionado.

### **6.3.2 Sistema de Avaliação do Trabalho de Curso – TC**

O desenvolvimento do Trabalho de Curso será acompanhado e orientado por professores da Instituição. A socialização desses conhecimentos será feita na forma de apresentação a uma banca examinadora. Será considerado aprovado o aluno que apresentar a monografia de acordo com os padrões definidos pela Instituição, e for aprovado pela banca examinadora, além do cumprimento de todos os requisitos mínimos exigidos.

As diretrizes para o desenvolvimento das atividades do TC baseiam-se na Resolução nº 54 Conselho Superior 17/12/2010 (Anexo 02) e o detalhamento consta no Regulamento do Trabalho de Curso de Pedagogia que se encontra no Apêndice E.

#### 6.4 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Os estágios não obrigatórios são considerados atividades teórico-práticas de aprofundamento, para fins de integralização da carga horária do currículo do Curso.

As normas para realização de estágio não obrigatório constam na Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, o Regulamento dos Estágios do IFC e no Regulamento dos Estágios do Curso de Pedagogia, que consta no Apêndice D.

#### 6.5 ATIVIDADE DE MONITORIA

A monitoria tem por objetivo inserir o estudante em atividades acadêmicas, com as seguintes finalidades:

- a) Despertar no estudante o interesse por atividades de ensino, pesquisa e extensão, para assim, desenvolver e aperfeiçoar habilidades pedagógicas e científicas;
- b) Aperfeiçoar o processo profissional e a melhoria da qualidade de ensino, através da mediação dos monitores no processo pedagógico;
- c) Criar condições para o aprofundamento técnico e o desenvolvimento de habilidades relacionadas às atividades docente.

Assim, o estudante do curso de Pedagogia poderá atuar como monitor em componentes curriculares ofertados pelo curso sempre que o seu Colegiado julgar necessária essa medida, que será orientada pelos editais específicos para esse fim



divulgados pela Direção do campus, podendo ser validada como atividade curricular complementar, conforme disciplina a Resolução nº 43 Conselho Superior 02/07/2013.

## 6.6 ATIVIDADE DE PESQUISA E EXTENSÃO

De acordo Martins (2008) a articulação entre ensino-pesquisa-extensão pode se constituir num princípio metodológico para a construção do conhecimento na universidade. Para tal, a autora aponta para a necessidade de organicidade no processo de trabalho, que pressupõe a formação superior como síntese desses três grandes processos, que podem ser assim compreendidos:

(...) processos de transmissão e apropriação do saber, historicamente sistematizado, *a pressupor o ensino*; os processos de construção do saber, *a pressupor a pesquisa* e os processos de objetivação ou materialização desses conhecimentos, *a pressupor a intervenção sobre a realidade*, e que por sua vez, retornam numa dinâmica de retroalimentação do ensino e da pesquisa” (MARTINS, 2008, p. 75).

A compreensão dessa dinâmica contribuirá para a articulação dos processos de Ensino, Extensão e Pesquisa no âmbito do curso.

### 6.6.1 Linhas da Pesquisa

O curso tem como princípio o ensino com pesquisa, numa dimensão dessa última como princípio educativo. Essa perspectiva pretende ser materializada por meio da disciplina do Núcleo de Estudos Integradores – Pesquisa e Processos Educativos – a qual tem por objetivo inserir o estudante na prática social/campo de atuação profissional desde o início da formação, tendo a pesquisa como forma de leitura e apreensão da realidade e como ferramenta de proposição de intervenção *na* em *com* a prática social.

Os docentes, técnicos-administrativos e estudantes do curso participam do grupo de pesquisa Educação, Sociedade e Linguagens, cadastrado junto ao CNPq, cujas linhas de pesquisa são: Currículo, gestão escolar e políticas educacionais; e Práticas escolares e formação de professores. Os professores participantes são:

André Ricardo Oliveira, Cláudia Fátima Kuiawinski, Davi César da Silva, Denise Moreira Gasparotto, Eliana Teresinha Quartiero, Francini Carla Grzeca, Gabriel Schmitt, Jane Suzete Valter, Luciane Szatkoski, Marcos Rohling e Valdinei Marcolla. A servidora do quadro técnico-administrativo é: Denise Danielli Pagno.

### 6.6.2 Ações de Extensão

A extensão nos cursos de Licenciatura do Instituto Federal Catarinense - IFC deve estar articulada ao ensino e à pesquisa e é compreendida como um processo eminentemente educativo, cultural, técnico-científico e pedagógico. A mesma deverá ser desenvolvida por meio de programas, projetos e ações em consonância com o PDI do IFC e do campus.

O curso de Pedagogia - Licenciatura desenvolverá a extensão por meio de:

- a) **Programas:** Ações continuadas/permanentes em estreita relação com o ensino e a pesquisa, no intuito de estabelecer vínculos e compromissos com os processos educativos regional;
- b) **Projetos:** Ações desencadeadas dos programas (formação continuada, assessoria pedagógica e técnica);
- c) **Ações:** Ações eventuais de curta duração articuladas aos programas ou projetos (palestras, seminários, congressos, semanas acadêmicas, oficinas e demais eventos desta natureza).

Os princípios orientadores das ações de extensão são:

- a. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- b. A inserção social/regional com vistas à educação de qualidade social;
- c. Como processo de diálogo e interação entre instituição formadora e sociedade.

Os programas, projetos e ações do curso de Pedagogia Licenciatura serão propostos e normatizados pelo Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, tendo como preocupação a relevância social, regional, cultural, pedagógica, metodológica e epistemológica.

## 7. METODOLOGIA E AVALIAÇÃO

### 7.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Conforme mencionado nas *concepções do curso* deste documento, o processo metodológico adotado orienta-se pelos pressupostos da abordagem histórico-cultural, que tem como um de seus principais precursores Vygotsky. Nessa perspectiva, as relações de ensino-aprendizagem ocorrem a partir da inter-relação entre o sujeito que aprende, o sujeito mediador e o conhecimento (VYGOTSKY, 1991). O autor defende a ideia de que as funções mentais superiores são o produto da história socialmente construída e o reflexo das relações dialéticas entre o sujeito e o mundo. Consequentemente, a mente é concebida como uma construção social e cultural (VYGOTSKY, 1993; 2001).

A abordagem histórico-cultural evidencia a aprendizagem e o desenvolvimento como fenômenos humanos semioticamente mediados, considerando a linguagem o instrumento imprescindível para a construção do conhecimento. Ressalta ainda que, em um movimento dialético, ao mesmo tempo em que o sujeito sofre a ação dos fatores sociais, culturais e históricos, ele age de forma consciente sobre essas forças – processo que se desenvolve sem a ruptura entre a dimensão biológica e simbólica constituinte do ser (VYGOTSKY, 1991).

Ao considerar que o sujeito do conhecimento é ativo e interativo, o curso de Pedagogia-Licenciatura busca uma proposta metodológica que proporcione ao estudante reconhecer-se como ser ativo no processo de construção do conhecimento ao longo de sua formação. Perceber-se como tal, de acordo com a abordagem teórico-metodológica assumida, implica em considerar-se como parte fundamental desse processo os elementos que o constituem como sujeito histórico-cultural, sendo capaz de agir e refletir sobre o mundo objetivando transformá-lo.

Sendo assim, no intuito de atender ao proposto no Parecer CNE/CP 009/2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, respeitando os princípios teórico-metodológicos que fundamentam as práticas desenvolvidas no curso, evidencia-se a necessidade de que o graduando em Pedagogia-Licenciatura experiencie, durante todo o seu processo de formação

as situações possíveis de serem concretizadas em suas práticas pedagógicas realizadas por meio de: aula expositiva dialogada; debates; seminários; trabalhos coletivos e individuais; uso das diferentes mídias; atividades de pesquisa, extensão e monitoria; participação em eventos: simpósios, seminários, oficinas, palestras, ciclos de debates, dentre outros.

Faz-se relevante reiterar que as atividades propostas pelos corpos docente e discente do curso fundamentam-se nos princípios presentes na Resolução CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006, a saber: de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

## 7.2 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O Sistema de Avaliação do Projeto do Curso seguirá o disposto na Resolução nº 28/Conselho Superior/2012 (Anexo 1) emitida pelo Conselho Superior do Instituto Federal Catarinense que trata a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos de Criação de Cursos Superiores (PCCS) e Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores (PPCS) do Instituto Federal Catarinense.

Além dos elementos mínimos constitutivos do PPCS, este documento apresenta “Instrumento de análise e avaliação para Projetos de Criação de Cursos Superiores (PCCS)” e “Instrumento de avaliação para Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores (PPCS)” com indicadores e critérios para avaliar a efetividade da proposta.

## 7.3 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL – CAMPUS VIDEIRA

Segundo a Resolução nº 50 do Conselho Superior, de 17 de dezembro de 2010 (capítulo 1, artigo 3º) o Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), integrando três modalidades de avaliação, a saber:

1. **Avaliação das Instituições de Educação Superior (dividida em 2 etapas):** auto avaliação (coordenada pela Comissão Própria de Avaliação –

CPA) e avaliação externa (realizada pelas comissões designadas pelo MEC/INEP);

2. **Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG):** visitas *in loco* de comissões externas;

3. **Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE):** para iniciantes e concluintes, em amostras, com definição anual das áreas participantes.

A avaliação do Curso acontecerá por meio de dois mecanismos constituídos pelas avaliações externa e interna.

### 7.3.1 Avaliação Externa

A avaliação externa adotará mecanismos do MEC, através do Exame Nacional de Desempenho dos Alunos – ENADE previsto pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES, e indiretamente pela sociedade, bem como pelas comissões de credenciamento. No Instituto Federal Catarinense esse processo também é acompanhado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA.

### 7.3.2 Avaliação Interna

A avaliação interna ocorre por meio da Comissão Própria de Avaliação - CPA, que organizará e/ou definirá os procedimentos e mecanismos adotados para a avaliação dos cursos em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CPA e segundo as atribuições previstas no documento “Organização Didática dos Cursos Superiores do Instituto Federal Catarinense”. Neste quadro o Núcleo Docente Estruturante acompanhará o processo dos seguintes pontos:

- a) Atividades de Ensino;
- b) Organização Didático-Pedagógica;
- c) Projeto Pedagógico do Curso;
- d) Atividades de Pesquisa e de Iniciação Científica;
- e) Atividades de Extensão;
- f) Biblioteca;
- g) Instalações;

h) Auto avaliação discente e docente.

A CPA integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e atua com autonomia, no âmbito de sua competência legal, em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição.

## 7.4 AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

### 7.4.1 Dos Princípios

O sistema de avaliação do Curso de Pedagogia terá como base as orientações previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Nº 9.394/96, em seu artigo 24, inciso V, especialmente no que diz respeito aos seguintes princípios e critérios:

1. Avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre as eventuais provas finais;
2. Aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
3. Obrigatoriedade de estudos de recuperação paralelos ao período letivo.

### 7.4.2 Dos Objetivos

A avaliação possibilita a identificação das diferentes formas de apropriação dos conceitos científicos elaborados pelos alunos, seus avanços e dificuldades na aprendizagem, além de possibilitar uma ação imediata e mais efetiva do professor, como mediador, recuperando os conhecimentos necessários de maneira mais significativa.

Além disso, deverá analisar a coerência do trabalho pedagógico com as finalidades educativas previstas no Projeto Pedagógico do Curso e no Plano de Ensino de cada disciplina.

### 7.4.3 Das Modalidades

De acordo com Luckesi (1999), a avaliação compreendida como um processo contínuo, sistemático de acompanhamento e julgamento dos resultados do ensino e aprendizagem contempla as seguintes modalidades:

- a) **Avaliação diagnóstica:** verificar a presença ou a ausência de pré-requisitos para aprender novos conteúdos;
- b) **Avaliação formativa:** através de instrumento próprio e visa informar se os objetivos foram alcançados e se há necessidade de adaptações/modificações;
- c) **Avaliação somativa:** através de instrumento próprio de verificação de desempenho cognitivo, de habilidades, tem a função de classificar os alunos conforme os resultados de aproveitamento alcançados, auxiliando no grau de alcance dos objetivos propostos.

#### **7.4.4 Do Professor**

Cabe ao professor fazer todos os registros e anotações referentes às avaliações, que servirão para orientá-lo em relação aos outros elementos necessários para o avanço do processo ensino-aprendizagem.

#### **7.4.5 Dos Instrumentos**

As práticas formais de avaliação serão realizadas de forma diversificadas buscando contemplar os limites definidos nas normas internas do IFC, atividades como: preleções, pesquisas, exercícios, arguições, trabalhos práticos, seminários, viagens técnicas e ou de estudos, estágios, provas escritas e orais e de outros instrumentos que possam contribuir com o processo.

#### **7.4.6 Da Sistemática**

A sistemática de avaliação das disciplinas será apresentada a cada início de semestre letivo às turmas, para ser discutida e compreendida (contrato didático) quando da apresentação do Plano Pedagógico de Ensino/Plano de Ensino, devendo conter os critérios, instrumentos e datas/periodicidade de avaliação.

Quanto ao tema, o documento “Organização Acadêmica dos Cursos Superiores de Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense”, apresenta normas sobre a avaliação, das quais destacamos, especialmente:

Art. 61. Durante o semestre letivo, cada acadêmico receberá, no mínimo, 2 (duas) Notas Parciais (NP) resultantes das diversas avaliações acadêmicas atribuídas pelo professor, sendo que a aprovação em uma disciplina se dará por média ou exame final (IFC, 2012, p. 16).

A aprovação nas disciplinas dar-se-á por média semestral e será considerado o aproveitamento e a assiduidade. O aproveitamento será avaliado pelo docente com atribuição de notas, expressas em grau numérico de 0 (zero) a 10 (dez), com um decimal e será aprovado quem atingir média igual ou superior a 7,0 (sete inteiros), consideradas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina. O aluno que não atingir a média semestral 7,0 (sete inteiros) será submetido a exame final, tendo que atingir média final igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros).

Quanto à assiduidade, será considerado aprovado o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).



## 8. QUADRO DE PESSOAL

### 8.1 DA COORDENAÇÃO DO CURSO

#### 8.1.1 Atuação do Coordenador do Curso

De acordo com o documento “Organização Acadêmica dos Cursos Superiores” (2012) – Resolução N.57/CONSUPER/2012 –, o coordenador de curso é o professor responsável junto com o NDE para gerir o curso sob sua responsabilidade e deverá ser escolhido por seus pares por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reeleito para mais um mandato consecutivo. São responsabilidades do coordenador de curso:

I – Cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas pelas instâncias superiores e demais órgãos;

II – Executar, junto ao NDE, as providências decorrentes das decisões tomadas;

III – Realizar o acompanhamento e avaliação do curso junto ao NDE;

IV – Orientar os acadêmicos quanto à matrícula e integralização do curso;

V – Analisar e emitir parecer, junto ao NDE, sobre alterações curriculares, encaminhando aos órgãos competentes;

VI – Propor, semestralmente, em conjunto com o Coordenador Geral de Ensino, observando o PPC e o calendário acadêmico, os horários de aula do curso, submetendo-o à aprovação do Colegiado do Curso;

VII – Analisar e emitir parecer conclusivo dos requerimentos recebidos dos acadêmicos, ouvidas as partes interessadas;

VIII – Acompanhar a organização disciplinar, no âmbito do curso;

IX – Tomar, nos casos urgentes, decisões *ad referendum*, encaminhando-as para deliberação no Colegiado de Curso;

X – Apoiar a realização de eventos acadêmicos relacionados ao curso;

XI – Supervisionar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;

- XII – Convocar e presidir reuniões do corpo docente;
- XIII – Analisar e aprovar, em conjunto com o NDE, os Planos de Ensino;
- XIV – Incentivar os docentes e discentes para atividades articuladoras entre ensino, pesquisa e extensão.

### **8.1.2 Titulação do Coordenador do Curso**

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí (2007), com ênfase no Magistério da Educação Infantil e das Séries Iniciais do Ensino Fundamental, mestrado em Educação pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí (2011).

### **8.1.3 Regime de Trabalho**

Regime de tempo integral com dedicação exclusiva

### **8.1.4 Tempo de Atuação Profissional e no Magistério**

Atuou como professora de Educação Infantil e de Anos Iniciais do Ensino Fundamental no período de 2008 até 2012 como professora efetiva da Rede de Educação Municipal de Ijuí. Exerce docência no Ensino Superior junto ao Instituto Federal Catarinense no Curso de Pedagogia desde 2012.

## **8.2 COLEGIADO DE CURSO**

### **8.2.1 Atribuições e Composição**

De acordo com o documento “Organização Acadêmica dos Cursos Superiores” (2012), Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento no que diz respeito à matéria de ensino, pesquisa e extensão, sendo composto:

- I – Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;
- II – Um representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE);

III – No mínimo 30% do Corpo Docente do curso;

IV – No mínimo, um Técnico Administrativo em Educação, da área pedagógica ou do Núcleo Pedagógico (NUPE);

V – Representação Discente na proporção de até 1/3 do Colegiado, garantindo pelo menos um representante discente;

### **8.2.2 Competência do Colegiado**

São competências do Colegiado de Curso:

I – Analisar e deliberar as matérias que dizem respeito as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;

II – Deliberar sobre as decisões tomadas ad referendum pelo Coordenador de Curso;

III – Emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica, administrativa, disciplinar e funcional, no âmbito do curso;

IV – Exercer outras atribuições previstas em lei e nesta resolução.

### **8.2.3 Dinâmica de Reuniões**

As reuniões do Colegiado de Cursos deverão contar com presença de 50% mais um de seus membros e só poderão decidir pauta após votação pela maioria simples dos presentes. Serão realizadas reuniões ordinárias do Colegiado de Curso, mensalmente, desde que haja assuntos em pauta, a partir de calendário publicado. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

## **8.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

### **8.3.1 Composição e Competências**

De acordo com o documento “Organização Acadêmica dos Cursos Superiores” (2012), o Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso superior de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua

atualização do projeto pedagógico do curso. O NDE deve ser constituído por membros efetivos do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso. Cada campus possui seu NDE, composto pelos seguintes membros:

I – Coordenador do Curso;

II – Por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso;

III – Ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*;

IV – Ter todos seus membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

O NDE poderá ser assessorado por um técnico administrativo em educação da área pedagógica ou NUPE, que deverá ser indicado pelo NDE. Os campi terão autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do NDE e garantir sua permanência por no mínimo 3 (três) anos, assegurando estratégias de renovação parcial dos integrantes.

As competências do órgão são:

I – Elaborar, implantar, supervisionar e consolidar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) do IF Catarinense;

II – Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

III – zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

IV – Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado e/ou mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V – Acompanhar todo processo didático-pedagógico, analisando os resultados do processo de ensino aprendizagem, observando o Projeto Pedagógico do Curso (PPC);

VI – Acompanhar, junto à Coordenação do Curso, o processo do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IF Catarinense;

VII – Incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;

VIII – Definir a presidência do núcleo.

### **8.3.2 Composição Integrantes do Núcleo docente Estruturante com Titulação Acadêmica, Função e Regime de Trabalho**

A seguir, é apresentada a composição do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Pedagogia – Campus de Videira

QUADRO 16 - COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

| <b>Nome</b>                | <b>Maior Titulação</b> | <b>Função</b> | <b>Regime</b> |
|----------------------------|------------------------|---------------|---------------|
| Cláudia Fátima Kuiawinski  | Mestrado               | Professora    | RTI           |
| Darc Ionice Feijó da Rocha | Especialização         | Professora    | RTI           |
| Davi César da Silva        | Mestrado               | Professor     | RTI           |
| Francini Carla Grzeca      | Mestrado               | Professora    | RTI           |
| Jane Suzete Valter         | Mestrado               | Professora    | RTI           |
| Marcos Rohling             | Mestrado               | Professor     | RTI           |
| Valdinei Marcolla          | Doutorado              | Professor     | RTI           |

Fonte: Os Autores (2017).

### **8.3.3 Alunos por Turma em Disciplina Teórica**

São, no máximo, 40 alunos por turma em disciplinas teóricas.

### **8.3.4 Pesquisa e Produção Científica dos Docentes**

A instituição apoia as publicações e as produções intelectuais, técnicas, culturais e artísticas, seja em relação à necessidade de horas disponíveis para a produção, seja referente à necessidade de benefício financeiro, a partir de projetos, pelas referidas publicações e criações.

Para tanto, consta na Resolução nº 52/Conselho Superior de 17/12/2010, que dispõe sobre a normatização das atividades docentes, em seus artigos 8º e 9º que:

Art. 8º – Aos docentes em regime de 40 (quarenta horas) ou DE com atividades de pesquisa ou extensão serão asseguradas até 10 (dez) horas semanais.

Art. 9º – Aos docentes em regime de 40 (quarenta horas) ou DE com atividades de pesquisa e extensão serão asseguradas até 15 (quinze) horas semanais.

A produção científica dos docentes será sempre atualizada na base de dados no CNPq, de acordo com a produção de cada um.

## 9. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMA

A diplomação é o ato de emissão do documento oficial do Instituto Federal Catarinense, que certifica a conclusão de curso de graduação e confere grau ao graduado. Sua aplicação é efetivada com aluno regular que tenha integralizado o currículo do respectivo curso.

Após a integralização das disciplinas previstas e após as aprovações nos Estágios Obrigatórios e aprovação na defesa do Trabalho de Curso, o aluno estará apto a receber o título, com Diploma de Licenciado em Pedagogia, através de documento expedido pelo Instituto Federal Catarinense, conforme legislação em vigor.

A emissão de certificados e diplomas ficará a cargo da Reitoria do Instituto Federal Catarinense. Aos campus, caberá o controle da vida acadêmica do aluno, a oferta de extensão, sua organização e controle.

Enquanto o diploma não for expedido definitivamente, o aluno concluinte poderá requerer certificado de conclusão de curso.

Pontos fundamentais:

- O diploma registrado confere ao seu titular todos os direitos e prerrogativas reservados ao exercício profissional da carreira de nível superior;
- Para solicitar emissão/registro de diploma, o aluno deverá ter sido previamente identificado pela Coordenação de Registros Escolares/Acadêmico como provável formando do período;
- A “Relação de Prováveis Formandos do Período” será afixada em mural da Coordenação de Registros Escolares e no site da Instituição;
- A Coordenação de Registros Escolares/Acadêmico fará a integralização curricular do aluno considerando os registros que constam do “Histórico Escolar” e do “Histórico do Período”, e confrontando-os com o currículo do curso e o período de acompanhamento curricular;
- O aluno que se julgar na condição de provável formando e não tiver sido identificado pela Coordenação de Registros Escolares/Acadêmico deverá procurar o Departamento de Desenvolvimento Educacional para verificação das pertinências de conclusão do curso;
- A emissão de 2ª via do diploma dar-se-á com ônus para o solicitante.

- A entrega do diploma será efetivada pela Direção-Geral do campus, no período estabelecido no “Calendário Aluno”.
- Para a entrega do diploma, o aluno concluinte estará sujeito às seguintes condições: não ter débito junto à Biblioteca Central, Coordenação-Geral de Assistência ao Educando, Laboratórios e órgãos que emprestem materiais/equipamentos; não ter débito de documentação junto à Coordenação de Registros; bem como ter participado da solenidade de outorga de grau.
- Os dados de Diplomação constarão do “Livro de Registro de Diplomas”, de periodicidade semestral.
- O aluno receberá o diploma junto à Coordenação de Registros Escolares/Acadêmico, no período estabelecido no calendário da Instituição, após verificação da “Ata de Outorga de Grau”.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, I. Professor-investigador: Que sentido? Que formação? In: B. P. Campos (Org.). **Formação profissional de professores no ensino superior**. Porto: Porto Editora, 2001. p. 21-31.

ALVES, R. F.; BRASILEIRO, M. do C. E.; BRITO, Suerde M. de O. Interdisciplinaridade: um conceito em construção. **Episteme**. n. 19, p. 139-148, jul./dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de junho de 2010. **Institui o Programa de Atendimento aos Estudantes em Vulnerabilidade Social**. Brasília, Ministério da Educação, 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 02 abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/L11892.htm)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior**. Brasília, Ministério da Educação, 2004. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre a Lei de Estágios**. Brasília, Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Brasília, Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Estabelece o Plano Nacional de Educação**. Brasília, Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece Normas e Critérios para a Promoção da Acessibilidade**. Brasília, Ministério da Justiça, 2000.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação profissional e tecnológica: legislação básica**. 6. ed. Brasília: SETEC, 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília, 2008. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf)>. Acesso em: 13 out. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico**. Brasília: MEC, 2000.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº 4, de 13 de setembro de 2005. **Aprecia a Indicação CNE/CP nº 3/2005, referente às Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores fixadas pela Resolução CNE/CP nº 1/2002**. Brasília, Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp004\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp004_05.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005. **Relata sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Brasília, Ministério da Educação, 2005. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp005\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp005_05.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº 3, de 21 de fevereiro de 2006. Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005. **Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**, Brasília, Ministério da Educação, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf). Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº 5, de 04 de abril de 2006. **Aprecia Indicação CNE/CP nº 2/2002 sobre Diretrizes Curriculares Nacionais para Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica**. Brasília, Ministério da Educação. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp005\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp005_06.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº 9, de 05 de dezembro de 2007. **Reorganização da carga horária mínima dos cursos de Formação de Professores, em nível superior, para a Educação Básica e Educação Profissional no nível da Educação Básica**. Brasília, Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pcp009\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pcp009_07.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CP nº 009, de 08 de maio de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 2.051, de 9 de junho de 2004. **Orienta a composição das Comissões Próprias de Avaliação**. Brasília, Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <[meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/32](http://meclegis.mec.gov.br/documento/view/id/32)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CNE nº 2, de 1º de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada**, Brasília, Ministério da Educação, 2015. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category\\_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 12 set. 2015.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais em Pedagogia, Licenciatura**, Brasília, Ministério da Educação, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf). Acesso em 31/10/2014.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002. **Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior**, Brasília, Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CP022002.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP nº 2, de 18 de junho de 2007. **Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial**, Brasília, Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002\\_07.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CEB nº 002, de 11 de setembro de 2001. **Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, Brasília, Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Brasília, Ministério da Educação, 2001. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf)>. Acesso em: 31 out. 2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite a filosofia**. São Paulo: Ática, 1995.

CHARLOT, B. Formação de professores e a política educacional. In: PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2010.

DEMO, P. **Desafios modernos da educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.  
DÍAZ, R. M.; NEAL, C. J.; AMAYA-WILLIAMS, M. As origens da auto regulação. In: MOLL, L. C. **Vygotsky e a educação**: implicações pedagógicas da psicologia sócio histórica. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 123-149.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ-GÓMEZ, A. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

HOUSSAYE, J.; SOETARD, M.; HAMELINE, D.; FABRE, M. **Manifesto a favor dos pedagogos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?codmun>>. Acesso em: 31 out. 2014.

Instituto De Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. Blumenau: IFC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**. Blumenau: IFC, 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político-Pedagógico Institucional - PPI**. Blumenau: IFC, 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 002 do CONCAMPUS, de 02 de maio de 2011. **Regimento do Conselho de Campus**. Blumenau: IFC, 2011.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 050 do CONSUPER, de 17 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre as diretrizes para a criação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) dos campi do IFC**. Blumenau: IFC, 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 052 do CONSUPER, de 17 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre a normatização das atividades docentes que se refere as atividades do magistério, do ensino básico, técnico e tecnológico, do ensino; da pesquisa e extensão; da formação; da administração; do planejamento e da avaliação do trabalho; do planejamento das atividades dos docentes; da complementação da carga horária; das disposições gerais e transitórias**. Blumenau, Instituto Federal Catarinense, 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 054 do CONSUPER, de 17 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre o regulamento para a elaboração do trabalho de curso (TC) dos cursos superiores do IFC**. Blumenau, Instituto Federal Catarinense, 2010.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 028 do CONSUPER, de 24 de janeiro de 2012. **Dispõe sobre a criação, tramite e critérios de análise reprovação dos Projetos de criação de cursos (PCC) e Projeto Pedagógicos de Curso (PPC), nos níveis médio e superior do IFC**. Blumenau, Instituto Federal Catarinense, 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 057 do CONSUPER, de 26 de novembro de 2012. **Dispõe sobre as organizações didáticas dos Cursos Superiores**. Blumenau, Instituto Federal Catarinense, 2012.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 017 do CONSUPER, de 24 de janeiro de 2013. **Dispõe sobre a regulamentação dos estágios dos alunos da educação profissional, científica e tecnológica do IFC**. Blumenau: Instituto Federal Catarinense, 2013.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 043 do CONSUPER, de 02 de julho de 2013. **Dispõe sobre o regulamento das Atividades Curriculares Complementares no âmbito do IFC**. Blumenau, Instituto Federal Catarinense, 2013.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 0160, de 21 de janeiro de 2013. **Cria e designa os servidores componentes do Núcleo de Gestão Ambiental do IFC**. Blumenau: IFC, 2013. Disponível em: <<http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/NGA.pdf>> Acesso em: 31 out. 2014.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

KUENZER, A. Z. Conhecimento e competências no trabalho e na escola. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 45-68, maio/ago, 2002. Disponível em: <<http://www.senac.br/informativo/BTS/303/boltec303g.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LÜDKE, M. O professor pesquisador e a relação teoria e prática. In: LÜDKE, M. (Org.) **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papirus, 2001.

MANFREDO, E. C. G. **Reflexões na construção do ser professor: a busca da Indissociabilidade Ensino, Pesquisa e Extensão em projeto integrado de formação de professores**. Revista Eletrônica de Ciências da Educação, 2004. Disponível em: <<http://revistas.facecla.com.br/index.php/reped/article/view/538/420>>. Acessado em: 01 out. 2011.

MARIN, A. J. **A Didática, as práticas de ensino e alguns princípios para a pesquisa e a docência**. In: XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino, 2012, Campinas. *Anais*. Campinas: UNICAMP, 2012.

MARTINS, L. M.. A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como um dos fundamentos metodológicos do Ensino Superior. In: PINHO, S. Z. de (Org.). **Oficinas de Estudos Pedagógicos: reflexões sobre a prática do Ensino Superior**. São Paulo: Editora UNESP, 2008. p. 102 - 115.

MOLL, L. C. et al. **Vygotsky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio histórica**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

OLIVEIRA, M. K. de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento – um processo sócio histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA, M. do S. L. L. **O estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

REGO, T. C. **Vygotsky**: uma perspectiva histórico-cultural da educação. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SMOLKA, A. L. B. Esboço de uma perspectiva teórico-metodológica no estudo de processos de construção de conhecimento. In: GÓES, M. C. R.; SMOLKA, A. L. B. **A significação nos espaços educacionais**: interação social e subjetivação. Campinas: Papirus, 1997, p. 29-45.

VAZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VEIGA, Ilma P. A. Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 4. de. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

\_\_\_\_\_. **Obras escogidas II**: problemas de psicologia general. Madrid: Visor Distribuciones, 1993.

\_\_\_\_\_. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Psicologia pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

## APÊNDICE A - MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

| PRIMEIRO SEMESTRE                      |                                   |                   |         |     |       |          |
|--|-----------------------------------|-------------------|---------|-----|-------|----------|
| Código                                 | Componente curricular             | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|  |                                   | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0701                                | Pesquisa e Processos Educativos I | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| LPB0703                                | Antropologia                      | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0704                                | Filosofia da Educação             | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0705                                | Leitura e Produção Textual        | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0706                                | Pedagogia e Profissão Docente     | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |                                   | 300               | -       | 30  | 330   | 22       |

| SEGUNDO SEMESTRE                       |                                    |                   |         |     |       |          |
|--|------------------------------------|-------------------|---------|-----|-------|----------|
| Código                                 | Componente curricular              | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|  |                                    | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0711                                | Pesquisa e Processos Educativos II | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| LPB0707                                | Educação, Sociedade e Trabalho     | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0708                                | Infância e Pedagogia               | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0709                                | História da Educação               | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0710                                | Literatura e Educação              | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| LPB0713                                | Psicologia da Educação             | 60                | -       | -   | 60    | 4        |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |                                    | 360               | -       | 30  | 390   | 26       |

| TERCEIRO SEMESTRE |                                     |                   |         |     |       |          |
|-------------------|-------------------------------------|-------------------|---------|-----|-------|----------|
| Código            | Componente curricular               | Carga horária (h) |         |     |       | Créditos |
|                   |                                     | Teórica           | Prática | PCC | Total |          |
| LPB0719           | Pesquisa e Processos Educativos III | 60                | -       | 30  | 90    | 6        |
| LPB0716           | Infância e Educação Infantil        | 60                | -       | -   | 60    | 4        |

|  |                                     |     |   |    |     |    |
|--|-------------------------------------|-----|---|----|-----|----|
| <b>LPB0717</b>                         | Linguagem, Corpo e Movimento        | 60  | - | -  | 60  | 4  |
| <b>LPB0718</b>                         | Linguística                         | 60  | - | -  | 60  | 4  |
| <b>LPB0721</b>                         | Teorias Educacionais e Curriculares | 60  | - | -  | 60  | 4  |
| <b>LPB0714</b>                         | Fundamentos e Metodologia em Artes  | 60  | - | 30 | 90  | 6  |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |                                     | 360 | - | 60 | 420 | 28 |

| <b>QUARTO SEMESTRE</b>                 |  |                          |                |            |              |                 |
|--|--|--------------------------|----------------|------------|--------------|-----------------|
| <b>Código</b>                          | <b>Componente curricular</b>                   | <b>Carga horária (h)</b> |                |            |              | <b>Créditos</b> |
|  |  | <b>Teórica</b>           | <b>Prática</b> | <b>PCC</b> | <b>Total</b> |                 |
| <b>LPB0728</b>                         | Pesquisa e Processos Educativos IV             | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0722</b>                         | Alfabetização e Letramento I                   | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0723</b>                         | Didática I                                     | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0727</b>                         | Jogo, Brinquedo e Brincadeira                  | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0724</b>                         | Fundamentos da Matemática                      | 30                       | -              | -          | 30           | 2               |
| <b>LPB0725</b>                         | Fundamentos e Metodologia em Língua Portuguesa | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |  | 330                      | -              | 60         | 390          | 26              |

| <b>QUINTO SEMESTRE</b>                 |  |                          |                |            |              |                 |
|--|--|--------------------------|----------------|------------|--------------|-----------------|
| <b>Código</b>                          | <b>Componente curricular</b>                   | <b>Carga horária (h)</b> |                |            |              | <b>Créditos</b> |
|  |  | <b>Teórica</b>           | <b>Prática</b> | <b>PCC</b> | <b>Total</b> |                 |
| <b>LPB0737</b>                         | Pesquisa e Processos Educativos V              | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0730</b>                         | Alfabetização e Letramento II                  | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0731</b>                         | Didática II                                    | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0733</b>                         | Fundamentos e Metodologia em Matemática        | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0735</b>                         | Fundamentos e Metodologia em Ciências Naturais | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0732</b>                         | Estágio Supervisionado I – Educação Infantil   | 30                       | 75             | -          | 105          | 7               |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |  | 330                      | 75             | 90         | 495          | 33              |

| <b>SEXTO SEMESTRE</b> |                              |                          |                |            |              |                 |
|-----------------------|------------------------------|--------------------------|----------------|------------|--------------|-----------------|
| <b>Código</b>         | <b>Componente curricular</b> | <b>Carga horária (h)</b> |                |            |              | <b>Créditos</b> |
|                       |                              | <b>Teórica</b>           | <b>Prática</b> | <b>PCC</b> | <b>Total</b> |                 |



|  |  |     |    |    |     |    |
|--|--|-----|----|----|-----|----|
| <b>LPB0747</b>                         | Pesquisa e Processos Educativos VI           | 60  | -  | 30 | 90  | 6  |
| <b>LPB0741</b>                         | Libras                                       | 60  | -  | -  | 60  | 4  |
| <b>LPB0746</b>                         | Políticas Públicas da Educação               | 60  | -  | -  | 60  | 4  |
| <b>LPB0744</b>                         | Fundamentos e Metodologia em História        | 60  | -  | 15 | 75  | 5  |
| <b>LPB0742</b>                         | Fundamentos e Metodologia em Geografia       | 60  | -  | 15 | 75  | 5  |
| <b>LPB0739</b>                         | Estágio Supervisionado II: Educação Infantil | 30  | 60 | -  | 90  | 6  |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |  | 330 | 60 | 60 | 450 | 30 |

| <b>SÉTIMO SEMESTRE</b>                 |   |                          |                |            |              |                 |
|--|---|--------------------------|----------------|------------|--------------|-----------------|
| <b>Código</b>                          | <b>Componente curricular</b>                                    | <b>Carga horária (h)</b> |                |            |              | <b>Créditos</b> |
|  |   | <b>Teórica</b>           | <b>Prática</b> | <b>PCC</b> | <b>Total</b> |                 |
| <b>LPB0754</b>                         | Pesquisa e Processos Educativos VII                             | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0761</b>                         | Tecnologias da Informação e Comunicação em Educação             | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0753</b>                         | Modalidades da Educação Básica I                                | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0751</b>                         | Gestão Educacional  | 60                       | -              | 30         | 90           | 6               |
| <b>LPB0750</b>                         | Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 30                       | 75             | -          | 105          | 7               |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |   | 270                      | 75             | 60         | 405          | 27              |

| <b>OITAVO SEMESTRE</b>                 |  |                          |                |            |              |                 |
|--|--|--------------------------|----------------|------------|--------------|-----------------|
| <b>Código</b>                          | <b>Componente curricular</b>                                   | <b>Carga horária (h)</b> |                |            |              | <b>Créditos</b> |
|  |  | <b>Teórica</b>           | <b>Prática</b> | <b>PCC</b> | <b>Total</b> |                 |
| <b>LPB0760</b>                         | Pesquisa e Processos Educativos VIII                           | 30                       | -              | -          | 30           | 2               |
| <b>LPB0749</b>                         | Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos                       | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0759</b>                         | Modalidades da Educação Básica II                              | 60                       | -              | -          | 60           | 4               |
| <b>LPB0757</b>                         | Gestão Escolar   | 60                       | -              | 15         | 75           | 5               |
| <b>LPB0756</b>                         | Estágio Supervisionado IV: Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 30                       | 75             | -          | 105          | 7               |
| <b>Carga horária total no semestre</b> |  | 240                      | 75             | 15         | 330          | 22              |

**APÊNDICE B – EMENTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DOS COMPONENTES CURRICULARES OBRIGATÓRIOS**

| <b>PRIMEIRA FASE</b>   |
|--|
| <b>PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS I</b>   |
| <b>Ementa</b>  |
| Tipos de conhecimento. Método científico. Produção e socialização do conhecimento. Caracterização do campo de pesquisa em educação. Trabalhos acadêmicos e normas para apresentação – ABNT. Inserção na pesquisa educacional em campo de atuação profissional. |
| <b>Referências Básicas</b>   |
| BAGNO, Marcos. <b>Pesquisa da escola: o que é e como se faz.</b> São Paulo: Loyola, 1998.  |
| SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico.</b> São Paulo: Cortez, 2007.   |
| TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. <b>Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.</b> São Paulo (SP): Atlas, 2006.  |
| <b>Referências Complementares</b>  |

COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). **Caminhos investigativos**: novos olhares na pesquisa em educação. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. 4 ed. Campinas (SP): Papyrus, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

## PRIMEIRA FASE

### FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

#### Ementa

Educação e filosofia. As bases filosóficas da educação: teorias clássicas, medievais, modernas e contemporâneas da educação. Processo educativo e suas relações com a ciência ao longo da história da humanidade ocidental. Fundamentos epistemológicos da educação e do processo educativo. Conceitos de moral, ética e razão.

#### Referências Básicas

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS; Maria Helena Pires. **Filosofando**: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna, 1993.

LUCKESI, Cipriano Carlos **Filosofia da educação**. São Paulo (SP): Cortez, 1990.

SAVIANI, Dermeval. **Do Senso Comum à Consciência Filosófica**. São Paulo: Cortez, 1987.

#### Referências Complementares

ABBAGNANO, Nicol. **Dicionário de filosofia**. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

CRAVER, Samuel M.; OZMON Howard A. **Fundamentos filosóficos da educação**. 6ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**: romance da história da filosofia. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

PAGNI, Pedro Angelo; SILVA, Divino José (Org.) **Introdução à filosofia da educação**: Temas Contemporâneos e História. 1. ed. São Paulo: Editora Avercamp, 2007.

## PRIMEIRA FASE

### ANTROPOLOGIA

#### Ementa

A constituição da Antropologia como disciplina e seu campo de estudo. As interpretações antropológicas da cultura e da sociedade no Brasil. A crítica ao etnocentrismo e ao relativismo cultural. Etnia-raça, classe social e gênero na constituição social. Estudos antropológicos sobre educação e a escola no Brasil. Concepções de família/criança/infância como construção histórica/social e seu papel na Educação.

#### Referências Básicas

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.

LAPLANTINE, François. O campo e abordagem antropológicos. In: **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

#### Referências Complementares

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo, Brasiliense, 1988.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1988.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo15; São Paulo: UNESP, 2000, p.17-35.

## PRIMEIRA FASE

### PEDAGOGIA E PROFISSÃO DOCENTE

#### Ementa

Pedagogia como ciência da educação. Práxis pedagógica e o fazer científico. Formação do Pedagogo e o campo de atuação profissional: contexto histórico e o papel social, ético e político. Saberes docentes e o mundo do trabalho. Políticas atuais e profissionalização docente. Autonomia e identidade profissional. Organizações profissionais, formação inicial e continuada.

#### Referências Básicas

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores**. 3. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2000. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

FONTANA, Roseli Aparecida Cação. **Como nos tornamos professoras?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 7. ed. São Paulo: Cortez. 2009.

#### Referências Complementares

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa.** 43 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHEIBE, Leda. **Políticas públicas de formação docente: o desafio do direito à educação.** Ensino Em-Revista, Uberlândia, v. 17, n. 1. p. 95-109, jan./jun. 2010.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 9. ed. Petrópolis, (RJ): Vozes.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro e D'ÁVILA, Cristina. **Profissão Docente: novos sentidos, novas perspectivas.** Campinas (SP): Papyrus, 2008.

## PRIMEIRA FASE

### LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL

#### Ementa

Linguagem e língua. Texto e discurso. Gêneros textuais escritos e orais: resenha crítica; artigo científico; ensaio; resumo; fala pública. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo: coesão, coerência, clareza, informatividade e adequação. Prática de leitura e de produção de textos. Processos de leitura. Estratégias de produção textual.

#### Referências Básicas

DEMO, Pedro. **Leitores para sempre.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

SILVA, Vera Maria Tietzmann. **Leitura literária & outras leituras: impasses e alternativas no trabalho do professor.** Belo Horizonte: RHJ, 2009.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual.** 18 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

#### Referências Complementares

KOCH, Ingedore, Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **O texto e a construção dos sentidos**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

HARTMANN, Schirley Horácio de Gois; SANTAROSA, Sebastião Donizete. **Práticas de escrita para o letramento no ensino superior**. 1.ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

POLITO, Reinaldo. **Assim é que se fala**: como organizar a fala e transmitir ideias. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, Ezequiel Theodoro da (Org.). **A Leitura nos oceanos da internet**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; D'ÁVILA, Cristina. **Profissão Docente**: novos sentidos, novas perspectivas. Campinas (SP): Papyrus, 2008.

## SEGUNDA FASE

### PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS II

#### Ementa

Epistemologia da pesquisa em educação. Trajetória e tendências da pesquisa em educação no Brasil. Aspectos qualitativos e quantitativos da pesquisa, incluindo o estado do conhecimento. Inserção no campo da pesquisa em educação.

#### Referências Básicas

ANDRÉ, Marli. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2008.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008.

#### Referências Complementares

BRANDÃO, Zaia. **Pesquisa em educação**: conversa com pós-graduandos. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa**. 4. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2009.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de pesquisa**: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo (SP): Atlas, 2006.

## SEGUNDA FASE

### INFÂNCIA E PEDAGOGIA

#### Ementa

Conceitos e campos de estudo sobre criança e infância. Aspectos epistemológicos da relação infância, sociedade e educação. A infância como tempo de direitos. Produção cultural da criança e para a criança. A criança na pesquisa em educação.

#### Referências Básicas

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CORAZZA, Sandra Mara. **História da Infância sem Fim**. Ijuí: Editora Unijuí, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2010.

#### Referências Complementares

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 2001.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia. **Ensino fundamental de nove anos**: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasília:



Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/ensifund9anobasefinal.pdf>>.

RESENDE, Haroldo de (Org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEA, Maria Cristina Soares de. **Estudos da infância: educação e práticas sociais**. 2. ed. Petrópolis (RJ), 2009.

| <b>SEGUNDA FASE</b>  |
|--|
| <b>EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E TRABALHO</b>  |
| <b>Ementa</b>  |
| Reestruturação produtiva e seus impactos na educação do trabalhador: manufatura, taylorismo-fordismo e acumulação flexível. As relações entre Trabalho, sociedade e Educação. Formação unilateral dos sujeitos: o trabalho docente na perspectiva da emancipação humana.   |
| <b>Referências Básicas</b>   |
| ANTUNES, Ricardo e SILVA, Moraes A. Maria (Orgs). <b>O avesso do trabalho</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2004.<br>GENTILI, Pablo. <b>Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação</b> . Rio de Janeiro: Vozes, 1995.<br>JINKINGS, Nise. Novas e velhas determinações da dominação capitalista no trabalho. In: AUED, Bernardete Wrublewski (Org.). <b>Traços do trabalho coletivo</b> . São Paulo, p. 73-107.   |
| <b>Referências Complementares</b>  |
| LOMBARDI, José Claudinei, SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís (Orgs). <b>Capitalismo, trabalho e educação</b> . Campinas: Editores Associados, 2003.<br>MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. <b>A ideologia alemã</b> . São Paulo: Expressão popular, 2009.<br>LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. <b>Introdução à filosofia de Marx</b> . São Paulo: Expressão Popular, 2008.<br>MÉSZÁROS, István. <b>A educação para além do capital</b> . Boitempo, 2005.<br>HARVEY, David. <b>Condição pós-moderna</b> . São Paulo: Edições Loyola, 1992. |

| <b>SEGUNDA FASE</b>   |
|---|
| <b>HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO</b>   |
| <b>Ementa</b>   |
| A educação nas diversas épocas. Os contextos histórico-social, político e econômico da educação brasileira. História da educação e as questões de gênero, étnico-raciais e indígena, quilombola. A escola no contexto histórico brasileiro e catarinense.   |
| <b>Referências Básicas</b>  |
| <p>ARANHA, Maria Lucia de Arruda. <b>História da educação e da pedagogia: geral e Brasil</b>. 3. ed. São Paulo (SP): Moderna, 2010.</p> <p>GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. <b>História da educação brasileira</b>. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.</p> <p>LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). <b>500 anos de educação no Brasil</b>. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.</p>  |
| <b>Referências Complementares</b>   |
| <p>BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria. <b>Histórias e memórias da educação no Brasil</b>. Petrópolis: Editora Vozes, 2005</p> <p>MANACORDA, Mario Alighiero. <b>História da educação: da antiguidade aos nossos dias</b>. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>RIBEIRO, Maria Luisa Santos. <b>História da educação brasileira: a organização escolar</b>. 19. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.</p> <p>ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. <b>História da educação no Brasil</b>. São Paulo: Vozes, 1997.</p> <p>SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Carlos, SANFELICE, José Luiz. <b>História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual</b>. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.</p> |

| <b>SEGUNDA FASE</b>          |
|------------------------------|
| <b>LITERATURA E EDUCAÇÃO</b> |
| <b>Ementa</b>                |

Literatura, educação e sociedade. Literatura e tradição oral: a arte de contar histórias. Literatura infantil e juvenil: a formação do leitor. A literatura infantil através da história. Literatura e ensino: alternativas metodológicas. Literatura e as múltiplas linguagens. O professor-leitor na constituição de leitores. Leitura em sala de aula.

#### **Referências Básicas**

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. São Paulo: Global, 2000.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura infantil: teoria e prática**. São Paulo: Ática, 2004.

ZILBERMAN, Regina. **Como e por que ler a literatura infantil brasileira**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

#### **Referências Complementares**

BUSATTO, Cléo. **A Arte de Contar Histórias no Século XXI: Tradição e Ciberespaço**, Ri. Petrópolis: Vozes.

COELHO, Betty. **Contar histórias: uma arte sem idade**. São Paulo: Ática, 1998

MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

TAHAN, Malba. **A arte de ler e contar histórias**. 5.ed. Rio de Janeiro: Conquistar, 1966.

ZILBERMAN, Regina. LAJOLO, Marisa. **Literatura infantil brasileira**. São Paulo: Ática, 2003.

## **SEGUNDA FASE**

### **PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO**

#### **Ementa**

Escolas teóricas da psicologia e a relação com a Educação. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento humano. Processos psicológicos de aprendizagem e inter-relação com as dimensões biológicas, socioculturais, afetivas e cognitivas. Temáticas contemporâneas na interface Psicologia e Educação.

#### **Referências Básicas**

BOCK, Ana M. FURTADO, Odair (Orgs). **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARRARA, Kester (Org.) **Introdução à psicologia da educação**: seis abordagens. São Paulo: Avercamp, 2004

LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Morto Kohl; DANTAS, Heloysa. **Piaget, Vigotski, Wallon**: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

#### Referências Complementares

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação**: fundamentos teóricos aplicações à prática pedagógica. Vozes. 2009.

GALVÃO, Izabel. **Henri Wallon**: uma concepção dialética do desenvolvimento infantil. 10ed. Petrópolis: Vozes 2002.

PAPALIA, Diane. **Desenvolvimento humano**. 10. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.

REGO, Maria Cristina. **Vigotsky**: uma perspectiva histórico cultural da educação. 25. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.

VYGOTSKY, Lev Semenovitch **A formação Social da Mente**. 5. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 1994.

### TERCEIRA FASE

#### PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVO III

##### Ementa

O sujeito pesquisador e os sujeitos da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Procedimentos de pesquisa em educação.

##### Referências Básicas

LINHARES, Célia Frazão e Outros. **Ensinar e aprender**: sujeitos, saberes e pesquisa. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Org.). **Pesquisa em educação**: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. v.2. São Paulo: Loyola, 2008.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Pesquisa em educação**: a observação. Brasília: Plano Editora, 2003.

| <b>Referências Complementares</b>  |
|--|
| GIL, Antônio Carlos. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social</b> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.   |
| MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b> . 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.                   |
| PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. <b>Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática</b> . Campinas (SP): Papyrus, 1996.                    |
| SEVERINO, Antônio Joaquim. <b>Metodologia do trabalho científico</b> . São Paulo: Cortez, 2007.  |
| TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. <b>Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação</b> . São Paulo (SP): Atlas, 2006. |

| <b>TERCEIRA FASE</b>   |
|--|
| <b>INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL</b>  |
| <b>Ementa</b>  |
| História e função social das instituições de Educação infantil. Política de atendimento educacional às crianças de 0 até 6 anos no Brasil. Propostas curriculares oficiais para a Educação Infantil brasileira. Cuidar e educar. Docência na Educação Infantil. A organização do cotidiano educativo de creche e pré-escola. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento, avaliação. |
| <b>Referências Básicas</b>   |
| CRAIDY, Carmen Maria. <b>Educação infantil pra que te quero?</b> Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.  |
| RAMOS, Zilma de Moraes. <b>Educação infantil: fundamentos e métodos</b> . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.  |
| OSTETTO, Luciana Esmeralda Ostetto (Org.). <b>Encontros e encantamentos na educação infantil: partilhando experiências de estágios</b> . Campinas: Papyrus, 2012.  |
| <b>Referências Complementares</b>  |
| BARBOSA, Maria Carmen Silveira. <b>Por amor e por força: rotinas na educação infantil</b> . Porto Alegre: Artmed, 2006.  |
| KUHLMANN JUNIOR, Moysés. <b>Infância e educação infantil: uma abordagem histórica</b> . Porto Alegre: Mediação, 2001.  |

RAMOS, Zilma de Moraes. **A criança e seu desenvolvimento**: perspectivas para se discutir a educação infantil. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

REDIN, Marita Martins. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Mediação, 2014.

ZABALA, Miguel. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

### TERCEIRA FASE

#### LINGUAGEM, CORPO E MOVIMENTO

##### **Ementa**

Corpo, sociedade e escola: aspectos sócio históricos. Corpo, movimento, educação e escola.

##### **Referências Básicas**

FREIRE, João Batista; SCAGLIA, Alcides José. **Educação como prática corporal**. São Paulo: Scipione, 2003

OLIVEIRA, Marcos Aurélio Taborda (Org.) **Educação do corpo na escola brasileira**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

SOARES, Carmem Lucia. **Corpo e História**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

##### **Referências Complementares**

BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. **A educação do corpo na sociedade do capital**. Curitiba: Appris, 2013.

ENGELS, Friedrich. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. 4 ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1990.

MELLO, Rosângela Aparecida. **A necessidade histórica da educação física na escola**: a emancipação humana como finalidade. (Tese apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina) Florianópolis, 2009.

MEDINA, João Paulo Subirá. **O brasileiro e o seu corpo**: educação e política do corpo. 11. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

SOARES, Carmen Lucia. **Educação física**: raízes europeias e Brasil. 4. ed. – Campinas (SP): Autores Associados, 2007.

### TERCEIRA FASE

#### LINGUÍSTICA

|   |
|---|
| <b>Ementa</b>   |
| Linguagem, sociedade e ensino. Áreas de sociolinguística e psicolinguística. Variação linguística e preconceito linguístico. Aquisição e desenvolvimento da linguagem oral e escrita.   |
| <b>Referências Básicas</b>  |
| BAGNO, Marcos. <b>A língua de Eulália</b> . São Paulo: Contexto, 1999.<br>CAGLIARI, Luiz Carlos. <b>Alfabetização &amp; Linguística</b> . São Paulo: Scipione, 1996.<br>ORLANDI, Eni Puccinelli. <b>O que é linguística</b> . São Paulo: Brasiliense, 1987.   |
| <b>Referências Complementares</b>   |
| BENTES, Anna, e MUSSALIN, Fernanda. <b>Introdução à linguística – domínios e fronteiras</b> . São Paulo: Cortez, 2000.<br>FIORIN, José Luiz (Org.) <b>Introdução à linguística</b> . São Paulo: Contexto, 2003.<br>LOPES, Luiz Paulo da Moita. <b>Por uma linguística aplicada indisciplinar</b> . São Paulo: Parábola, 2006.<br>SOARES, Magda. <b>Linguagem e escola: uma perspectiva social</b> . São Paulo: Ática, 1993.<br>WEEDWOOD, Barbara. <b>História concisa da linguística</b> . São Paulo: Parábola, 2003. |

|  |
|--|
| <b>TERCEIRA FASE</b>   |
| <b>TEORIAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES</b>   |
| <b>Ementa</b>  |
| Teorias educacionais e curriculares na educação brasileira. Teorias educacionais, currículo e os temas transversais: meio ambiente, relações étnico-raciais, indígena e quilombola, ética e direitos humanos. Formas de integração curricular. Organizações curriculares nos níveis e sistemas educacionais. Organizações curriculares nos documentos oficiais. Currículo e cultura. Novos paradigmas teóricos e curriculares. |
| <b>Referências Básicas</b>   |
| SACRISTÁN, José Gimeno. <b>O currículo: uma reflexão sobre a prática</b> . Porto Alegre: Artmed, 2000.<br>SILVA, Aida Maria Monteiro Silva e Outros. <b>Didática, currículo e saberes</b>  |

**escolares**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

#### Referências Complementares

APPLE, Michael Whitman **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **Didática, currículo e saberes escolares**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GOODSON, Ivor. **Currículo: teoria e história**. 11 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth (Orgs). **Currículo: debates contemporâneos**. 3. ed São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1997.

### TERCEIRA FASE

#### FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM ARTE

##### Ementa

Concepções de Arte na educação a partir da história do ensino de Artes no Brasil. Abordagens metodológicas em Arte. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de Arte na Educação Básica. Arte e o processo criativo: artes visuais, música, dança e teatro. Documentos curriculares oficiais para área de Artes. Planejamento e avaliação em Artes. Currículo e práticas pedagógicas em Artes.

##### Referências Básicas

BARBOSA, Ana Mae. **Imagem do Ensino da Arte**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FONSECA da SILVA, Maria Cristina da Rosa. **A formação de professores de arte**: diversidade e complexidade pedagógica. Florianópolis: Insular, 2005.

SCHAFER, Raymond Murray. **O ouvido pensante**. Unesp, 1992.

##### Referências Complementares

IABELBERG, Rosa. O desenho cultivado da criança. In: **Arte na sala de aula**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

MARQUES, Izabel. **Ensino da dança hoje**: textos e contextos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MARTINS, Mirian Celeste; PICOSQUI, Gisa; GUERRA, Maria Tereza. **Didática do**



**ensino da arte - a língua do mundo:** poetizar, fruir e conhecer arte. São Paulo: FTD, 1988.

PILLAR, Analice. **Desenho e Construção de Conhecimento na Criança.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1996.

FUSARI, Maria Felisminda de Rezende; FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. **Arte na Educação Escolar.** São Paulo, Cortez, 1992.

#### QUARTA FASE

##### PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS IV

##### Ementa

Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. Inserção na realidade educacional em espaços formais e não formais de educação. Sistematização da pesquisa em educação.

##### Referências Básicas

BAUER, Martin W. GASKELL, George (Orgs.) **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som.** Um manual prático. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SZYMANSKI, Heloísa (Org.). **A entrevista na educação: a prática reflexiva.** 3 ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Texeira (Orgs.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

##### Referências Complementares

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas.** Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 4. Editora Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática.** Campinas (SP): Papyrus, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Pesquisa em**

**educação:** possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação. São Paulo: Loyola, 2008.

#### QUARTA FASE

##### ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I

##### **Ementa**

Alfabetização e Letramento: contextualização histórica. História e Características do sistema alfabético. Concepções teórico-metodológicas da alfabetização e do letramento. Aquisição e desenvolvimento da linguagem escrita. A função social da escrita.

##### **Referências Básicas**

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (Org.). **Alfabetização e Letramento:** contribuições para as práticas pedagógicas. 3. ed. Campinas: Komedi, 2005.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Alfabetização no Brasil:** questões e provocações da atualidade. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento.** São Paulo: Contexto, 2003.

##### **Referências Complementares**

KRAMER, Sônia. **Alfabetização:** leitura e escrita. São Paulo: Ática, 2004.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Educação e letramento.** São Paulo: UNESP, 2004.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil:** reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita:** a alfabetização como processo discursivo. 10. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

|   |
|---|
| <b>QUARTA FASE</b>  |
| DIDÁTICA I  |
| <b>Ementa</b>   |
| Abordagens da trajetória da Didática e sua problematização a partir da reflexão histórica. Bases epistemológicas da formação docente. Didática na formação do professor. Processo ensino-aprendizagem: relações conteúdo-forma, teoria-prática, escola-sociedade, professor-aluno. Técnicas/métodos de ensino.  |
| <b>Referências Básicas</b>  |
| CANDAU, Vera Lúcia (Org.). <b>Didática, currículo e saberes escolares</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.<br>LIBÂNEO, José Carlos. <b>Didática</b> . São Paulo: Cortez, 2008.<br>VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org). <b>Lições de didática</b> . São Paulo: Papyrus, 2006.  |
| <b>Referências Complementares</b>   |
| SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMES, Angel I Perez. <b>Compreender e transformar o ensino</b> . Porto Alegre: Artmed. 2007.<br>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. <b>Didática e interdisciplinaridade</b> . 14. ed. Campinas: Papyrus, 2009.<br>MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. <b>Ensino: as abordagens do processo</b> . São Paulo: EPU, 1986.<br>PIMENTA, Selma Garrido (Org.). <b>Saberes pedagógicos e atividade docente</b> . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.<br>VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). <b>Didática: o ensino e suas relações</b> . 18. ed. Campinas: Papyrus, 2012. |

|  |
|--|
| <b>QUARTA FASE</b>   |
| JOGO, BRINQUEDO E BRINCADEIRA  |
| <b>Ementa</b>  |
| História e papel social dos jogos, brinquedos e brincadeiras. Relação entre o jogo, brinquedo, brincadeira e o lúdico. Jogo, brinquedo e brincadeira e o processo ensino-aprendizagem. |
| <b>Referências Básicas</b>   |

BROUGÈRE, Gilles. **Brinquedo e cultura**. 5.ed. São Paulo, Cortez, 2004.  
 KISHIMOTO, Tizuko Morchida (Org.). **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira Educação, 1998.

\_\_\_\_\_. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 2002.

#### Referências Complementares

FREIRE, João Batista. **O jogo: entre riso e o choro**. 2. ed. Campinas: SP: Autores Associados, 2005.

HUIZINGA, Johan. **Natureza Homo Ludens: o jogo como elemento da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

REDIN, Euclides. **O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca!** 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WAJSKOP, Gisela. **Brincar na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2012.

### QUARTA FASE

#### FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

##### Ementa

Gêneros discursivos. Estratégias. Conceitos, procedimentos e estratégias de ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental. Documentos curriculares oficiais para área de Língua Portuguesa. Planejamento e avaliação em Língua Portuguesa. Currículo e práticas pedagógicas em Língua Portuguesa.

##### Referências Básicas

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**. Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ezequiel Theodoro (coord.). **A leitura nos oceanos da internet**. São Paulo, Cortez, 2003.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 14. ed. São Paulo: Ática, 1996.

##### Referências Complementares

ANTUNES, Irlandé. **Aula de português: encontro & interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1999-2001

GERALDI, João Wanderley; CITELLI, Beatriz. **Aprender e ensinar com textos de alunos.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SCHNEUWLY, Bernard; DOLZ, Joaquim. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SOARES, Magda. **Português: uma proposta para o letramento.** São Paulo: Moderna, 1999.

#### QUARTA FASE

##### FUNDAMENTOS DA METEMÁTICA

##### Ementa

Conceitos fundamentais da matemática: contagem e medida, número e contagem, números e medida. Os conteúdos matemáticos dos anos iniciais do ensino fundamental e na educação infantil: aritmética, medidas, frações e geometria.

##### Referências Básicas

IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. **Fundamentos de matemática elementar 1:** conjuntos, funções. 8. ed. São Paulo: Atual, 2004.

MALDANER, Anastácia. **Educação matemática:** fundamentos teórico-práticos para professores dos anos iniciais. Porto Alegre: Mediação, 2011.

SILVA, Sebastião Medeiros da; SILVA, Elio Medeiros da; SILVA, Ermes Medeiros da. **Matemática básica para cursos superiores.** São Paulo: Atlas, 2001.

##### Referências Complementares

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do ensino da matemática**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 2011.

MALDANER, Anastácia. **Educação matemática: fundamentos teórico-práticos para professores dos anos iniciais**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

MENDES, Iran Abreu; SANTOS FILHO, Antônio dos; PIRES, Maria Auxiliadora Lisboa Moreno. **Práticas matemáticas em atividades didáticas para os anos iniciais**. São Paulo: Livraria da Física, 2011.

SMOLE, Kátia Stocco; MUNIZ, Cristiano Alberto (Org.). **A matemática em sala de aula: reflexões e propostas para os anos iniciais do ensino fundamental**. Porto Alegre: Penso, 2013.

#### QUINTA FASE

##### PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS V

##### Ementa

Fundamentos para o planejamento da pesquisa em educação. A ética na pesquisa educacional. Sistematização da pesquisa em educação.

##### Referências Básicas

ANDRÉ, MARLI Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LINHARES, Célia Frazão e Outros. **Ensinar e aprender: sujeitos, saberes e pesquisa**. 2. ed. São Paulo: DP&A, 2002.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre (RS): Bookman, 2005.

##### Referências Complementares

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

OLIVEIRA, Marta Khol de. **Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. Disponível em: <educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n12/n12a05.pdf>.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação**. São Paulo: Loyola, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

## QUINTA FASE

### ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II

#### Ementa

Escrita e textualidade. Processos de aprendizagem da leitura e da escrita. Gêneros textuais e processos de letramento. Práticas pedagógicas de alfabetização e letramento.

#### Referências Básicas

KRAMER, Sônia. **Alfabetização: leitura e escrita**. São Paulo: Ática, 2004.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Alfabetização no Brasil: questões e provocações da atualidade**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

SMOLKA, Ana Luiza B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 10. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 2001.

#### Referências Complementares

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar**: um diálogo entre a teoria e a prática. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

KRAMER, Sônia. **Alfabetização, leitura e escrita**: formação de professores em curso. São Paulo, SP: Ática, 2001.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva (Org.). **Alfabetização e letramento**: contribuições para as práticas pedagógicas. 3. ed. Campinas: Komedi, 2005.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.) **Letramento no Brasil**: reflexões a partir do INAF 2001. 2. ed. São Paulo: Global, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**: São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

| <b>QUINTA FASE</b>   |
|--|
| <b>DIDÁTICA II</b>   |
| <b>Ementa</b>  |
| Pressupostos epistemológicos do planejamento e da avaliação educacional. Relação entre PPP, planejamento e avaliação. Organização didática: projeto, plano de ensino, plano de aula, sequência didática e seus elementos (tipos de conteúdo, de objetivos e formas de avaliação). Princípios e funções da avaliação no processo ensino-aprendizagem. |
| <b>Referências Básicas</b>   |
| LUCKESI, Cipriano Carlos. <b>Avaliação da aprendizagem</b> : componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.  |
| SOUSA, Clarilza Prado de. <b>Avaliação do rendimento escolar</b> . 16. ed. Campinas: Papyrus, 2010.  |
| VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). <b>Aula</b> : gêneses, dimensões, princípios e práticas. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2008.   |
| <b>Referências Complementares</b>  |



GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **A prática do planejamento participativo**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.

SACRISTÁN, José Gimeno; GÓMES, Angel I Perez. **Compreender e transformar o ensino**. Porto Alegre: Artmed. 2007.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar? Currículo - área - aula**. 12 ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 17.ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

## QUINTA FASE

### FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM MATEMÁTICA

#### Ementa

A construção do número. Alfabetização matemática. Conceitos e procedimentos matemáticos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na educação infantil. Estratégias de ensino de matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na educação infantil. Noções fundamentais das teorias da educação matemática. Planejamento e avaliação. Vivências pedagógicas e curriculares.

#### Referências Básicas

KAMII, Constance. **A criança e o número**. 36. ed. São Paulo: Papyrus, 2008.

NUNES, Terezinha e Outros. **Educação matemática: números e operações numéricas**. São Paulo: Cortez, 2005.

SMOLE, Kátia Cristina Stocco (Org.). **Ler, escrever e resolver problemas: habilidades básicas para aprender matemática**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

#### Referências Complementares

ARANÃO, Ivana Valéria Denófrío. **A matemática através de jogos**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1997.

CENTURIÓN, Marília. **Conteúdo e metodologia da matemática: números e operações**. São Paulo: Scipione, 1994.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira, 2011.

PARRA, Cecilia e SAIZ, Irma. **Didática da matemática: reflexões psicopedagógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SMOLE, Kátia C. Stocco e CÂNDIDO, Patrícia T. **Matemática e literatura infantil**. 4. ed. Belo Horizonte: Lê, 1999.

## QUINTA FASE

### FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM CIÊNCIAS NATURAIS

#### Ementa

Pressupostos teórico-metodológicos do ensino de Ciências Naturais. Alfabetização científica. Conceitos e metodologia do ensino de ciências naturais. Documentos curriculares oficiais para área de ciências naturais. Planejamento e avaliação em ciências naturais. Currículo e práticas pedagógicas em ciências naturais.

#### Referências Básicas

ASTOLFI, Jean Pierre e DEVELAY, Michel. **A didática das ciências**. 10. ed. Campinas: Papirus, 2006.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de. **Ensino de ciências: unindo a pesquisa e a prática**. São Paulo: Thomson, 2004.

MORAES, Roque. **Ciências para as séries iniciais e alfabetização**. 3. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzza, 1998.

#### Referências Complementares

BARBIERI, Marisa Ramos. **Laboratório de ensino de ciências**. Ribeirão Preto: Holos, 2002.

BIZZO, Nélio. **Ciências: fácil ou difícil**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André. **Metodologia do ensino de Ciências**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 1992-2000.

DELIZOICOV, Demétrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria.

**Ensino de ciências:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.  
 MORAES, Roque. **Construtivismo e ensino de ciências:** reflexões epistemológicas e metodológicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

#### QUINTA FASE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO I: EDUCAÇÃO INFANTIL

#### Ementa

Princípios do estágio na Educação Infantil. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações educativas. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.

#### Referências Básicas

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força:** rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2006.  
 REDIN, Marita Martins. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil.** 3. ed. Porto Alegre (RS): Mediação, 2014.  
 OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de (Org.). **Educação infantil:** muitos olhares. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

#### Referências Complementares

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Prática pedagógica na creche:** zero a três anos. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 2006.  
 HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.  
 HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.  
 KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos:** Uma alternativa curricular para a educação infantil. 13. ed. São Paulo: Ática, 1999.  
 PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores:** unidade teoria e prática? 11. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

#### SEXTA FASE

PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS VI

|  |
|--|
| <b>Ementa</b>  |
| Sistematização da pesquisa em educação. Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação da pesquisa.   |
| <b>Referências Básicas</b>   |
| <p>ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. <b>Etnografia da prática escolar</b>. Campinas (SP): Papirus, 1995.</p> <p>MEKSENAS, Paulo. <b>Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas</b>. São Paulo: Edições Loyola, 2002.</p> <p>PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). <b>Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação</b>. São Paulo: Loyola, 2008.</p>  |
| <b>Referências Complementares</b>  |
| <p>GIL, Antônio Carlos. <b>Métodos e técnicas de pesquisa social</b>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia Científica</b>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>LUNA, Sérgio Vasconcelos de. <b>Planejamento de pesquisa: uma introdução</b>. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2009.</p> <p>MINAYO, Maria Cecília de Souza. <b>Pesquisa social: teoria, método e criatividade</b>. 4. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1995.</p> <p>PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. <b>Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico-prática</b>. Campinas (SP): Papirus, 1996.</p> |

|   |
|---|
| <b>SEXTA FASE</b>   |
| <b>POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO</b>   |
| <b>Ementa</b>   |
| Estado e política educacional. Políticas públicas: conceito e caracterização. Organização da educação brasileira (Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96)), PNE, Diretrizes da Educação Básica. Financiamento da educação. |
| <b>Referências Básicas</b>  |

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2007.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A. 2000.

#### Referências Complementares

BORGES, André (Org.). **Governo, políticas públicas nos estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB passo a passo: Lei de diretrizes e bases da educação nacional, Lei nº 93394/96 comentada e interpretada, artigo por artigo**. 4. ed. São Paulo: Avercamp, 2010.

DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton Cesar (Org.). **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Políticas públicas e educação: regulação e conhecimento**. Belo Horizonte (MG): Fino Traço, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB: por uma política educacional**. Campinas (SP): Autores Associados, 2007.

### SEXTA FASE

LIBRAS

#### Ementa

Surdez e linguagem. Concepções do Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo da Educação de Surdos. Alfabeto manual, os números e vocabulário de Libras. Professor Bilíngue. Cultura e identidade dos Surdos. Aspectos Históricos da Educação dos Surdos. Vocabulário de LIBRAS, Intérprete na sala de aula, Construção da escrita dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras.

#### Referências Básicas

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.). **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

FERNANDES, Eulália (Org.). **Surdez e bilinguismo**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

SOUZA, Regina Maria de. **Educação de surdos: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2007.

#### **Referências Complementares**

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **Libras - Conhecimento além dos Sinais**. São Paulo: Pearson Educations.

GESSER, Audrei. **Libras: que língua é essa?** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando à comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SOUZA, Regina Maria de. **Que palavra que te falta?** Linguística, Educação e Surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## **SEXTA FASE**

### **FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM HISTÓRIA**

#### **Ementa**

A produção historiográfica contemporânea e o diálogo com o ensino de História. O uso e a problematização de documentos históricos como fundamento da construção do conhecimento histórico escolar. A construção de noções de temporalidades e de processo histórico. O ensino da História na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. A avaliação da aprendizagem no ensino de História. Documentos curriculares oficiais. Práticas curriculares e pedagógicas no ensino da História.

#### **Referências Básicas**

ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. **Ensino de história**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história**: experiências, reflexões e aprendizados. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

#### Referências Complementares

ABUD, Katia Maria. O ensino de História nos anos iniciais: como se pensa, como se faz. **Antíteses**. Londrina, v. 5, n. 10, p. 555-565, jul./dez. 2012.

COOPER, Hilary. **Ensino de História na educação infantil e anos iniciais**: um guia para professores. Curitiba: Base Editorial, 2012.

KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

SILVA, Cristiani Bereta da; ZAMBONI, Ernesta. Cultura política e políticas para o ensino de história em Santa Catarina no início do século XX. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 33, n. 65, p. 135-159, 2013.

URBAN, Ana Cláudia; LUPORINI, Teresa Jussara. **Aprender e ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. São Paulo: Cortez, 2015.

## SEXTA FASE

### FUNDAMENTOS E METODOLOGIA EM GEOGRAFIA

#### Ementa

O pensamento geográfico e o diálogo com o ensino Geografia. O ensino da Geografia na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental e na educação de jovens e adultos. Conceitos e temas da Geografia em sala de aula. Espaço e representação: a diferentes dimensões da cartografia para escolares. Planejamento, seleção e organização de conteúdos da Geografia. Métodos, estratégias e proposta para o ensino da Geografia Escolar. Documentos curriculares oficiais para área de Geografia. Planejamento e avaliação em Geografia. Currículo e práticas pedagógicas em Geografia.

#### Referências Básicas

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib; TOMOLO, Iyda Paganelli; NÚRIA, Hanhlei Cacete. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RUA, João e Outros. **Para Ensinar Geografia**. Rio de Janeiro: Acess, 2005.

#### Referências Complementares

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia escolar**. São Paulo: Cotexto, 2001.

FONSECA, Fernanda Padovesi; JAIME, Oliva. **Como eu ensino Cartografia**. São Paulo: Melhoramentos, 2013.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política de espacialidade**. Tradução: Hilda Pareto Maciel, Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia**. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 66, p. 185-207, maio/ago. 2005.

TORRES, Eloiza Cristiane; SANTANA, Cristiane Daniela. **Geomorfologia no ensino fundamental: conteúdos geográficos e instrumentos lúdico-pedagógicos**. Londrina: Revista Geografia, v. 18, n. 1, 2009.

### SEXTA FASE

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II: EDUCAÇÃO INFANTIL

#### Ementa

Observação e a reflexão crítica na/da docência na Educação Infantil. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças na Educação Infantil.

#### Referências Básicas

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. 20. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015. 151 p.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil**. 13. ed. São Paulo: Ática, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

#### Referências Complementares



BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

BASSEDAS, Eulália, HUGUET, Teresa; SOLÉ, Isabel. **Aprender e ensinar na educação infantil.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho.** Porto Alegre, Artes Médicas, 1998.

REDIN, Marita Martins. **Planejamento, práticas e projetos pedagógicos na educação infantil.** 3.ed. Porto Alegre (RS): Mediação, 2014. 208 p.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de (Org.). **Educação infantil: muitos olhares.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

### SÉTIMA FASE

#### PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS VII

##### Ementa

Fundamentos e orientação prático-científica sobre organização e interpretação, coleta e análise de dados da pesquisa. Elaboração do Trabalho de Curso.

##### Referências Básicas

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução.** 2 ed. São Paulo: EDUC, 2009.

PIMENTA, Selma Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro (Orgs.). **Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas da pesquisa-ação.** São Paulo: Loyola, 2008.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo (SP): Atlas, 2006.

##### Referências Complementares

GAMBOA, Silvio Sanches. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

LOMBARDI, José Claudinei. **Pesquisa em Educação: história, filosofia e temas transversais**. São Paulo: Autores Associados, 2000.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica: conceitos, métodos e práticas**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

SALOMON, Delcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 10. ed. São Paulo: Martins, 2001.

## SÉTIMA FASE

### MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA I

#### Ementa

Pressupostos teóricos e metodológicos nas modalidades. Políticas públicas e legislação nas modalidades da Educação Básica (Educação Especial, Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena). Trajetória da Educação Especial, Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena no Brasil. Especificidades da docência nas modalidades da Educação Básica (Educação Especial, Educação do Campo, Educação Quilombola e Educação Indígena).

#### Referências Básicas

AQUINO, Julio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 9. ed. São Paulo: Summus, 1998.

CANDAU, Vera (Org.). **Diferenças culturais e educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

#### Referências Complementares

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem:** educação inclusiva. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa, SILVA, Rodrigo da. **Formulação das políticas de financiamento da educação profissional no Brasil. Levantamento dos organismos financiadores da educação profissional.** Brasília: MEC/SETEC, 2003.

KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

MITTLER, Peter J. **Educação inclusiva:** contextos sociais. São Paulo: Artmed, 2003

RODRIGUES, David. **Inclusão e educação:** doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

## SÉTIMA FASE

### GESTÃO EDUCACIONAL

#### Ementa

Gestão educacional: fundamentos e princípios. O ideário do Estado e suas implicações no sistema educacional e na gestão educacional. Gestão democrática. Planejamento e gestão do tempo e do espaço nas instituições educativas. Políticas de avaliação. Indicadores de qualidade social da educação.

#### Referências Básicas

LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza, Seabra; OLVEIRA, João Ferreira de. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCK, Heloísa. **Gestão educacional:** uma questão paradigmática. 11. ed. Petrópoli (RJ): Vozes, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

#### Referências Complementares

BALL, Stephen J; MAINARDES Jefferson (Orgs.). **Políticas educacionais:** questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. (Orgs.). **Gestão da educação:** impasses, perspectivas e compromissos. 8. ed. São Paulo (SP): Cortez, 2011.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. (Org). **A gestão da educação na sociedade mundializada:** por uma nova cidadania. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical:** Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 29. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2011.

## SÉTIMA FASE

### DIVERSIDADE, INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

#### Ementa

Educação, Ética e Direitos humanos: a Educação como direito fundamental. Os Direitos Humanos e a formação à cidadania. A construção de uma educação para o respeito e para compreensão das alteridades. Diversidade: preconceito, discriminação e prática educativa; escola, violência e redes de proteção; diversidade e diferença. Relações étnico-raciais, indígena e quilombola. A Educação Intercultural Inclusiva e Legislação.

#### Referências Básicas

AQUINO, Júlio Groppa (Org.). **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas.** 3. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana **Educar em Direitos Humanos: construir democracia.** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SCHILING, Flávia. **Direitos Humanos e educação: outras palavras, outras práticas.** São Paulo: Cortez, 2005.

#### Referências Complementares

GIOVANNETTI, Andrea (Org.). **60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos: conquistas do Brasil**. Brasília: Fundação de Gusmão, 2009.

OMOTE, Sardão (Org). **Inclusão: intenção e realidade**. Marília: Fundepe, 2004.

RIZZI, Ester; GONZALEZ, Marina; XIMENES, Salomão Barros. **Direito humano à educação**. 2. ed. Curitiba/São Paulo: Plataforma Dhesca Brasil/Ação Educativa, 2009. Disponível em:

<<http://www.cnte.org.br/images/stories/2012/cartilhaeducacaoacaojustica.pdf>>.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer; ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária, 2007. Disponível em:

<<http://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2014/07/merged.compressed.pdf>>.

STAINBACK, Suzan; STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

#### **LEGISLAÇÃO:**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**, Brasília, Ministério da Justiça, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, Brasília, Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003. **Inclusão da Obrigatoriedade da Temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**, Brasília, Ministério da Educação, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. **Acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida**, Brasília, Ministério da Justiça, 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm)>.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. **Língua Brasileira de Sinais –**

**Libras**, Brasília, Ministério da Educação, 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Conselho de Educação de Adultos da América Latina.

**Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: MEC/UNESCO/CEAAL, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12814&Itemid=872](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12814&Itemid=872)>.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Conselho de Educação de Adultos da América Latina. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/SEDH/UNESCO, 2003. Disponível em: <<http://new.netica.org.br/prevencao/cartilha/plano-educdh.pdf>>

ONU BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>>.

## SÉTIMA FASE

### ESTÁGIO SUPERVISIONADO III: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

#### Ementa

Princípios do estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Documentação pedagógica: observação, registro, planejamento e avaliação dos/nos contextos e das relações escolares. Vivências e a organização do trabalho docente com crianças nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

#### Referências Básicas

FREITAS, Helena Costa Lopes. **O trabalho como princípio articulador da prática de ensino e nos estágios**. Campinas: Papirus, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

#### Referências Complementares

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O sentido da escola**. 5. ed. Petrópolis: DP et Alli, 2008.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

BIANCHI, Anna Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Orientação para estágio em licenciatura**. São Paulo: Thomson, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 4. ed. Campinas (SP): Papirus, 1995.

| <b>OITAVA FASE</b>  |
|---|
| PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS VIII  |
| <b>Ementa</b>   |
| Finalização e defesa do trabalho de Curso.  |
| <b>Referências Básicas</b>  |
| COSTA, Marisa Cristina Vorraber (Org.). <b>Caminhos investigativos II: novos olhares na pesquisa em educação</b> . 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2007. |
| LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <b>Metodologia científica</b> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.  |
| TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. <b>Introdução a pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação</b> . São Paulo (SP): Atlas, 2006.  |
| <b>Referências Complementares</b>   |

ANDRÉ, Marli. **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores.** 3. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.

LOMBARDI, José Claudinei. **Pesquisa em educação:** história, filosofia e temas transversais. São Paulo: Autores Associados, 2000.

MEKSENAS, Paulo. **Pesquisa social e ação pedagógica:** conceitos, métodos e práticas. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

PÁDUA, Elisabete M Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico-prática. Campinas (SP): Papyrus, 1996.

SALOMON, Delcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 10 ed. São Paulo: Martins, 2001.

## OITAVA FASE

### GESTÃO ESCOLAR

#### Ementa

Processos de organização e gestão da escola. As formas de organização, estruturação e planejamento da/escola. Planos de Gestão. As funções de gestão nas dimensões administrativa e pedagógica da escola. Projeto Político Pedagógico. Mecanismos de participação e gestão democrática da escola.

#### Referências Básicas

LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Educação escolar:** políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LUCK, Heloísa. **Ação Integrada:** administração, supervisão e orientação educacional. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

#### Referências Complementares



FERREIRA, Naura Syria Carapeto (Org). **A gestão da educação na sociedade mundializada:** por uma nova cidadania. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico.** 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

LIMA, Licínio. **Organização escolar e democracia radical:** Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2000.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2002.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola:** uma construção possível. 29. ed. Campinas (SP): Papyrus, 2011.

## OITAVA FASE

### MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA II

#### Ementa

Pressupostos teóricos e metodológicos nas modalidades. Políticas públicas e legislação nas modalidades da Educação Básica (EJA e Educação Profissional Tecnológica). Trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional Tecnológica no Brasil. Especificidades da docência nas modalidades da Educação Básica (EJA e Educação Profissional).

#### Referências Básicas

ARROYO, Miguel Gonzales; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo.** Petrópolis: Vozes, 2004.

BARCELOS, Valdo. **Educação de jovens e adultos:** currículo e práticas pedagógicas. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

#### Referências Complementares

BORGES, Eliana e Outros. **Alfabetização de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

BARCELOS, Valdo. **Formação de professores para educação de jovens e adultos**. Petrópolis: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **Avaliação na educação de jovens e adultos**. Petrópolis: Vozes, 2015.

CALDART, Roseli Salette. **Escola é mais do que escola na pedagogia do movimento sem-terra**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

#### OITAVA FASE

#### TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

##### Ementa

Tecnologias de Informação e Comunicação na educação. Estudo teórico-prático e crítico dos recursos computacionais, voltados à educação (internet, multimídias, aplicativos, softwares educacionais, etc). Tecnologias de informação e comunicação como recurso tecnológico no processo de ensino aprendizagem.

##### Referências Básicas

ARMSTRONG, Alison. **A criança e a máquina: como os computadores colocam a educação de nossos filhos em risco**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KENSKI, Vani Moreira. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas (SP): Papyrus, 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

##### Referências Complementares

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MARQUES, Mario Osório. **A escola no computador**: linguagens rearticuladas, educação outra. Ijuí (RS): Unijuí, 1999.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarcísio; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2007.

VEEN, Wim; VRAKKING, Ben. **Homo Zappiens**: educando na era digital. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2009.

#### OITAVA FASE

##### ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV: ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

##### Ementa

Observação e a reflexão crítica na/da docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Vivências docentes e a organização do trabalho docente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

##### Referências Básicas

BIANCHI, Anna Cecilia de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Orientação para estágio em licenciatura**. São Paulo: Thomson, 2005.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

##### Referências Complementares

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. **O sentido da escola**. 5. ed. Petrópolis: DP et Alli, 2008.

BIANCHI, Ana Cecília de Moraes; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. **Manual de orientação: estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2002.

FREITAS, Helena Costa Lopes. **O trabalho como princípio articulador da prática de ensino e nos estágios**. Campinas: Papyrus, 1996.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez Editora, 2004.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Técnicas de ensino: por que não?** 4. ed. Campinas (SP): Papyrus, 1995.

### APÊNDICE C – QUADRO DE PROFESSORES DO CURSO

|  |
|--|
| <b>ANA CAROLINA VIEIRA RODRIGUEZ</b>                       |
| CPF: 162.476.648-00  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: ana.rodriguez@ifc-videira.edu.br                   |
| Formação Superior: Bacharelado em Letras                   |
| Pós-Graduação: Mestrado em Letras                          |
| <b>ANDRÉ RICARDO OLIVEIRA</b>                              |
| CPF: 060.229.919-51  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: andre.oliveira@ifc-videira.edu.br                  |
| Formação Superior: Licenciatura em Educação Física         |
| Pós-Graduação: Mestrado em Educação                        |
| <b>BRUNO MENEZES DE OLIVEIRA</b>                           |
| CPF: 023.188.139-81  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: bruno.oliveira@ifc-videira.edu.br                  |
| Formação Superior: Licenciatura em Ciências Biológicas     |
| Pós-Graduação: Doutorado em Biologia Funcional e Molecular |
| <b>CLÁUDIA FÁTIMA KUIAWINSKI</b>                           |
| CPF: 471.698.500-87  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: claudia.kuiawinski@ifc-videira.edu.br              |
| Formação Superior: Licenciatura em Pedagogia               |
| Pós-Graduação: Mestrado em Educação                        |
| <b>CRISTIANE APARECIDA FONTANA GRUMM</b>                   |
| CPF: 018.217.519-73  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: cristiane.grumm@ifc-videira.edu.br                 |
| Formação Superior: Licenciatura e Bacharelado em História  |
| Pós-Graduação: Mestrado em História                        |

|  |
|--|
| <b>DARC IONICE FEIJÓ DA ROCHA</b>                              |
| CPF: 045.618.819-30  |
| Regime de Trabalho: DE   |
| E-mail: darc.rocha@ifc-videira.edu.br                          |
| Formação Superior: Licenciatura em Pedagogia                   |
| Pós-Graduação: Especialização em Educação Especial e Inclusiva |
| <b>DAVI CÉSAR DA SILVA</b>                                     |
| CPF: 801.958.570-20  |
| Regime de Trabalho: DE   |
| E-mail: davi.silva@ifc-videira.edu.br                          |
| Formação Superior: Licenciatura em Matemática                  |
| Pós-Graduação: Mestrado em Ensino de Matemática                |
| <b>ELIANA TERESINHA QUARTIERO</b>                              |
| CPF: 306.863.340-00  |
| Regime de Trabalho: DE   |
| E-mail: eliana.quartiero@ifc-videira.edu.br                    |
| Formação Superior: Licenciatura e Bacharelado em Psicologia    |
| Pós-Graduação: Doutorado em Psicologia                         |
| <b>FERNANDO MENON</b>  |
| CPF: 913.870.439-00  |
| Regime de Trabalho: DE   |
| E-mail: fernando.menon@ifc-videira.edu.br                      |
| Formação Superior: Licenciatura em Música                      |
| Pós-Graduação: Mestrado em Música                              |
| <b>FRANCINI CARLA GRZECA</b>                                   |
| CPF: 002.155.650-45  |
| Regime de Trabalho: DE   |
| E-mail: francini.grzecca@ifc-videira.edu.br                    |
| Formação Superior: Licenciatura em Pedagogia                   |
| Pós-Graduação: Mestrado em Educação                            |
| <b>JANE SUZETE VALTER</b>                                      |
| CPF: 816.172.679-53  |

|  |
|--|
| Regime de Trabalho: DE                               |
| E-mail: jane.valter@ifc-videira.edu.br               |
| Formação Superior: Licenciatura em Pedagogia         |
| Pós-Graduação: Mestrado em Educação                  |
| <b>LEILA LISIANE ROSSI</b>                           |
| CPF: 892.177.569-20                                  |
| Regime de Trabalho: DE                               |
| E-mail: leila.rossi@ifc-videira.edu.br               |
| Formação Superior: Bacharel em Ciência da Computação |
| Pós-Graduação: Mestrado em Ciência da Computação     |
| <b>LEILA LISIANE ROSSI</b>                           |
| CPF: 892.177.569-20                                  |
| Regime de Trabalho: DE                               |
| E-mail: leila.rossi@ifc-videira.edu.br               |
| Formação Superior: Bacharel em Ciência da Computação |
| Pós-Graduação: Mestrado em Ciência da Computação     |
| <b>LUCIANE SZATKOSKI</b>                             |
| CPF: 710.206.160-91                                  |
| Regime de Trabalho: DE                               |
| E-mail: luciane.szatkoski@ifc-videira.edu.br         |
| Formação Superior: Licenciatura em Pedagogia         |
| Pós-Graduação: Mestrado em Educação                  |
| <b>LUCIANE SZATKOSKI</b>                             |
| CPF: 710.206.160-91                                  |
| Regime de Trabalho: DE                               |
| E-mail: luciane.szatkoski@ifc-videira.edu.br         |
| Formação Superior: Licenciatura em Pedagogia         |
| Pós-Graduação: Mestrado em Educação                  |
| <b>LUIZA INÊS KAIM</b>                               |
| CPF: 029.114.709-74                                  |
| Regime de Trabalho: DE                               |
| E-mail: luiza.kaim@ifc-videira.edu.br                |

|  |
|--|
| Formação Superior: Licenciatura em Letras                  |
| Pós-Graduação: Especialização em Literatura                |
| <b>MARCOS ROHLING</b>                                      |
| CPF: 047.275.649-47  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: marcos.rohling@ifc-videira.edu.br                  |
| Formação Superior: Licenciatura e Bacharelado em Filosofia |
| Pós-Graduação: Mestrado em Educação                        |
| <b>MARCOS BOHRER</b>                                       |
| CPF: 019.714.310-52  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: marcos.bohrer@ifc-videira.edu.br                   |
| Formação Superior: Licenciatura e Bacharelado em Geografia |
| Pós-Graduação: Mestrado em Geografia                       |
| <b>VALDINEI MARCOLLA</b>                                   |
| CPF: 025.104.589-73  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: valdinei.marcolla@ifc-videira.edu.br               |
| Formação Superior: Licenciatura em Pedagogia               |
| Pós-Graduação: Doutorado em Educação                       |
| <b>GABRIEL SCHMITT</b>                                     |
| CPF: 023.495.249-06  |
| Regime de Trabalho: DE                                     |
| E-mail: gabriel@ifc-videira.edu.br                         |
| Formação Superior: Graduação em Ciências Sociais           |
| Pós-Graduação: Graduação em Ciências Sociais               |



## **APÊNDICE D – REGULAMENTO DOS ESTÁGIOS DO CURSO**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1 - O estágio compreende o exercício de atividades profissionais inerentes ao Curso de Pedagogia - Licenciatura e tem por finalidade possibilitar aos estudantes a ação-reflexão-ação dos fundamentos teórico-metodológicos do curso. Ele se constitui, portanto, num espaço de aprofundamento teórico e prático de diferentes aspectos da educação básica e gestão pedagógica em espaços institucionais.

Art. 2 - O Estágio do Curso de Pedagogia - Licenciatura é regido pela Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena de formação de professores da Educação Básica em nível superior, Parecer CNE/CP nº 02/20015 de 09 de junho de 2015 e Resolução CNE/CP nº. 2 de 01 de julho de 2015, que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre a nova lei do estágio, e no Regimento Geral de Estágios do Instituto Federal Catarinense. Resolução n.017-Consuper/2013 – que dispõe sobre a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, e na Portaria Normativa nº 009 de 03 de novembro de 2016, que resolve aprovar as diretrizes dos cursos de Licenciatura do Instituto Federal Catarinense.

Art. 3 - O estudante poderá solicitar aproveitamento da experiência profissional conforme estabelece a Resolução CNE/CP 02/2002, de 19/02/2002 e de acordo com os seguintes critérios:

- a) Para requerer aproveitamento o estudante deverá ter comprovado o tempo mínimo de 2 anos de serviço para cada área de atuação do pedagogo - educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental - até o máximo de dois componentes curriculares (210h), de acordo com o que estabelece o parágrafo único do art. 1º: “Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 210 horas”;
- b) A solicitação de aproveitamento de estudos deverá ser protocolada na Secretaria Acadêmica, anexando comprovante do ato de nomeação e declaração oficial da instituição onde exerce a atividade docente, contendo o tempo de serviço e respectiva carga horária, a área de atuação e as atividades desenvolvidas, assinada pelo representante legal da instituição;
- c) O estudante que tiver seu requerimento de dispensa deferido terá essa informação registrada no campo “observações” de seu histórico escolar;
- d) A solicitação deve ser encaminhada até a metade do semestre que antecede ao estágio curricular, ou seja, até o fim do mês de abril para o estágio a ser realizado no segundo semestre, e do mês de outubro para o que será realizado no primeiro semestre.

## **CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS**

Art. 4 - O estágio do Curso de Pedagogia - Licenciatura tem por objetivos:

- I - Complementar e ampliar o processo ensino-aprendizagem a partir da inserção *na e com* a realidade das escolas e demais instituições campos de estágio;
- II - Inserir o estudante de Pedagogia nas realidades educacionais brasileira;
- III - Possibilitar a compreensão da relação teoria e prática, elaborando e desenvolvendo projetos fundamentados teórica e metodologicamente, significativos para o exercício da docência.

## **CAPÍTULO III DOS CAMPOS DE ESTÁGIOS**

Art. 5 - Serão considerados campos de estágio as instituições de ensino públicas, os órgãos de administração pública, direta, autárquica e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do distrito federal e dos municípios.

Art. 6 - O estágio do Curso de Pedagogia Licenciatura deve ser realizado em instituições conveniadas com o Instituto Federal Catarinense, podendo o estudante optar pela instituição de seu interesse dentre aquelas conveniadas.

Art. 7 - Para a realização de convênio de estágio, em relação à unidade concedente, deve-se observar:

I - Existência de infraestrutura que tenha condições de proporcionar ao estudante atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, observando o estabelecido na legislação vigente;

II - Aceitação das condições de supervisão e avaliação do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense;

III - Para estágio não-obrigatório, contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso. Em caso de estágio obrigatório, a responsabilidade pela contratação do seguro poderá ser assumida pelo campus;

IV – A indicação de professor, com formação e experiência profissional na área do curso de Pedagogia, validada pelo professor coordenador do estágio nos casos de estágios obrigatórios e por um docente do curso de Pedagogia designado pela Coordenação do Curso quando tratar-se de estágios não-obrigatórios;

V - Em caso do estudante estagiário menor de idade deverá ser observado o artigo 405 da C.L.T., o decreto 6.481/08, as disposições aplicáveis segundo a lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

**CAPÍTULO IV**  
**DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO**  
**Seção I – Das atividades**

Art. 8 - O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Art. 9 - No âmbito das licenciaturas, atendida a natureza e especificidade de cada curso, o Estágio Supervisionado Obrigatório deve pressupor:

I inerência à docência, com explícitas ações em atividades de: observação, inserção e intervenção.

II atuação nas diferentes etapas da Educação Básica (Educação Infantil, anos iniciais do Ensino Fundamental).

Art. 10 - As atividades de estágio deverão ser realizadas individualmente, mediante a avaliação e aprovação do professor coordenador de estágio.

Art. 11 - A carga horária de estágio do Curso de Pedagogia Licenciatura é de 405 horas, assim distribuídas:

I - 5º período - 105 horas;

II - 6º período - 90 horas;

III - 7º período - 105 horas;

IV - 8º período – 105 horas.

Art. 12 - No início de cada etapa, o estudante se responsabilizará por encaminhar ao setor de estágio do campus Videira, a documentação necessária para a realização do estágio (Termo de compromisso, seguro, ficha de frequência, plano do estagiário, entre outros).

Art. 13 - No 5º período o estudante realizará o Estágio Supervisionado - Educação Infantil I – (turmas de 0 a 3 anos) quando solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente em escolas e turmas da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

Parágrafo único: as atividades a serem desenvolvidas nesse estágio envolvem:

- I - Elaboração de estudo diagnóstico da turma a partir da observação do espaço educativo, acompanhamento de atividades de planejamento orientadas pelo supervisor de estágio (20h) e exercício da docência (32h), perfazendo o total de 52h;
- II - Elaboração de planejamento de intervenção e confecção de material didático a ser utilizado;
- III - Apresentação da proposta de intervenção e material didático;
- IV - Elaboração do relatório final;
- V - Seminário de socialização.

Art. 14 - No 6º período o estudante realizará o Estágio Supervisionado – Educação Infantil II (turmas de 4 e 5 anos) – quando solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente em escolas e turmas da Educação Infantil, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

Parágrafo único: as atividades a serem desenvolvidas nesse estágio envolvem:

- I - Elaboração de estudo diagnóstico da turma a partir da observação do espaço educativo, acompanhamento de atividades de planejamento orientadas pelo supervisor de estágio e exercício da docência, perfazendo 52h;
- II - Elaboração de planejamento de intervenção e confecção de material didático a ser utilizado;
- III - Apresentação da proposta de intervenção e material didático;
- IV - Elaboração do relatório final;
- V - Seminário de socialização.

Art. 15 - No 7º período o estudante realizará o Estágio Supervisionado – Anos Iniciais do Ensino Fundamental I – (primeiro ciclo), quando solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente em escolas e turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

Parágrafo único - As atividades a serem desenvolvidas nesse estágio envolvem:

- I - Elaboração de estudo diagnóstico da turma a partir da observação do espaço educativo, acompanhamento de atividades de planejamento orientadas pelo supervisor de estágio e exercício da docência, perfazendo 52h;

- II - Elaboração de planejamento de intervenção e confecção de material didático a ser utilizado;
- III - Apresentação da proposta de intervenção e material didático;
- IV - Elaboração do relatório final;
- V - Seminário de socialização.

Art. 16 - No 8º período o estudante realizará o Estágio Supervisionado – Anos Iniciais do Ensino Fundamental II (segundo ciclo), quando solidifica os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e concretiza habilidades profissionais no decorrer da própria atuação docente, acompanhado de estudo, análise e reflexão crítica.

Parágrafo único: As atividades a serem desenvolvidas nesse estágio envolvem:

- I - Elaboração de estudo diagnóstico da turma a partir da observação do espaço educativo, acompanhamento de atividades de planejamento orientadas pelo supervisor de estágio e exercício da docência, perfazendo 52h;
- II - Elaboração de planejamento de intervenção e confecção de material didático a ser utilizado;
- III - Apresentação da proposta de intervenção e material didático;
- IV - Elaboração do relatório final;
- V - Seminário de socialização.

Art. 17 - A realização do estágio obrigatório ocorrerá dentro de período letivo regular de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 18 - O Estágio Curricular Supervisionado dos cursos de Licenciatura será obrigatório e deverá respeitar a carga horária mínima total de 405 (quatrocentas e cinco) horas

Art. 19 - Cada estágio (I, II, III e IV) terá destinação de 2 (duas) aulas semanais junto ao quadro de horário de aulas e o restante da carga horária será orientada pelo professor e realizada pelo estudante fora do horário de aula.

Art. 20 - A destinação de carga horária para cada estágio será de:

Estágio Supervisionado – Educação Infantil I (turmas de 0 e 3 anos) – 105 horas;  
Estágio Supervisionado – Educação Infantil II (turmas de 4 e 5 anos) - 90 horas;  
Estágio Supervisionado – Anos Iniciais do Ensino Fundamental I (primeiro ciclo) – 105 horas;  
Estágio Supervisionado – Anos Iniciais do Ensino Fundamental II (segundo ciclo) – 105 horas.

Art. 21 - No semestre anterior ao início de cada etapa do estágio o Coordenador de Curso fará consulta aos estudantes sobre a intenção na realização de estágio. De posse desses dados, o Coordenador do Curso, junto com o NDE, fará o planejamento de vagas ofertadas em cada componente curricular de estágio, de acordo com a disponibilidade de docentes para orientar. A prioridade de matrícula obedecerá aos seguintes critérios:

- I – Estudante com matrícula na turma regular de oferta do estágio pretendido;
- II – Estudante com maior número de componentes curriculares cursados no curso;

Art. 22 - A atribuição da carga docente, para efeito de PTD, será computada como ensino, com o lançamento integral das horas do respectivo estágio para cada grupo de 12 (doze) alunos.

Parágrafo único: Cada docente poderá assumir, no máximo, a docência/orientação de 24 (vinte e quatro) alunos de estágio no mesmo semestre letivo.

## **Seção II – Da Avaliação Do Estágio**

Art. 23 - A avaliação do estágio deve levar em conta o perfil do pedagogo definido no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 24 - A avaliação do estágio é de responsabilidade do coordenador do estágio que se valerá de planejamentos e relatórios elaborados pelo estudante, bem como de pareceres escritos e informações transmitidas pelos professores supervisores dos campos de estágio.

Art. 25 - A avaliação final do estágio do curso de Pedagogia - Licenciatura segue as mesmas normas de avaliação expressas no PPC do curso e no documento “Orientação didática dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense”, exceto no que diz respeito ao exame final, a que o aluno não terá direito, considerando tratar-se de atividade prática que foi submetida a correções durante todo o semestre.

Art. 26 - O detalhamento do processo de avaliação deverá ser explicitado pelo coordenador do estágio no plano de ensino do componente curricular.

### **Seção III – Dos responsáveis pelo estágio**

Art. 27 - O estágio deve ser planejado e desenvolvido sob a responsabilidade dos professores de cada componente curricular de estágio, devendo ser acompanhado pelo Coordenador do Curso e pelo Supervisor do campo de estágio.

Art. 28 - São atribuições do coordenador de curso de Pedagogia:

I – Encaminhar ao setor de estágio a indicação dos campos de estágio e participar dos encaminhamentos necessários à celebração dos convênios;

II - Administrar, acompanhar e supervisionar, de forma global, todas as etapas do estágio curricular;

III - Apresentar, sempre que solicitado, informações sobre o andamento dos estágios aos diversos órgãos da administração acadêmica do IFC;

IV – Supervisionar os encaminhamentos realizados pelo setor de estágio, aos responsáveis pelas instituições campos de estágio, especialmente os documentos obrigatórios;

VI - Convocar e coordenar, sempre que necessário, as reuniões com os professores envolvidos em atividades de estágio.

Art. 29 - O coordenador de estágio do curso de Pedagogia é o professor responsável pelo componente curricular Estágio Supervisionado.



Art. 30 - Compete ao coordenador de estágio:

- I - Planejar, orientar e avaliar as atividades do componente curricular Estágio Supervisionado com o auxílio do Colegiado do Curso de Pedagogia;
- II - Fazer o levantamento dos campos de estágio pretendidos pelos estudantes e encaminhar à coordenação do curso;
- III - Informar aos estudantes sobre os procedimentos do estágio em cada etapa;
- IV - Orientar e acompanhar o estudante em todas as etapas do desenvolvimento da atividade de estágio, identificando as correções necessárias e/ou reformulações, realizando registros das orientações;
- V - Realizar visitas aos campos de estágio para acompanhamento e avaliação em *lócus*.
- V - Manter contínuo contato com o coordenador do curso e supervisores de estágio, informando-os acerca das atividades e desempenho de cada estudante.

Art. 31 - O supervisor de estágio é o profissional pertencente ao quadro de pessoal das instituições conveniadas, responsável por orientar e acompanhar os estágios no campo, juntamente com o coordenador de estágio.

Art. 32 - O supervisor de estágio será indicado pela instituição campo de estágio, dentre os seus profissionais.

Art. 33 - São atribuições do Supervisor de Estágio:

- I - Receber estagiários do curso de Pedagogia- Licenciatura, segundo normatizado nos convênios celebrados;
- II - Facilitar aos estudantes o acesso às informações necessárias à realização e atualização do diagnóstico da realidade educativa;
- III - Incorporar os estudantes no desenvolvimento das atividades pedagógicas das disciplinas sob coordenação e supervisão do professor;
- IV - Designar os professores que irão receber estagiários, incumbindo-se de supervisionar, acompanhar e participar da avaliação das atividades relacionadas ao estágio;
- V - Esclarecer aos profissionais do campo de estágio, ao corpo administrativo e aos demais funcionários, a abrangência do Termo de Convênio;

VI - Informar ao coordenador de estágio do curso de Pedagogia qualquer ocorrência significativa, relacionada ao estagiário que possa comprometer o bom andamento das atividades pedagógicas e administrativas dos campos de estágios.

Art. 34 - São atribuições do estagiário:

I - Elaborar e apresentar ao coordenador de estágio as tarefas e trabalhos que lhes forem solicitados;

II - Participar das aulas de estágio e atividades de orientação às quais for convocado;

III - Participar dos seminários de socialização dos estágios ao final de cada etapa;

Parágrafo único: A frequência para aprovação do estagiário é de 75% nas aulas presenciais e nas atividades as quais forem convocados e de 100% de frequência na prática.

IV - Agir de forma ética, mantendo sigilo sobre as observações no campo de estágio, respeitando as normas por ela estabelecidas;

V - Apresentar os documentos necessários para a ida a campo, sendo desconsideradas quaisquer atividades realizadas sem os devidos documentos legais;

VI - Desenvolver as atividades de estágio com responsabilidade, comparecendo pontualmente ao local de estágio, nos dias e horas estipulados no Termo de Compromisso.

## **CAPÍTULO V DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO**

Art. 35 - O estágio não obrigatório é aquele de caráter opcional, acrescido à carga horária regular e obrigatória do curso.

Art. 36 - Os estágios deverão estar apoiados em convênio, acordo e/ou parcerias, celebrados entre o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Catarinense e a instituição concedente do estágio curricular.

Art. 37 - A realização do estágio por parte do estudante não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, mesmo que receba bolsa ou outra forma de contraprestação paga pela instituição concedente do estágio.

Art. 38 - O convênio, acordo e/ou parcerias para a realização do estágio deve ser celebrado diretamente entre o Instituto Federal Catarinense e a concedente do estágio ou através de empresas integradoras, sem ônus para o estudante.

Art. 39 - Para a realização do estágio não obrigatório considera-se indispensável o cumprimento do disposto no capítulo III desse regulamento.

Art. 40 - O estágio não obrigatório poderá ser registrado, para integralização curricular, como atividade curricular complementar, segundo a regulamentação geral das atividades curriculares complementares do Instituto Federal Catarinense.

Art. 41 - Consideram-se áreas de atuação nas quais o estudante de Pedagogia-Licenciatura poderá desenvolver estágio não obrigatório:

I – Escolas de Educação Básicas;

II – Centros de Educação Infantil e/ou creches;

III – Programas socioeducativos de atendimento a crianças e adolescentes;

IV – Centros e programas de educação de jovens e adultos e educação carcerária;

V – Instituições de educação especial;

VI – Programas educativos desenvolvidos por movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG's), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP's);

VII – Clínicas e/ou programas de atendimento psicopedagógico;

VIII – Órgãos públicos e privados na área de administração/gestão educacional;

IX – Programas e projetos de extensão na área da educação.

Art. 42 - O estágio não obrigatório poderá ser realizado a partir do ingresso do estudante no curso de Pedagogia- Licenciatura.

Art. 43 - A carga horária para estágio não obrigatório poderá ser de até 30 horas semanais, observada a compatibilidade de horário com as atividades acadêmicas estabelecidas no PPC do curso de Pedagogia- Licenciatura.

Art. 44 - O tempo de realização do estágio não obrigatório em cada instituição será de até um ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 45 - O estudante interessado em estágio não obrigatório deve formalizar o pedido, através de requerimento dirigido ao setor de estágio, no mínimo de 30 (trinta) dias antes do início do mesmo, que fica condicionado à formalização de toda documentação necessária para sua operacionalização.

## **CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 46 - Os casos não previstos neste regulamento serão decididos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia – Licenciatura.

Art. 47 - Este regulamento de Estágio entra em vigor após a sua aprovação pelo NDE do Curso.

Videira, 22 de junho de 2017.

Prof. Francini Carla Grzeca  
PRESIDENTE DO COLEGIADO DE CURSO DE PEDAGOGIA

## **APÊNDICE E – REGULAMENTO DO TRABALHO DE CURSO**

### **CAPÍTULO I**

#### **CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS**

Art. 1º - O Trabalho de Curso (TC) é uma atividade obrigatória a ser realizada levando em consideração os subsídios recebidos no componente curricular Pesquisa e Processos Educativos (1º ao 8º semestre) e que apresenta, de forma crítica, uma análise dos processos realizados ao longo do curso, bem como poderá proporcionar ao estudante o conhecimento/elaboração de novas metodologias para o exercício da profissão em seus diferentes campos de atuação.

Art. 2º - O Trabalho de Curso (TC) tem por objetivos:

I - Desenvolver a capacidade investigativa e produtiva do estudante e contribuir para a sua formação básica, profissional, artística, científica e política.

II - Proporcionar ao estudante o aprofundamento na leitura crítica da realidade educacional, na disciplina intelectual e nos procedimentos requeridos para a pesquisa.

III - Desenvolver no estudante a capacidade de planejamento e disciplina para resolver problemas dentro da sua área de formação.

IV - Despertar o interesse pela pesquisa como meio para a resolução de problemas, aprimorando habilidades na utilização dos instrumentos da pesquisa científica.

V – Desenvolver habilidade de comunicação, através da exposição do trabalho desenvolvido.

Art. 3º - O TC é uma monografia realizada individualmente em quatro etapas (5º, 6º, 7º e 8º semestres), no componente curricular Pesquisa e Processos Educativos V, VI, VII e III, nos quais o estudante elabora um projeto de pesquisa, o desenvolve e elaborar a monografia.

Art. 4º - É vedada a convalidação de trabalho realizado pelo estudante em outro curso de graduação ou pós-graduação.

## CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

### Seção I - Do coordenador de curso

Art. 5º - Compete ao Coordenador de Curso:

I - Indicar dois professores para o componente curricular Pesquisa e Processos Educativos, coordenadores do TC, que se encarregarão da coordenação das atividades do TC.

II - Providenciar, em conjunto com os coordenadores do TC, a relação dos orientadores, suas linhas de pesquisa e as temáticas que orientam.

III - Estabelecer, em conjunto com os coordenadores do TC, as normas e instruções complementares, submetendo-as à apreciação do Colegiado de Curso.

### Seção II – Dos coordenadores do TC

Art. 6º - Compete aos Coordenadores do TC:

I - Divulgar a relação de docentes disponíveis à orientação, suas linhas de pesquisa e temáticas que orientam.

II – Apresentar ao Colegiado de Curso proposta de roteiro dos trabalhos a serem desenvolvidos pelos estudantes e documentos de registro, dentre os quais:

- a) Roteiro do projeto de pesquisa;
- b) Roteiro da monografia;
- c) Termo de Compromisso de Orientação do TC;
- d) Ficha de acompanhamento da orientação;
- e) Formulários exigidos pelo Comitê de Ética em Pesquisa;
- f) Ficha de avaliação da Banca Examinadora.

III - Orientar os estudantes sobre as normas para elaboração dos trabalhos e dos encaminhamentos ao Comitê de Ética, bem como a organização das atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação do TC.

IV - Organizar e divulgar o cronograma das atividades de pesquisa.

V - Submeter à apreciação e aprovação do Colegiado do Curso de Pedagogia a substituição do docente orientador nos casos em que isso se fizer necessário.

VI - Constituir as bancas examinadoras de avaliação das monografias, de acordo com as normas desse regulamento.

VII - Propor, em conjunto com a coordenação de curso, as normas complementares a este regulamento, submetendo-as à apreciação do Colegiado de Curso.

VIII - Proceder ao registro das avaliações no Diário de Classe e encaminhá-lo à Secretaria Acadêmica.

IX - Encaminhar ao Coordenador do Curso, depois de concluídas as apresentações das monografias, um quadro geral onde constem as datas da apresentação, os nomes dos estudantes e docentes orientadores, os títulos das monografias e a composição das bancas examinadoras.

### Seção III - Do professor orientador

Art. 7º - O professor orientador deverá fazer parte do quadro efetivo dos docentes do Instituto Federal Catarinense – *Campus* de Videira, podendo ser docente do curso de Pedagogia ou de outros cursos, desde que tenha formação compatível com o tema da pesquisa.

Parágrafo único - O número de orientandos por professor não poderá exceder a 5 (cinco).

Art. 8º - A formalização da orientação se efetivará com a assinatura do Termo de Compromisso de Orientação do TC entregue pelo estudante que posteriormente deverá encaminhá-lo ao coordenador.

I - Será permitida a substituição de orientador por solicitação do orientando quando houver razões plausíveis, julgadas pelo colegiado do curso. Para tanto o estudante deverá solicitar a substituição por escrito, justificando a necessidade, aos coordenadores do TC em prazo máximo de 60 (sessenta) após o início do componente curricular Pesquisa e Processos Educativos VII – 6º semestre.

II - Será permitido ao orientador colocar o orientando à disposição quando houver razões plausíveis, julgadas pelo colegiado do curso. Para tanto o orientador deverá solicitar a substituição por escrito.

Art. 9º - Compete ao Professor Orientador:

I - Orientar o estudante na elaboração do TC em todas as suas fases, segundo as normas aprovadas pelo Colegiado de Curso.

II - Realizar reuniões periódicas de orientação com os orientandos e emitir relatório de acompanhamento e avaliações aos coordenadores do TC.

III - Avaliar cada etapa do desenvolvimento da monografia, inclusive como presidente da banca avaliadora.

IV - Participar das reuniões cuja pauta inclua decisões quanto à organização dos TCs.

V – Indicar e decidir, em conjunto com os coordenadores do TC, a composição das bancas.

VI – Encaminhar aos coordenadores do TC as notas dos estudantes que serão registradas no diário de classe.

#### Seção IV – Dos estudantes

Art. 10º - São atribuições dos estudantes:

I - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa e monografia segundo as normas repassadas pelos coordenadores do TC.

II - Apresentar toda a documentação solicitada pelo coordenador e orientador.

III - Participar das reuniões periódicas de orientação.



IV – Apresentar sua monografia em bancas de qualificação e examinadora.

V - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação do TC.

VI- Respeitar os direitos autorais sobre artigos técnicos e científicos, textos de livros, sítios da Internet, entre outros, evitando todas as formas e tipos de plágio acadêmico.

VII – Submeter o projeto ao Comitê de Ética

### CAPÍTULO III

#### DO DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO DE CURSO

##### Seção I – Das atividades

Art. 11º - O tema do TC deverá ter articulação com a área da educação, abordando aspectos relacionados aos fundamentos filosóficos, metodológicos, psicológicos, históricos, políticos, econômicos, antropológicos, sociológicos da educação e da organização pedagógica dos sistemas educacionais formais e não formais.

Art. 12º - Sempre que possível, o TC será desenvolvido como uma atividade integrada ao Estágio Supervisionado e articulado com os conhecimentos e produções realizadas no componente curricular Pesquisa e Processos Educativos I, II, III, IV e V.

Art. 13º - O TC será desenvolvido em três etapas: no 5º, 6º, 7º e 8º períodos no componente curricular Pesquisa e Processos Educativos VI, VII e VIII, com as seguintes atividades:

I - Na primeira etapa, no 5º período, o estudante deverá elaborar o projeto de pesquisa, de acordo com as orientações dos coordenadores do TC.

II - Na segunda etapa, no 6º período, o estudante deverá submeter seu projeto a uma banca de qualificação, estudar e elaborar os instrumentos de coleta de dados, submetendo-os ao Conselho de Ética, e realizar a etapa empírica da pesquisa de acordo com o projeto.

III - Na terceira etapa, no 7º período, o estudante deverá dar continuidade à realização da etapa empírica da pesquisa de acordo com o projeto e análise dos dados.

IV - Na quarta etapa, no 8º período, o estudante deverá concluir a monografia, apresentá-la à banca examinadora, fazer as alterações por ela sugeridas e entregar a versão final digital do trabalho à biblioteca do *Campus*.

Art. 14º - As orientações são de responsabilidade do orientador, que deverá dispende de uma hora semanal para a tarefa. Os encontros deverão ser agendados diretamente com os orientandos e registrados na ficha de acompanhamento fornecidas pelo coordenador de TC.

### Seção II – Da banca de qualificação

Art. 15º - A banca de qualificação será composta no mínimo por 3 (três) professores, incluindo um dos coordenadores do TC e dois professores vinculados à instituição.

Parágrafo único – caberá a referida banca a definição do orientador do TC. Na impossibilidade da definição da orientação, caberá ao coordenador do curso, juntamente com o Colegiado de Curso, fazer a indicação do orientador.

Art. 16º - A função da banca é analisar o projeto de pesquisa do estudante com base nos seguintes critérios:

I - Relevância e atualidade do tema.

II – Articulação entre tema, problema e questões de pesquisa.

III – Profundidade e atualidade do referencial teórico.

IV – Clareza e adequação da metodologia em relação ao problema de pesquisa.

V - Exequibilidade e cronograma de execução.

Art. 17º - O estudante deverá entregar três cópias (impressas ou digitais, a critério dos membros da banca) do projeto de pesquisa em até 15 (quinze) dias antes da data da qualificação com a devida ciência dos coordenadores de TC.

### Seção III – Da banca examinadora

Art. 18º - A banca examinadora será composta no mínimo por 3 (três) professores: pelo professor orientador, que a presidirá, por um professor pedagogo do curso e por professores convidados com saber reconhecido nas temáticas da monografia.

Art. 19º - O estudante deverá entregar três cópias impressas da monografia em até 15 (quinze) dias antes da data da defesa com a devida ciência do orientador.

Parágrafo único – em caso de o orientador não considerar o estudante apto para a apresentação e este discordar da decisão, poderá recorrer ao Colegiado de Curso, através de solicitação escrita encaminhada aos coordenadores do TC, apresentando a justificativa.

Art. 20º - Na data, horário e local estabelecido o estudante apresentará seu trabalho em sessão pública com duração de no mínimo 20 minutos e, no máximo, 30 minutos e, após, atender aos questionamentos eventualmente apresentados pela banca.

Parágrafo único. Encerrada a sessão, a banca examinadora reunir-se-á para decidir sobre a avaliação do TC, ocasião em que será lavrada ata, a qual será encaminhada à coordenação do TC para as providências cabíveis.

Art. 21º - A função da banca é avaliar a monografia apresentada pelo estudante com base nos seguintes critérios:

I – Trabalho escrito, destacando:

- a) Relevância e atualidade do tema.
- b) Consistência e adequação da fundamentação teórica.
- c) Coerência entre os objetivos e o desenvolvimento do trabalho.
- d) Adequação da metodologia em relação ao problema de pesquisa.
- e) Produção, análise e interpretação dos dados.
- f) Qualidade do texto - adequação à norma padrão da língua brasileira e às normas da ABNT.

II – Apresentação oral, avaliando:

- a) Domínio do tema.
- b) Desenvoltura na apresentação e na arguição - respostas aos questionamentos da banca examinadora.
- c) Planejamento da apresentação, levando-se em conta o cumprimento do tempo, os objetivos, a justificativa, a problematização, a metodologia, os resultados da pesquisa e as conclusões da monografia.

## CAPÍTULO IV DA AVALIAÇÃO

Art. 22º - A avaliação do rendimento dos estudantes será feita conforme critérios de avaliação do Instituto Federal Catarinense. O número de avaliações e seus pesos serão propostos pelo coordenador dos TCs ao Colegiado do Curso no início de cada semestre.

Art. 23º - Por ocasião da entrega dos exemplares de TC, o estudante deverá encaminhar também a ficha de frequência, assinada por orientando e orientador, comprovando pelo menos 75% de presença nas orientações agendadas.

Art. 24º - A nota mínima para a aprovação do aluno em banca examinadora é 7,0 (sete), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez). Se a banca examinadora exigir que o estudante reformule aspectos importantes de sua monografia a nota da banca ficará pendente até a conclusão da tarefa, que não poderá ser superior a 15 (quinze) dias a contar da data da apresentação e defesa.

Art. 25º - Até 15 (quinze) dias após a aprovação do trabalho pela banca o estudante deverá entregar a versão final – digitalizada no formato PDF – revisada pelo orientador. Somente após esse ato será efetivada a aprovação no componente Pesquisa e Processos Educativos VIII.

Art. 26º - São situações que ensejam reprovação do estudante:

I - A não entrega de quaisquer documentos referentes ao TC no prazo estabelecido pela coordenação;

II – O não comparecimento na data e horário agendado para apresentação do trabalho.

III – A comprovação de plágio de qualquer espécie no trabalho (desrespeito aos direitos autorais, com apropriação indevida de autores não citados no texto, independentemente da quantidade de texto, ou apresentação de trabalho de autoria de outrem).

IV – O parecer desfavorável quanto à qualidade da monografia avaliada pela banca examinadora.

Parágrafo único - A reprovação do estudante pela banca examinadora não permite reapresentação do trabalho ou realização de exame final.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 27º - O IFC – *Campus* de Videira reserva-se o direito de disponibilizar as monografias em cópia material, ou por intermédio de mídias diversas, nas bibliotecas e na Internet.

Parágrafo único - Quando houver necessidade de sigilo em determinados dados ou resultados do trabalho, estes não serão divulgados eletronicamente ou via monografia disponibilizada na biblioteca e na Internet.

Art. 28º - Os casos omissos a este regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia.

## **APÊNDICE F – REGULAMENTO DAS PRÁTICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR**

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º – Considerando Lei 9.394/96; PARECER CNE/CES 0232/2002; Parecer CNE/CP 9/2001 e Portaria Normativa/IFC nº 009 de 03 de novembro de 2016, a Prática como Componente Curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de construção de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência.

Art. 2º – A carga horária total da Prática como Componente Curricular será de 405 horas, assim distribuídas:

- I - 1º período - 30 horas;
- II - 2º período - 30 horas;
- III - 3º período - 60 horas;
- IV - 4º período – 60 horas;
- V - 5º período - 90 horas;
- VI - 6º período - 60 horas;
- VII - 7º período - 60 horas;
- VIII - 8º período – 15 horas.

Art. 3º - Prática como Componente Curricular será desenvolvida a partir de disciplinas de natureza metodológica e/ou pedagógica que fomentarão atividades integradoras de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo reflexões e vivências da formação e profissão docente e dos temas transversais.

Art. 4º - As atividades da Prática como Componente Curricular deverão ser realizadas individualmente e/ou em grupo, mediante a avaliação e aprovação do professor do componente curricular.

Art. 5º – A Prática como Componente Curricular de Pesquisa e Processos Educativos serão orientadas conforme proposta do PPC do Curso.

Art. 6º – A Prática como Componente Curricular dos Fundamentos e Metodologia de Artes, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História e Geografia deverá ser desenvolvida em espaço escolar da rede pública, onde, da carga horária total da Prática como Componente Curricular, uma carga horária mínima de 6h deverá obrigatoriamente ser desenvolvida em espaço escolar, subdividindo-se em no 4h de observação e 2h de intervenção.

Art. 7º - A Prática como Componente Curricular de Gestão Educacional e Escolar terá carga horária mínima de 6h do total e deverá ser desenvolvida em escolas da rede pública.

Art. 8º – A avaliação da Prática como Componente Curricular segue as mesmas normas de avaliação expressas no PPC do curso e no documento “Orientação

didática dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense”.

Art. 9º - O detalhamento do processo de avaliação deverá ser explicitado pelo professor no plano de ensino do componente curricular.

Art. 10º – A frequência da Prática como Componente Curricular segue as mesmas normas de avaliação expressas no PPC do curso e no documento “Orientação didática dos cursos superiores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense”, que estabelece 75% de frequência.

Parágrafo único: o controle da frequência da Prática como Componente Curricular será realizado por meio de fichas que registram as atividades desenvolvidas e sua respectiva carga horária, assinada pelo estudante e docente responsável pelo componente curricular.

Art. 11º - Os casos não previstos neste regulamento serão decididos pelo Colegiado do Curso de Pedagogia – Licenciatura.

Art. 12º - Este regulamento de Estágio entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso.

## **APÊNDICE G – REGULAMENTO DAS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS**

### **AS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSO EDUCATIVO (PPE) E SUA ARTICULAÇÃO COM O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)**

#### **CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS**

Art. 1º - As disciplinas de Pesquisa e Processos Educativos (PPE), oferecidas do primeiro ao oitavo semestre do curso possuem como objetivo a integração do curso ao longo dos semestres proporcionando a construção de conhecimentos acerca da

realidade educacional por meio da prática de pesquisa, culminando na elaboração e defesa do Trabalho de Curso (TC).

## **CAPÍTULO II**

### **DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS DE PESQUISA E PROCESSOS EDUCATIVOS**

Art. 2º - Objetivando assegurar que o estudante de Licenciatura em Pedagogia vivencie a aproximação com os diferentes campos da pesquisa educacional, a inserção gradual na pesquisa e a qualidade na elaboração do TCC, as disciplinas propõem a seguinte trajetória formativa:

- **Pesquisa e Processos Educativos I (90h):** inserção no universo da pesquisa científica por meio de estudos sobre a constituição do campo científico e pela vivência da prática do pesquisador, por meio de memorial de vida acadêmico;
- **Pesquisa e Processos Educativos II (90h):** inserção na pesquisa educacional por meio de estudos sobre a constituição do campo da pesquisa em educação e da construção de um estado da arte sobre os principais temas de pesquisa desenvolvidos na área educacional;
- **Pesquisa e Processos Educativos III (90h):** inserção na pesquisa educacional por meio da observação nos espaços formais e não-formais de educação;
- **Pesquisa e Processos Educativos IV (90h):** inserção na pesquisa educacional por meio de entrevista nos espaços formais e não-formais de educação;
- **Pesquisa e Processos Educativos V (90h):** realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC: definição do campo de pesquisa, do tema de investigação e elaboração do projeto de pesquisa;
- **Pesquisa e Processos Educativos VI (90h):** realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC: submissão do projeto de pesquisa à banca de qualificação, construção dos instrumentos de coletas de dados, submissão ao Comitê de ética, quando necessário e desenvolvimento da etapa empírica da pesquisa;
- **Pesquisa e Processos Educativos VII (90h):** realização das atividades de pesquisa que culminarão no TCC, desenvolvimento da etapa empírica da pesquisa, organização e análise dos dados e elaboração do texto monográfico;



- **Pesquisa e Processos Educativos VIII (30h):** conclusão do texto monográfico e apresentação à banca examinadora.

Art. 3º - Em função do caráter prático das disciplinas e da demanda de trabalho exigida as disciplinas serão ministradas por dois docentes, ambos atuarão em conjunto e serão responsáveis pela condução das aulas teóricas, pelo acompanhamento e orientação das atividades de pesquisa e pela coordenação das atividades de TC, com a carga horária e os créditos do componente curricular integralmente registrados no plano de trabalho de cada professor.

Art. 4º - Com a intenção de atingir os objetivos do programa das PPEs a partir do quinto semestre do curso as disciplinas terão pré-requisitos para a homologação da matrícula no componente curricular pretendido, da seguinte forma:

- **Pesquisa e Processos Educativos V:** ter cursado com aprovação os componentes curriculares PPE I, PPE II, PPE III e PPE IV;
- **Pesquisa e Processos Educativos VI:** ter cursado com aprovação o componente curricular PPE V;
- **Pesquisa e Processos Educativos VIII:** ter cursado com aprovação o componente curricular PPE VI;

Art. 5º - No componente curricular PPE II os acadêmicos deverão fazer inscrição na plataforma lattes.

Art. 6º - No componente curricular PPE VI os acadêmicos deverão, quando desenvolverem pesquisa envolvendo seres humanos, fazer cadastro na Plataforma Brasil e submeter seu projeto ao comitê de ética.

Art. 7º - Os componentes PPE VII e PPE VIII terão oferta em fluxo contínuo.

Art. 8º - Nas disciplinas de PPE entende-se a Prática como Componente Curricular (PCC) como as atividades que envolvem a compreensão ampliada do fenômeno educativo realizada por meio de diferentes processos teórico-prático-metodológicos.

**APÊNDICE H – REGULAQUADRO DE TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**

| <b>QUADRO DE SERVIDORES – TÉCNICOS</b> |                                 |
|--|---------------------------------|
| <b>NOME DO SERVIDOR</b>                | <b>CARGO</b>                    |
| Ana Cláudia Cagnin                     | Assistente em Administração     |
| Ana Claudia dos Santos                 | Auxiliar de Biblioteca          |
| Anderson Correa Gonçalves              | Técnico em Agropecuária         |
| Angela Lidvina Schneider               | Auxiliar de Biblioteca          |
| Angela Maria Crotti da Rosa            | Assistente em Administração     |
| Antoninho Baldissera                   | Pedagogo/Orientador Educacional |

|                                    |   |
|------------------------------------|---|
| Camila Zanette Zuanazzi            | Assistente em Administração                       |
| Carla Genoveva Santin Fernandes    | Assistente em Administração                       |
| Caroline Vian Spricigo             | Assistente em Administração                       |
| Cassiana Schmidt                   | Assistente em Administração                       |
| Daniel Manenti                     | Técnico em Laboratório/Área: Automação Industrial |
| Danieli Vieceli                    | Psicóloga   |
| Deise Dallposso                    | Assistente de Alunos                              |
| Denise Danielli Pagno              | Técnico em Assuntos Educacionais                  |
| Diego Alan Pereira                 | Técnico de Tecnologia da Informação               |
| Dominique Calixto Martins          | Tradutor/Intérprete de Libras                     |
| Everton Willian Batista            | Técnico em Segurança do Trabalho                  |
| Felipe Ribas                       | Auxiliar em Administração                         |
| Gabriela Frizzo Patrício           | Técnico em Assuntos Educacionais                  |
| Gorge Vanz                         | Analista de Tecnologia da Informação              |
| Gislaine Julianotti Carlesso       | Administrador                                     |
| Grazielli Ferreira da Rosa         | Enfermeira  |
| Joice Aparecida do Nascimento Deon | Auxiliar de Biblioteca                            |
| Josiane Bonetti                    | Assistente em Administração                       |
| Juciara Ramos Cordeiro             | Assistente Social                                 |
| Juliana Carla Bauerle Motta        | Jornalista  |
| Liliane Josefa Orso Pinheiro       | Contador  |
| Lizete Camara Hubler               | Técnico em Assuntos Educacionais                  |
| Loriane Vicelli                    | Técnico em Assuntos Educacionais                  |
| Luana de Araujo Huff               | Assistente de Alunos                              |
| Marcelo Diel                       | Técnico em Agropecuária                           |
| Maria José de Castro Bomfim        | Programador Visual                                |
| Mário Augusto Munaretto            | Analista de Tecnologia da Informação              |
| Marion Schmidt                     | Assistente em Administração                       |
| Matheus Bisso Sampaio              | Analista de Tecnologia da Informação              |
| Nelson Magalhães de Oliveira       | Bibliotecário/Documentalista                      |
| Patrícia Frizzo                    | Auxiliar em Administração                         |
| Paulo Bruschi                      | Auditor   |
| Rafaela Agostini                   | Auxiliar de Biblioteca                            |
| Ricardo Köhler                     | Técnico de Tecnologia da Informação               |
| Roberta Souza Santos               | Tecnólogo: Gestão de Recursos Humanos             |
| Rodrigo Zuffo                      | Assistente em Administração                       |
| Rosana de Oliveira                 | Técnico em Assuntos Educacionais                  |
| Rosane Goularte                    | Técnico em Assuntos Educacionais                  |

|                                   |   |
|-----------------------------------|---|
| Samantha Vanin Felchilcher        | Auxiliar de Biblioteca                        |
| Sandra Cristina Martini Rostirola | Técnico em Assuntos Educacionais              |
| Silvia Marina Rigo                | Auxiliar em Administração                     |
| Tatiana Zuffo de Castilha         | Assistente de Alunos                          |
| Thales Fellipe Guill              | Assistente em Administração                   |
| Tiago Heineck                     | Técnico de Tecnologia da Informação           |
| Tiago Possato                     | Técnico de Laboratório/Área: Eletroeletrônica |
| Vanessa Bettoni                   | Assistente em Administração                   |
| Vera Regina Mazureck              | Pedagogo/Supervisor Educacional               |

## APÊNDICE I – INFRAESTRUTURA

### 1. INFRAESTRUTURA GERAL E DE SEGURANÇA DO IFC – CAMPUS VIDEIRA

A infraestrutura geral do Campus compreende uma área total de 235.989,5 m<sup>2</sup> (23,5 hectares) e 8.936,67 m<sup>2</sup> de área construída, composta pelos seguintes espaços:

1. Bloco administrativo: com 514,37 m<sup>2</sup>, nele ficam localizadas as salas de administração do Campus, como recepção, gabinete da direção geral, telefonista, chefia de gabinete, auditoria, setor financeiro, coordenação de gestão de pessoas, licitações, setor de tecnologias da informação, departamento de infraestrutura e serviços, sala de reuniões, dois banheiros;
2. Bloco pedagógico: com 666,38 m<sup>2</sup> no primeiro piso, onde estão localizadas as salas da Direção de Desenvolvimento do Ensino – DDE, sala de professores, coordenadores de curso, almoxarifado e do Núcleo Docente Estruturante. No segundo piso, com área de 630 m<sup>2</sup>, fica localizada a biblioteca.
3. Bloco de salas de aula: com 22 salas e serviços diversos, tais como Coordenação Geral de Assistência Estudantil - CGAE, copa, Coordenação de Registros Acadêmicos, reprografia, Serviço de Atendimento Psicopedagógico e Educacional – NAPSE, setor de estágio e de extensão. cinco laboratórios de informática e sala do Núcleo de Apoio aos Portadores de Necessidades Específicas (Napne).
4. Ginásio de esportes: com dimensões de 1592.50 m<sup>2</sup>, possibilita a prática de várias modalidades desportivas de quadra, como basquetebol, voleibol, handebol e futsal. Além disso tem 4 salas anexas, sendo duas de 70 m<sup>2</sup>, uma de 140 m<sup>2</sup> e uma de 32 m<sup>2</sup>.
5. Bloco de laboratórios: constituído de dois espaços, sendo que no primeiro estão alocados os laboratórios destinados inicialmente aos segmentos do Ensino Médio e ao Curso Técnico de Agropecuária, mas que poderão ser usados pelo curso de Ciência da Computação nos diversos componentes curriculares.

| <b>LABORATÓRIOS DE AGROPECUÁRIA</b> |  |   |
|-------------------------------------|--|---|
|                                     | <b>NOME</b>                            | <b>CONFIGURAÇÃO</b>   |
| 01                                  | Laboratório Multidisciplinar de Ensino | É um espaço destinado a aulas práticas das disciplinas de química e biologia e agropecuária, dimensionado para atender turmas com 20 alunos ou mais.  |
| 02                                  | Laboratório de microscopia             | Destinado a atender as disciplinas de biologia do ensino Médio e as do Curso Técnico em Agropecuária, possui atualmente 15 microscópios binoculares e está dimensionado para atender turmas com 20 alunos ou mais, oferecendo treinamento na utilização dos microscópios e apoio teórico e prático.   |
| 03                                  | Laboratório de Pesquisa Multi-Pessoal  | Será destinado aos professores que desenvolvam pesquisas e experimentos em suas áreas de ensino e está em implantação   |
| 04                                  | Laboratório de Ensino de Água e Solo   | Tem por objetivo dispor aos professores e alunos, estudos e práticas que lhes possibilitem conhecer as características dos solos, matéria orgânica, química e fertilidade do solo, microbiologia, formação e classificação, bacias hidrográficas e o movimento da água no solo, auxiliando – os na definição de sistemas mais eficientes de manejo e conservação. |

Na segunda parte estão alocados os laboratórios destinados ao curso de Engenharia Elétrica com os seguintes espaços:

| <b>LABORATÓRIOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA</b> |  |   |
|--|--|---|
|  | <b>NOME</b>                                      | <b>CONFIGURAÇÃO</b>   |
| 01   | Laboratórios de Física                           | Espaço equipado para as aulas experimentais das disciplinas de Física.  |
| 02   | Laboratórios de Instalações Elétricas            | Destinado a aulas práticas de instalações elétricas, residenciais e prediais, conta com todo material e ferramentas para as aulas.  |
| 03   | Laboratório de Eletricidade e Eletrônica         | Destinado a aulas de eletrônica, tanto analógica, digital e de potência, inclusive Microcontroladores, tem equipamentos como osciloscópios, fontes de tensão, geradores de função, etc.   |
| 04   | Laboratório de Automação Industrial              | Usados nas aulas de automação industrial, com equipamentos e componentes elétricos industriais e também motores elétricos.  |
| 05   | Laboratório de Máquinas e Acionamentos Elétricos | Equipado com motores, componentes para acionamentos industriais e também dispositivos para ensaios em geral de máquinas elétricas, girantes e estáticas. Neste laboratório também estão localizadas as bancadas para aulas práticas de pneumática e eletropneumática. |

Em relação à infraestrutura de segurança, o Campus possui um sistema de CFTV - circuito fechado de TV nas áreas externas, estacionamento, acessos e pontos estratégicos. Nas áreas internas, existem câmeras em todos os laboratórios, biblioteca, salas da administração, corredores das salas de aula e outros pontos estratégicos. Possui também sistema de alarmes em todos os blocos e salas.

## 1.1 SALA DE PROFESSORES

O Campus Videira dispõe, para os docentes 8 salas coletiva, cada com área de 40,27 m<sup>2</sup>, mobiliada com 9 mesas em delta, nove (09) gaveteiros com quatro (04) gavetas e nove (09) cadeiras giratórias, que fica localizada no bloco pedagógico e oferece acesso à internet via *wi-fi*.

## 1.2 SALA DE REUNIÕES

A sala de reuniões localiza-se no bloco administrativo, tem dimensões de 55,68 m<sup>2</sup>, mobiliada com duas (02) mesas de reuniões, doze (12) cadeiras giratórias, sistema de videoconferência e projetor multimídias.

## 1.3 ESPAÇO DE TRABALHO INDIVIDUAL PARA PROFESSORES

O Campus Videira não dispõe de gabinetes individuais porque a opção foi pela sala coletiva dos professores por curso.

## 1.4 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENADOR DE CURSO

A sala de coordenação do curso tem dimensões de 8,30 m<sup>2</sup>, mobiliada com mesa em delta com quatro gavetas, cadeira giratória, gaveteiro e duas cadeiras para atendimento a professores e alunos. É disponibilizado computador para uso da coordenação, com acesso à internet *wi-fi*.

## 1.5 ESPAÇO DA COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

A secretaria acadêmica está alocada ao lado das salas de aula, tem um espaço de 67 m<sup>2</sup>. Sendo o quadro de pessoal, composto por uma coordenadora e três servidores técnicos administrativos que trabalham durante 30 horas semanais com atendimento ininterrupto de 12 horas diárias, possibilitando o atendimento aos alunos e comunidade em três turnos diários.

## 1.6 SALAS DE AULA

O Campus de Videira dispõe de 22 salas de aula, com 77 m<sup>2</sup>, equipadas com 40 conjuntos de carteiras e cadeiras, mesa de professor com 3 gavetas, quadro branco de 3,00 x 1,20m e projetores multimídia. Mais um bloco com 16 novas salas aulas e laboratórios está na fase final de construção e será entregue em 2016.

### 1.7 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

O IFC - Campus Videira possui atualmente 7 laboratórios de Informática, todos equipados com terminais ligados em rede e com acesso à internet, descritos no quadro abaixo.

| Nº | NOME                              | CONFIGURAÇÃO  | QDADE |
|----|-----------------------------------|---|-------|
| 01 | LabEstágio                        | AMD com arquitetura de 64 bits, 4GB de memória RAM E 500GB de espaço em disco rígido, DRIVE de DVD-ROM.<br>HP COMPAQ LE1711 LCD Monitor A/P | 12    |
| 02 | Lab.Redes e sistemas operacionais | AMD com arquitetura de 64 bits, 4GB de memória RAM E 500GB de espaço em disco rígido, DRIVE de DVD-ROM.<br>HP COMPAQ LE1711 LCD Monitor A/P | 20    |
| 03 | LabWeb-Design                     | AMD com arquitetura de 64 bits, 4GB de memória RAM E 500GB de espaço em disco rígido, DRIVE de DVD-ROM.<br>HP COMPAQ LE1711 LCD Monitor A/P | 20    |
| 04 | EletroLab                         | AMD com arquitetura de 64 bits, 4GB de memória RAM E 500GB de espaço em disco rígido, DRIVE de DVD-ROM.<br>HP COMPAQ LE1711 LCD Monitor A/P |       |
| 05 | LabSoft                           | AMD com arquitetura de 64 bits, 4GB de memória RAM E 500GB de espaço em disco rígido, DRIVE de DVD-ROM.<br>HP COMPAQ LE1711 LCD Monitor A/P | 40    |
| 06 | LabSoft                           | AMD com arquitetura de 64 bits, 4GB de memória RAM E 500GB de espaço em disco rígido, DRIVE de DVD-ROM.<br>HP COMPAQ LE1711 LCD Monitor A/P | 20    |
| 07 | HardLab                           | Hardware e Redes de Computadores - Computadores com diversas configurações de hardware para práticas de montagem e desmontagem.             | 40    |

### 1.8 AUDITÓRIO

O IFC-Campus Videira possui um auditório com 520 m<sup>2</sup> com capacidade para 340 pessoas, acarpitado, que atende às necessidades diárias dos cursos, para palestras e exposições de vídeos e trabalhos planejados pelos professores.

Possui uma sala de recepção, camarim, duas salas de 16 m<sup>2</sup> cada, 14 banheiros, sendo dois adaptados para pessoas com dificuldades de mobilidade,



sistema de sonorização, isolamento acústico, seis aparelhos de ar condicionado, palco e mesa para 10 lugares.

### 1.9 MINI-AUDITÓRIO

Espaço de 180 m<sup>2</sup> equipado com mobiliário para 70 pessoas. Ambiente climatizado com projetor multimídia e acesso a internet *wi-fi*.

### 1.10 BIBLIOTECA

A biblioteca do Campus Videira do Instituto Federal Catarinense tem uma área construída de 630 m<sup>2</sup>, com capacidade para 150 pessoas com sala de processamento técnico, setor de acervo, área de estudo em grupo e individual com 70 lugares, espaço com 10 computadores para consulta aos livros cadastrados no sistema *Pergamum*, pesquisa na internet e digitação de trabalhos, rede wireless para facilitar o uso de computadores pessoais, equipado com vídeo, DVD, projetor multimídia, televisor, tela de projeção e quadro branco e sanitários adaptados.

A biblioteca abriga um acervo composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 5000 exemplares, que estão organizados segundo a Classificação decimal de Dewey - CDD. O gerenciamento de todos os serviços na biblioteca é automatizado utilizando-se o sistema *Pergamum*. Sendo assim, procedimentos básicos realizados pelos usuários tais como consulta ao acervo, reservas e renovações podem também ser feitos on-line, através do site.

Visando atender os usuários de forma plena, a biblioteca mantém os serviços de empréstimo entre bibliotecas e o COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) a fim de suprir as necessidades informacionais não acessíveis localmente.

O apoio à iniciação científica é um serviço de mediação educativa oferecido nas áreas da busca, seleção e uso de informações em produções acadêmicas. São oferecidos treinamentos específicos abrangendo orientações de uso dos recursos da biblioteca, visitas orientadas, uso de bases de dados, pesquisas na internet, normatização bibliográfica e elaboração de projetos de pesquisa.

Outro importante serviço oferecido é o repositório e Ambiente Virtual de Aprendizagem Colaborativa denominada CRIACAC (conforme link:

<<http://www.bscac.ufsc.br/criacac/tiki-index.php>>). Idealizado e gerenciado pela biblioteca, esse instrumento é um importante veículo de informação, comunicação e geração de novos conhecimentos. Permite a comunidade do Campus, disponibilizar arquivos, trocar ideias e produzir conteúdos textuais de forma colaborativa (wiki), integrando os saberes de alunos, professores orientadores e do bibliotecário.

No ambiente, o usuário pode deixar de ser um consumidor passivo de informações e se transformar em produtor. Os produtos gerados ficam automaticamente publicados e se transformam em sementes para novas produções.

### **1.10.1 Acervo da Biblioteca**

A biblioteca abriga um acervo composto de livros, periódicos, folhetos, teses, dissertações, DVDs e CD-ROMs, totalizando aproximadamente 5000 exemplares, que estão organizados segundo a Classificação decimal de Dewey - CDD.

### **1.10.2 Serviços da Biblioteca**

- Empréstimo, renovação e reserva;
- Levantamento bibliográfico;
- Orientação e auxílio no uso da base de dados;
- Orientação na normatização de trabalhos acadêmicos;
- Empréstimos de livros do PNLEM/MEC.

### **1.10.3 Horário de Atendimento**

De segundas-feiras às sextas-feiras, das 7h30min às 21h00min.

### **1.10.4 Serviço de Acesso ao Acervo da Biblioteca**

A biblioteca tem como missão “promover o acesso, recuperação e transferência de informações que respaldem as atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração do IFC, contribuindo para a formação de profissionais-cidadãos

comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade democrática, inclusiva, social e ambientalmente equilibrada”.

Para tanto o acesso à biblioteca é público, qualquer pessoa pode utilizar suas dependências e pesquisar o acervo, porém, destina-se prioritariamente à comunidade do Campus.

#### **1.10.5 Pessoal Técnico-administrativo**

A equipe de funcionários conta com uma profissional formado em Biblioteconomia e quatro auxiliares com formação nas áreas de Pedagogia, Psicologia, Nutrição e Educação Artística, todas com contratação em regime integral.

Espaço de 180 m<sup>2</sup> equipado com mobiliário para 70 pessoas. Ambiente climatizado com projetor multimídia e acesso a internet *wi-fi*.

### **1.11 LABORATÓRIOS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

#### **1.11.1 Brinquedoteca**

A Brinquedoteca do curso de Pedagogia encontra-se em fase de implementação. Dispõe de um espaço de 77m<sup>2</sup> situado no Bloco de Salas de aula. Orienta-se pelos Parâmetros Básicos de Infraestrutura para Instituições de Educação Infantil. Possui como mobiliário uma mesa delta e um armário com portas, compondo a parte administrativa; 4 prateleiras acessíveis às crianças; 1 arara para fantasias e um baú para guardar objetos. Em 2013, as acadêmicas do curso de Pedagogia desenvolveram atividades vinculadas ao componente curricular “Jogos, Brinquedo e Brincadeiras” com o objetivo de criar “cantos lúdicos”, brinquedos e jogos para este espaço. Eles foram confeccionados com materiais recicláveis aproximando-se à proposta pedagógica de sustentabilidade estando em consonância com os princípios assumidos pelo curso de Pedagogia e pelo Núcleo de Gestão Ambiental.

#### **1.11.2 Laboratório de Práticas Pedagógicas**

O espaço destinado ao Laboratório de Práticas Pedagógicas dispõe de 77m<sup>2</sup>. A implantação deste laboratório realizar-se-á por meio do projeto intitulado “Tempos e Espaços

de Formação docente e inovação pedagógica” submetido ao Programa de Consolidação das Licenciaturas – Prodocência (Edital CAPES nº 019/2013). Trata-se de uma proposta inter-câmpus veiculada pela Reitoria do Instituto Federal Catarinense que envolve as unidades da rede de ensino que oferecem licenciaturas, a saber: Câmpus de Araquari (Ciências Agrícolas e Química); Camboriú (Pedagogia e Matemática); Concórdia (Física e Matemática); Rio do Sul (Física e Matemática); Sombrio (Matemática) e Videira (Pedagogia).

O Programa de Consolidação das Licenciaturas se configura em uma ação da Capes que tem como intuito “o fomento à inovação e à elevação da qualidade dos cursos de formação para o magistério da Educação Básica, na perspectiva de valorização da carreira docente”<sup>1</sup>.

O referido projeto aprovado pelo Prodocência visa constituir espaços-tempos de encontros pedagógicos com a finalidade de realizar a formação continuada dos professores formadores com vistas a melhorar o processo de formação dos professores da educação básica. Sendo assim, desenvolve-se em dois momentos: 1) reestruturaração dos currículos dos cursos para atender as demandas da educação básica; 2) otimização dos Laboratórios de Práticas Pedagógicas (LPP) – nesse momento, está prevista a implementação e implantação dos laboratórios existentes nos câmpus que participam do projeto.

## **2 ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E/OU MOBILIDADE REDUZIDA**

O Instituto Federal Catarinense Campus Videira, a exemplo de muitas instituições de ensino no país, não foi construído visando a acessibilidade de Pessoas com deficiência. Pode-se afirmar que as barreiras existentes eram tanto físicas quanto atitudinais, visto que não se considerava que este grupo pudesse fazer parte destas instituições, pelos mais diversos motivos.

Nesse sentido, para que se viabilizasse o acesso e permanência de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na instituição, fez-se necessária uma série de medidas, ligadas ao sistema de ensino ou não. Algumas dessas medidas foram baseadas na Lei 10.098/2000 que estabeleceu normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida. Entre essas, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e

---

1 Informações extraídas do sítio eletrônico da Capes: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/prodocencia>

espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Outra norteadora das mudanças foi a Lei 10.172/2001, referente ao Plano Nacional de Educação, que estabelece os objetivos e as metas para a educação de pessoas com deficiência, e, entre outros, faz referência aos padrões mínimos de infraestrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, como também faz articulação das ações de educação especial com a política de educação para o trabalho.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, constantes na Resolução CNE/CEB 02/2001, manifesta o compromisso do país com o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos. Considera-se que tais diretrizes tenham significado um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco no que se refere à atenção à diversidade, na educação brasileira. Como diz Carneiro, um dos seguimentos que tem um papel de destaque na inclusão de pessoas com deficiência são as instituições federais de ensino:

Em um país de tantas e tão grandes desigualdades sociais, a inclusão no campo da educação profissional do aluno com deficiência supõe a priorização de vagas nos Centros de Educação Profissional das redes públicas. Estas instituições terão, certamente, um papel estratégico fundamental, como centros de referência em cada estado, no campo de uma educação profissional onde caibam todos (CARNEIRO, apud Brasil, 2003, p. 07).

Pode-se afirmar que, mediante tais manifestações legais e o impacto destas na sociedade, iniciou-se um processo de conscientização de que não seria mais o aluno que deveria adaptar-se à escola, mas a escola que, consciente de sua função, possibilitaria a efetivação do processo de inclusão escolar, garantindo o seu acesso e permanência.

Visando a eliminação de possíveis discriminações às pessoas com deficiência, através do Decreto Lei nº 3956/01, o Congresso Nacional aprovou o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra PNEs, esclarecendo em seu Artigo 1º que o termo discriminação seria definido como:

(...) toda diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência, consequência da deficiência anterior ou

percepção de deficiência presente ou passada, que tenha o efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, considera-se que todos tenham direito à educação, sem discriminação, tendo suas necessidades especiais atendidas de maneira adequada pelas instituições de ensino em todo o país. A Constituição Federal é bem clara ao garantir a todos o direito à educação e o acesso (e permanência) à escola, fazendo com que toda instituição de ensino prime pelo princípio da inclusão.

O Instituto Federal Catarinense Campus Videira tem procurado atender de maneira efetiva às indicações da legislação brasileira nos projetos de construção, (edificação, mobiliário, comunicação, urbanística, etc.) buscando facilitar a acessibilidade e inclusão.

A Instituição tem mobilizado seus setores no sentido de encontrar soluções e implementar projetos de caráter inclusivo. A Criação do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, por exemplo, já é uma realidade.

A seguir, são citados alguns projetos/metast institucionais que possibilitarão melhor acesso e permanência das pessoas com deficiência:

1. Eliminação das barreiras físicas por meio de um melhor controle dos projetos arquitetônicos (novas construções) e reforma/adaptação da parte antiga;
2. Quebra de barreiras atitudinais via participação da comunidade interna em cursos, seminários, palestras, projetos, etc. que tenham por objetivo fortalecer o espírito inclusivo;
3. Criação de uma Sala Multifuncional para atendimento, equipada com recursos didático-pedagógicos e condições de criação de material específico, de acordo com as necessidades educacionais dos alunos matriculados;
4. Implementação de política de acesso por meio da divulgação dos cursos em espaço específicos de frequência de pessoas com deficiência, como as associações e escolas da região.
5. Adaptação do Processo Seletivo aos candidatos com deficiência ou mobilidade reduzida;

6. Regulamentação das funções do NAPNE na Instituição e, em caráter emergencial, a complementação deste com a agregação de outros servidores, pais, alunos, etc., atendendo às indicações do projeto TECNEP do SETEC/MEC, que orienta a criação de Núcleos com uma média de cinco membros;
7. Levantamento e acompanhamento periódico de pessoas com deficiência pelo NAPNE, inclusive no que se refere a possíveis sugestões de adaptações do currículo e avaliação;
8. Valorização da cultura e singularidade Surda, buscando propiciar o serviço de interprete/tradutor de LIBRAS, bem como a adoção de estratégias didático-metodológicas que considere o conteúdo semântico da escrita do surdo.
9. Sinalização da instituição com a colocação de placas indicativas, inclusive com escrita em Braille onde for possível;
10. Indicação de espaços específicos de estacionamento para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
11. Solicitação e instalação de TDD, telefone com teclado para surdos.

A meta da instituição, ao longo dos próximos anos, com os incentivos provenientes do Governo Federal para o estabelecimento efetivo das novas diretrizes para a Educação Profissional no Brasil, será a de fazer com que o IFC – Campus Videira se apresente como um modelo de acessibilidade e inclusão.

No Campus de Videira as construções possuem em todos os blocos banheiros próprios para cadeirantes, foi instalado um elevador para uso exclusivo das pessoas com necessidades especiais. Toda a pavimentação contempla rampas de acessibilidade e guia tátil e alerta para deficientes visuais que interligam os blocos, desde o abrigo de ônibus em frente ao IFC Campus até os blocos.

**ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 28 – CONSUPER/2012**

**Regulamenta a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos de Criação de Cursos Superiores (PCCS) e Projetos Pedagógicos de Cursos Superiores (PPCS) do IFC.**



**ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 054 – CONSUPER/2010**

**Regulamenta o Trabalho de Curso**

**ANEXO C – RESOLUÇÃO Nº 043 – CONSUPER/2013**

**Regulamenta as Atividades Curriculares Complementares**

**ANEXO D – PORTATIA NOMEAÇÃO DO NDE**

**ANEXO E – PORTARIA NORMATIVA Nº 009 – CONSUPER/2016**

**Dispõe sobre as Diretrizes para os Cursos de Licenciatura do IFC**

**ANEXO F – RESOLUÇÃO 036/2011**

**Aprovação do Curso**

**ANEXO G – ATA REUNIÃO NDE E PROEN**

**ANEXO H – ATA REUNIÃO DO COLEGIADO**

**Aprovação da revisão do PPC**

